

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	4
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	5
-------------------------------	---

3.2 - Medições não contábeis	6
------------------------------	---

3.3 - Eventos subsequentes às DFs	7
-----------------------------------	---

3.4 - Política destinação de resultados	8
---	---

3.5 - Distribuição de dividendos	10
----------------------------------	----

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	11
--	----

3.7 - Nível de endividamento	12
------------------------------	----

3.8 - Obrigações	13
------------------	----

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	14
---	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	16
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	26
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	27
--	----

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	37
--	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	38
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	39
--	----

4.7 - Outras contingências relevantes	43
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	44
---	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	45
---	----

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	49
--	----

5.3 - Descrição - Controles Internos	50
--------------------------------------	----

5.4 - Alterações significativas	51
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	52
---	----

Índice

6.3 - Breve histórico	53
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	55
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	56
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	57
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	64
7.3 - Produção/comercialização/mercados	65
7.4 - Principais clientes	66
7.5 - Efeitos da regulação estatal	67
7.6 - Receitas relevantes no exterior	68
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	69
7.8 - Políticas socioambientais	70
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	71
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	77
8.2 - Alterações na condução de negócios	87
8.3 - Contratos relevantes	88
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	89
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	90
9.1.a - Ativos imobilizados	91
9.1.b - Ativos Intangíveis	92
9.1.c - Participação em sociedades	93
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	94
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	95
10.2 - Resultado operacional e financeiro	130
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	131
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	132
10.5 - Políticas contábeis críticas	138
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	139
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	140

Índice

10.8 - Plano de Negócios	141
10.9 - Outros fatores com influência relevante	142
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	143
11.2 - Acompanhamento das projeções	146
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	148
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	166
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	167
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	168
12.7/8 - Composição dos comitês	190
12.9 - Relações familiares	195
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	196
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	197
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	198
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	205
13.2 - Remuneração total por órgão	207
13.3 - Remuneração variável	211
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	212
13.5 - Remuneração baseada em ações	214
13.6 - Opções em aberto	215
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	216
13.8 - Precificação das ações/opções	217
13.9 - Participações detidas por órgão	218
13.10 - Planos de previdência	219
13.11 - Remuneração máx, mín e média	220
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	221
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	222
13.14 - Remuneração - outras funções	223
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	224

Índice

13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	225
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	226
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	227
14.3 - Política remuneração dos empregados	228
14.4 - Relações emissor / sindicatos	229
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	230
15.3 - Distribuição de capital	233
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	234
15.5 - Acordo de Acionistas	235
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	236
15.7 - Principais operações societárias	237
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	238
16.2 - Transações com partes relacionadas	239
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	251
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	253
17.2 - Aumentos do capital social	254
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	255
17.4 - Redução do capital social	256
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	257
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	258
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	259
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	260
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	261
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	262
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	266
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	267
18.8 - Títulos emitidos no exterior	268

Índice

18.9 - Ofertas públicas de distribuição	269
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	270
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	290
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	291
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	292
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	293
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	294
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	295
21.3 - Responsáveis pela política	299
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	300

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Djalma Bastos de Moraes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luiz Fernando Rolla

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	02/07/2007 a 30/07/2012
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes foram contratados para: (i) auditoria das demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010, 2009; (ii) auditoria das informações trimestrais de 31 de março de 2012, 2011, 2010, 2009, 30 de junho de 2011, 2010, 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010, 2009; (iii) diagnóstico dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (iv) parcela 1/2 dos procedimentos pré acordados na CVA; (v) parcela 2/2 dos procedimentos pré acordados na CVA; (vi) procedimentos previamente acordados na CVA – IF; (vii) elaboração de relatório atestando a avaliação dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (viii) revisão das declarações de rendimentos anuais e trimestrais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e aos trimestres encerrados em 31 de março de 2012, 2011, 2010 e 2009, 30 de junho de 2011, 2010 e 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010 e 2009; (ix) revisão das provisões do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro referentes aos trimestres encerrados em 31 de março de 2012, 2011, 2010 e 2009, 30 de junho de 2011, 2010 e 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010 e 2009; (x) tradução de relatórios; (xi) treinamento DIPJ; (xii) relatório técnico financeiro do Estado/BID – Projeto PRONOROESTE; e (xiii) análise de valor de P&D referentes a 2008 e 2009 (PROJETOS 803,804 e 805 conforme despacho da ANEEL 512/2011).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Pelos serviços prestados até 30 de julho de 2012, os auditores independentes receberam a remuneração total de R \$164.134,38 relativo à Auditoria das demonstrações contábeis.
Justificativa da substituição	As Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2012 foram revisadas pela KPMG Auditores Independentes, sendo que a partir dessa data foi substituída pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que executaram os serviços de revisão e auditoria independente nos demais períodos de 2012, com previsão, conforme contrato assinado entre as partes, para realização dos serviços de auditoria, também dos exercícios 2013, 2014. A Companhia, em atendimento à Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, que em seu artigo 31 obriga a rotatividade dos auditores independentes por prazo não superior a cinco anos consecutivos, substituiu a KPMG Auditores Independentes pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, pelo fato daquela ter atingido o prazo máximo legal.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	02/07/2007 a 30/07/2012	499.953.166-68	rua Paraíba, 1122, 13 ANDAR, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (031) 21285700, Fax (031) 21285702, e-mail: mtferreira@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/08/2012
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes foram contratados para: (i) auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013, 2014; (ii) revisão especial das Informações trimestrais a partir de 30 de junho de 2012 até 31 de março de 2015, (iii) asseguarção de controles SOX – seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (como suporte ao relatório da controladora CEMIG); (iv) auditoria da conta de Compensação da Parcela A (CVA); (v) relatório Circunstanciado – PAC; (vi) revisão de procedimentos para apuração de impostos e contribuições; (vii) Assessoria tributária contínua; (viii) Demandas adicionais, referentes a relatórios de asseguarção relacionados a projetos específicos ou novas regulamentações eventualmente expedidas, conforme usualmente exigidas por órgãos fiscalizadores, tais como a ANEEL e CVM.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	<p>Pelos serviços contratados para o período de 36 meses, os auditores independentes receberão a remuneração total de R\$1.128.976, segregada entre: (i) R\$447.275 relativos à auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014; (ii) R\$156.528 relativos à revisão especial das informações trimestrais a partir de 30 de junho de 2012 até 31 de março de 2015; (iii) R\$221.626 relativos à asseguarção de controles SOX – seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley; (iv) R\$40.961 relativos à auditoria da conta de Compensação da Parcela A (CVA); (v) R\$40.961 relativos ao relatório Circunstanciado – PAC; (vi) R\$38.765 relativos à revisão de procedimentos para apuração de impostos e contribuições; (vii) R\$60.953 relativos à assessoria tributária contínua; (viii) R\$121.907 relativos às demandas adicionais, referentes a relatórios de asseguarção relacionados a projetos específicos ou novas regulamentações eventualmente expedidas, conforme usualmente exigidas por órgãos fiscalizados, tais como ANEEL e CVM.</p> <p>Pelos serviços prestados a partir de 01 de agosto de 2012, os auditores independentes receberam a remuneração total de R\$87.870, segregada entre: (i) R\$32.122 relativos à auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; (ii) R\$17.433 relativos à revisão especial das informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2012; (iii) R\$29.550 relativos à asseguarção de controles SOX – seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley; (iv) R\$6.827 relativos à auditoria da conta de Compensação da Parcela A (CVA); (v) R\$1.938 relativos à revisão de procedimentos para apuração de impostos e contribuições.</p>

Justificativa da substituição

-

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Ricardo Faria Gomez	01/08/2012	144.346.268-33	Rua Paraiba 1122., 20 e 21 andar, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (31) 32697400, Fax (31) 32697400, e-mail: danrodrigues@deloitte.com

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2012)

Exercício social (31/12/2011)

Exercício social (31/12/2010)

a. Valor das medições contábeis:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. Motivo pelo qual a Administração entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

	<u>Exercício Social Encerrado em 31/12/2012</u>	<u>Exercício Social Encerrado em 31/12/2011</u>	<u>Exercício Social Encerrado em 31/12/2010</u>
<u>a) Regras sobre retenção de lucros</u>	<p>Cabe à Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre a retenção de lucros. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores. O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; • 50% será distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável; • o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“<u>CEMIG</u>”) será distribuído à CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre. <p>Adicionalmente, a Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”) prevê que, do lucro líquido do exercício social, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social, exceto no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.</p>		
<u>Valores das Retenções de Lucros</u>	<u>No exercício social de 2012, o valor das retenções de lucro foi de R\$ 50.251 mil.</u>	<u>No exercício social de 2011, o valor das retenções de lucros foi de R\$35.999 mil.</u>	<u>No exercício social de 2010, não houve retenções de lucros.</u>
<u>b) Regras sobre distribuição de dividendos</u>	<p>O Estatuto Social da Companhia, vigente nos exercícios de 2012, 2011 e 2010, determinava que, do lucro líquido apurado em cada exercício, (i) 50,00% seriam distribuídos a título de dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, e (ii) o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, seria distribuído à CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre. Eventualmente, de acordo com o disposto no item 3.4a deste Formulário de Referência, poderão ser distribuídos dividendos extraordinários.</p> <p>O artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações prevê que 50% do lucro líquido do exercício social, após a constituição da reserva legal, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório. Ainda nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a situação financeira da companhia.</p>		
<u>Valores dos Dividendos Distribuídos</u>	<u>No exercício social de 2012, foram distribuídos R\$ 384.679 mil, sendo (i) R\$ 141.114 mil a título de juros sobre o capital</u>	<u>No exercício social de 2011, foram distribuídos R\$ 683.972 mil, sendo (i) R\$ 142.613 mil a título de juros sobre o capital próprio, (ii) R\$ 297.794</u>	<u>No exercício social de 2010, foram distribuídos R\$ 158.708 mil a título de juros sobre o capital próprio.</u>

	<u>próprio e (ii) R\$ 243.565 mil a título de dividendos declarados em 2011 e aprovados em AGO de 2012.</u>	<u>mil a título de dividendos intermediários e (iii) R\$ 243.565 mil a título de dividendos complementares de 2011.</u>	
<u>c) Periodicidade das distribuições de dividendos</u>	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, vigente nos exercícios de 2012, 2011 e 2010,, os <u>dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.</u>		
<u>d) Restrições à distribuição de dividendos</u>	Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, regulamentação especial aplicável, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.		

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado				
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)				
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)				
Dividendo distribuído total				
Lucro líquido retido				
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Últ. Inf. Contábil 31/12/2013		Exercício social 31/12/2012		Exercício social 31/12/2011		Exercício social 31/12/2010	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo

Não houve dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2012 com exceção de 2011. Em 2011 tivemos R\$ 243.565 mil como dividendos adicionais propostos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2012	9.177.725,00		3,72600000	
	0,00		4,96950000	Dívida líquida / Lajida
	0,00		0,64210000	Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)
				Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º, alínea (a) do Estatuto Social da Companhia, que determina que o endividamento consolidado da Companhia deverá ser mantido em valor igual ou inferior a duas vezes e meia o LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) da Companhia.
				Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º alínea (b) do Estatuto Social da Companhia, que determina que deverá ser mantida uma relação consolidada de endividamento medida por Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50%.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2013)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
			563.051.874,55	525.392.623,87	175.362.133,34	694.593.632,30	1.958.400.264,06
			5.686.496.125,45	553.704.778,28	367.939.341,26	611.184.490,95	7.219.324.735,94
Total			6.249.548.000,00	1.079.097.402,15	543.301.474,60	1.305.778.123,25	9.177.725.000,00
Observação							
As informações prestadas se referem às demonstrações financeiras da Companhia.							

Composição dos empréstimos da Companhia, por moeda e indexador, com a respectiva previsão de amortização:

Posição em 31/12/2012 (em R\$ mil):

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	31.107	2.283	-	-	-	-	-	19.045	52.435
Euro	1.778	1.778	1.778	1.777	-	-	-	-	7.111
	<u>32.885</u>	<u>4.061</u>	<u>1.778</u>	<u>1.777</u>	-	-	-	<u>19.045</u>	<u>59.546</u>
Indexadores									
IPCA (1)	1.449	-	176.279	176.280	176.279	-	-	-	530.287
IGP-M (2)	22.408	378.951	-	-	-	-	-	-	401.359
UFIR/RGR (3)	69.345	75.192	61.291	49.803	40.224	35.362	23.562	35.336	390.115
CDI (4)	1.756.499	473.620	65.914	65.910	66.360	-	-	-	2.428.303
Taxas pré-fixadas	793.153	-	-	-	-	-	-	-	793.153
TR (5)	1.534	382	96	-	-	-	-	-	2.012
Outros	2.293	-	578	731	732	521	-	-	4.855
	<u>2.646.681</u>	<u>928.145</u>	<u>304.158</u>	<u>292.724</u>	<u>283.595</u>	<u>35.883</u>	<u>23.562</u>	<u>35.336</u>	<u>4.550.084</u>
	<u>2.679.566</u>	<u>932.206</u>	<u>305.936</u>	<u>294.501</u>	<u>283.595</u>	<u>35.883</u>	<u>23.562</u>	<u>54.381</u>	<u>4.609.630</u>

- (1) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA
(2) Índice Geral de Preços –Mercado - IGP-M
(3) Unidade Fiscal de Referência UFIR/RGR
(4) Certificado Depósito Interbancário – CDI
(5) Taxa Referencial - TR

Posição em 31/12/2011 (em R\$ mil):

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	31.022	27.638	2.095	-	-	-	-	21.058	81.813
Euro	1.605	1.606	1.606	1.606	1.606	-	-	-	8.029
	<u>32.627</u>	<u>29.244</u>	<u>3.701</u>	<u>1.606</u>	<u>1.606</u>	-	-	<u>21.058</u>	<u>89.842</u>
Indexadores									
IPCA (1)	1.678	-	-	166.990	166.990	166.990	-	-	502.648
IGP-M (2)	21.087	-	351.610	-	-	-	-	-	372.697
UFIR/RGR (3)	73.506	65.906	65.907	58.944	47.001	37.182	33.666	46.126	428.238
CDI (4)	497.336	502.107	405.193	-	-	-	-	-	1.404.636
Taxas pré-fixadas	(4.576)	711.372	-	-	-	-	-	-	706.796
TR (5)	1.487	-	381	95	-	-	-	-	1.963
Outros	2.855	686	77	142	214	214	214	-	4.402
	<u>593.373</u>	<u>1.280.071</u>	<u>823.168</u>	<u>226.171</u>	<u>214.205</u>	<u>204.386</u>	<u>33.880</u>	<u>46.126</u>	<u>3.421.380</u>
	<u>626.000</u>	<u>1.309.315</u>	<u>826.869</u>	<u>227.777</u>	<u>215.811</u>	<u>204.386</u>	<u>33.880</u>	<u>67.184</u>	<u>3.511.222</u>

- (1) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA
(2) Índice Geral de Preços –Mercado - IGP-M
(3) Unidade Fiscal de Referência UFIR/RGR
(4) Certificado Depósito Interbancário – CDI
(5) Taxa Referencial – TR

Para fins deste Formulário de Referência, “Dívida Líquida” significa uma medição não contábil elaborada pela Emissora, conciliada com suas demonstrações financeiras, consistindo no somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações

financeiras de liquidez imediata). Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. A Emissora divulga Dívida Líquida porque a utiliza para medir o seu nível de endividamento.

Cemig D	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e Equivalentes de Caixa	190.233	527.296	503.409
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	4.609.630	3.511.222	3.046.995
Dívida Líquida (Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Caixa e Equivalentes de Caixa)	4.419.397	2.983.926	2.543.586
Total do Passivo	9.177.725	7.801.490	7.026.540
Patrimônio Líquido	2.463.149	2.656.463	2.376.899
Lajida - R\$ mil	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Resultado do exercício	191.365	719.971	441.002
(+) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	20.440	293.502	134.160
(+) resultado Financeiro	284.872	216.113	224.295
(+) Amortização e Depreciação	392.634	383.714	377.534
(=) LAJIDA	889.311	1.613.300	1.176.991
Lajida: calculado em conformidade com a instrução CVM nº 527/12;			
Índice de endividamento (Total do Passivo / Patrimônio Líquido)	3,73	2,94	2,96
Dívida Líquida / LAJIDA 12 meses	4,97	1,85	2,16
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	0,64	0,53	0,52

Para fins deste Formulário de Referência, “LAJIDA” é uma medição não contábil elaborada pela Emissora, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

a) com relação à Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”)

Não temos certeza da renovação de nossas concessões.

Conduzimos a grande maioria das nossas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por meio de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Brasileira exige que todas as concessões de serviços públicos sejam objeto de licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal instituiu certas leis e regulamentos, denominados coletivamente como Lei de Concessões, os quais regem os procedimentos de licitação do setor elétrico.

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579, que dispõe sobre a prorrogação das concessões outorgadas antes da Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995. De acordo com a referida norma, tais concessões poderão ser prorrogadas uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, a critério do poder concedente. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia assinou o terceiro termo aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 006/1997, que garantiu a prorrogação dessa concessão por 30 anos, nos termos da referida MP, contados a partir de 01 de janeiro de 2013. Contudo, a Companhia optou por não solicitar a prorrogação das concessões de geração cujo termo ocorrerá entre 2013 e 2017. Para o caso das usinas que teriam uma primeira prorrogação antes da edição da MP 579/2012, a saber, Jaguará, São Simão e Miranda, a Companhia entendeu que a cláusula quarta do Contrato de Concessão de Geração nº 007/1997 garante o seu direito de prorrogação por mais 20 anos sem a aplicação de nenhuma condicionante. Para os demais empreendimentos de geração que têm o termo de suas concessões entre 2015 e 2017, a saber, Três Marias, Salto Grande, Itutinga, Camargos, Piau, Gafanhoto, Peti, Tronqueiras, Joasal, Martins, Cajuru, Paciência, Marmelos, Sumidouro, Anil, Poquim, Dona Rita e Volta Grande, a Companhia optou por não solicitar a sua prorrogação nos termos da MP.

À luz do grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal, em relação aos novos contratos de concessão, ao que diz respeito à renovação de concessões existentes, bem como pelas recentes disposições estabelecidas por meio da Medida Provisória nº 579/2012 para as renovações das concessões de distribuição, geração e transmissão, não podemos garantir que novas concessões serão obtidas ou que nossas concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aqueles atualmente em vigor. A não renovação de quaisquer de nossas concessões poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Podemos não ser capazes de concluir nosso programa de investimentos pretendido.

Nosso Estatuto estabelece que poderemos utilizar até 40,0% de nosso LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), em cada exercício social, em investimentos de capital e aquisições. Nossa capacidade para implementar nosso programa de

investimentos depende de diversos fatores, incluindo nossa capacidade de cobrar tarifas adequadas por nossos serviços, nosso acesso ao mercado de capitais doméstico e internacional e uma gama de fatores operacionais e de outra natureza. Ademais, os planos de expansão de nossa capacidade de geração e transmissão estão sujeitos a processo licitatório regido pela Lei de Concessões. Não podemos garantir que teremos os recursos financeiros para concluir esse programa, o que poderá afetar nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Podemos incorrer em prejuízos relativos a processos judiciais pendentes.

Somos réus em diversos processos judiciais e administrativos de naturezas cível, administrativa, ambiental, tributária, trabalhista, regulatória, dentre outros. Esses processos envolvem uma ampla gama de questões e visam à obtenção de indenizações e reparações em dinheiro e obrigações de fazer. Vários litígios individuais respondem por uma parcela significativa do valor total dos processos movidos contra a nossa Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem provisões para contingências no montante de R\$ 468 milhões em 31 de dezembro de 2012, para ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que improvável. Adicionalmente, na hipótese de as nossas provisões legais serem insuficientes, o pagamento dos processos em valor que exceda os valores provisionados poderá causar um efeito adverso nos nossos resultados operacionais e condição financeira.

Estamos sujeitos a regras e limites aplicados a níveis de endividamento do setor público e a restrições sobre o uso de certos recursos que captamos, o que poderá nos impedir de obter financiamentos.

Na qualidade de companhia estatal, estamos sujeitos a regras e limites atinentes ao nível de crédito aplicável ao setor público emitidos pelo CMN e pelo Banco Central. Essas regras fixam certos parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a companhias do setor público. Desta forma, se não atendermos a essas condições e parâmetros, poderemos enfrentar dificuldade para obter financiamentos de instituições financeiras brasileiras, o que poderá criar dificuldades na implementação de nosso plano de investimento. A legislação brasileira também estabelece que uma companhia controlada pelo Estado, de modo geral, apenas pode utilizar os recursos decorrentes de transações externas com bancos comerciais (dívidas, incluindo títulos) para refinarçar obrigações financeiras. Como resultado dessas regras, nossa capacidade de endividamento fica limitada, o que poderá afetar negativamente a implementação do nosso plano de investimento.

Temos responsabilidade objetiva por quaisquer danos decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, temos responsabilidade objetiva pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de

interrupções ou distúrbios do sistema de geração, transmissão ou distribuição, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do Operador Nacional do Sistema (ou ONS), ou ao ONS propriamente dito, são compartilhados entre companhias de geração, distribuição e transmissão. Até que um responsável final seja definido, a responsabilidade por tais danos será compartilhada na proporção de 35,7% para os agentes de distribuição, 28,6% para os agentes de transmissão e 35,7% para os agentes de geração. Essas proporções são determinadas pelo número de votos que cada classe de concessionárias de energia tem direito nas assembleias gerais do ONS e, portanto, podem ser alteradas no futuro. Dessa forma, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados por quaisquer desses danos.

Disputas trabalhistas, greves e/ou paralisações de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre o nosso negócio.

Praticamente todos os nossos empregados estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. Celebramos acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria de nossos empregados.

Figuramos no polo passivo em reclamações trabalhistas instauradas por nossos empregados que se referem, em sua grande maioria, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. Também somos parte em ações relacionadas à terceirização de serviços, ajuizadas pelos empregados de nossos contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes.

Em 2008 e 2009 não enfrentamos nenhuma manifestação trabalhista relevante. Nas negociações para celebração do Acordo Coletivo de 2010, parte de nossos empregados entrou em greve por 20 dias. Durante as negociações de 2011, para a renovação do ACT, ocorreram cinco dias intermitentes de paralisação de nossos empregados. Em 2012, durante as negociações, ocorreu um dia de paralisação com a participação de cerca de 12% dos empregados. Em todos esses eventos nosso Comitê de Emergência Operacional foi acionado e as greves não afetaram o fornecimento de energia aos nossos consumidores.

Nós não possuímos seguro contra perdas incorridas em decorrência de interrupções nos negócios causadas por ações trabalhistas. Na hipótese de greve, poderemos enfrentar uma perda imediata de receita. Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes a nossos empregados ou a sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre o nosso negócio, resultados operacionais ou condição financeira ou sobre nossa capacidade de manter níveis normais de serviço.

Há restrições contratuais à nossa capacidade de endividamento.

Estamos sujeitos a certas restrições sobre nossa capacidade de endividamento em função de obrigações previstas em nossos contratos de empréstimo. Na hipótese de descumprimento por

parte da nossa Companhia de quaisquer dessas obrigações contidas em nossos contratos de empréstimo, a totalidade do valor do principal, juros futuros e quaisquer multas devidas nos termos dos referidos contratos poderão tornar-se imediatamente devidos e exigíveis. Em 2009, 2010, 2011 e 2012, estivemos em descumprimento de nossas obrigações previstas em nossos contratos de empréstimo e, apesar de termos sido capazes de obter renúncias de nossos credores com relação a esse descumprimento, nenhuma garantia pode ser dada de que seremos bem-sucedidos em obter alguma renúncia no futuro. O vencimento antecipado de nossas obrigações poderá prejudicar nossa situação financeira, especialmente devido às disposições sobre inadimplemento cruzado (*cross default*) contidas em diversos de nossos contratos de empréstimo e de financiamento. A existência de limitações sobre nosso endividamento poderá nos impedir de celebrar novos contratos para financiamento de nossas operações ou para refinanciamento de nossas obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Operamos sem apólices de seguro contra catástrofes e responsabilidade civil.

Exceto para o ramo Aeronáutico, não possuímos seguro de responsabilidade civil que cubra acidentes e não solicitamos propostas relativas a este tipo de seguro. Ademais, não solicitamos proposta, tampouco contratarmos, cobertura de seguro contra catástrofes que possam afetar nossas instalações, tais como terremotos e inundações, risco de paralisação dos negócios ou falhas operacionais do sistema. Acidentes ou eventos catastróficos poderão afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais ou situação financeira.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos.

Mantemos apenas Seguro de Incêndio, Aeronáutico e Riscos Operacionais, tais como danos em equipamentos, além daqueles compulsórios por determinação legal, como Seguro de Transporte de bens pertencentes a pessoas jurídicas. Não podemos garantir que seus seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que esses seguros continuarão disponíveis no futuro. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados poderão nos gerar custos adicionais inesperados e significativos, que poderão resultar em efeito adverso em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

O Poder Público pode intervir nas concessões com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, o que poderá afetar adversamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

O Poder Público pode intervir nas concessões com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, além de interferir nas operações e receitas provenientes das operações das instalações da Companhia e de suas controladas. Em caso de intervenção, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

b) com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Somos controlados pelo Governo Estadual, o qual poderá ter interesses diversos dos interesses dos investidores.

Na qualidade de acionista controlador, o governo do Estado de Minas Gerais exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos nossos negócios. O governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 51% das nossas ações ordinárias e, conseqüentemente, tem o direito à maioria dos votos nas deliberações tomadas em nossas assembleias gerais, podendo (i) eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por *quórum* qualificado dos nossos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época de pagamento de quaisquer dividendos.

No passado, o Governo Estadual utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador para decidir se deveremos nos dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos nossos negócios e/ou resultados operacionais, o que poderá nos causar um efeito adverso relevante.

c) com relação aos seus acionistas

Não há fator de risco relacionado aos acionistas da Companhia, uma vez que ela é subsidiária integral da CEMIG e tais riscos encontram-se indicados no item (b) acima.

d) com relação a suas controladas e coligadas

Não há fatores de risco relacionados a controladas e coligadas da Companhia, uma vez que a Companhia não possui controladas e coligadas.

e) com relação aos seus fornecedores

Não há fatores de risco com relação a fornecedores da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

f) com relação aos seus clientes

Não há fatores de risco com relação a clientes da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

g) com relação aos setores da economia nos quais a Companhia atue

O nível de inadimplemento dos nossos consumidores poderá prejudicar nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Em 31 de dezembro de 2012, a totalidade dos nossos recebíveis vencidos devidos por consumidores finais era de aproximadamente R\$ 1.324 milhões, correspondentes a 7,17% da nossa receita líquida em 2012 e nossa provisão para devedores duvidosos era de R\$ 723 milhões. Aproximadamente 12,54% do total dos recebíveis eram devidos por companhias do setor público. Podemos ser incapazes de cobrar valores devidos por diversos municípios e demais consumidores em mora. Caso tais dívidas não sejam total ou parcialmente liquidadas, bem como o montante de dívidas em atraso de nossos consumidores vier a superar a provisão para devedores duvidosos, por nós constituída, poderá causar um efeito adverso em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Aumentos dos preços de compra de energia elétrica podem gerar descasamento do fluxo de caixa da Companhia.

Os contratos de compra de energia elétrica firmados pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, tais como a Companhia, têm seus preços vinculados a algumas variáveis, como, por exemplo, condições hidrológicas, que não estão no controle das referidas concessionárias. Embora eventuais aumentos sejam repassados para as concessionárias distribuidoras de energia elétrica quando de seus reajustes tarifários, tal situação poderá gerar descasamento dos fluxos de caixa, com efeito adverso nos negócios, resultados operacionais ou em suas condições financeiras.

h) com relação à regulação dos setores em que o emissor atue

Podemos ser penalizados pela Aneel em função do descumprimento dos nossos contratos de concessão, e/ou autorizações concedidas a nós, o que poderá resultar em multas, outras penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, encampação dos contratos de concessão ou revogação das autorizações.

Realizamos nossas atividades de geração, transmissão e distribuição nos termos de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal por intermédio da Aneel e/ou nos termos das autorizações concedidas às companhias do grupo CEMIG, conforme o caso. A Aneel poderá nos impor penalidades acaso deixemos de observar qualquer disposição dos contratos de concessão, inclusive aquelas relativas à observância dos padrões de qualidade estabelecidos. Dependendo da gravidade da inobservância, essas penalidades poderão incluir:

- multas por quebra contratual de até 2,0% das receitas da concessionária no exercício encerrado imediatamente anterior à data do inadimplemento contratual;

- liminares atinentes à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária no que tange à participação em processos licitatórios para outorga de novas concessões por um período de até dois anos;
- intervenção pela Aneel na administração da concessionária infratora; e
- revogação da concessão.

Ademais, o Governo Federal tem poderes para revogar qualquer uma de nossas concessões ou autorizações antes do encerramento do prazo da concessão, no caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação, por razões de interesse público.

Adicionalmente, atrasos na implementação e construção de novos projetos de energia podem ainda resultar na imposição de penalidades regulatórias por parte da Aneel, que, de acordo com a Resolução da Aneel No. 63, de 12 de maio de 2004, poderão consistir desde notificações ao vencimento antecipado de tais concessões ou autorizações.

A ANEEL poderá impor multas e até mesmo revogar nossas concessões ou autorizações na hipótese de violação dos contratos de concessão ou das autorizações. Qualquer indenização que venhamos a receber quando da rescisão do contrato de concessão e/ou da revogação das autorizações poderá não ser suficiente para compensar o valor integral de certos investimentos. Se quaisquer dos contratos de concessão forem rescindidos por nossa culpa, o valor efetivo da indenização poderá ser reduzido em função de multas ou outras penalidades. A rescisão de nossos contratos de concessão ou a imposição de penalidades poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A Aneel possui discricionariedade para estabelecer as tarifas que a Cemig Distribuição cobra dos consumidores. Tais tarifas são definidas de forma a preservar o equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão celebrados com a Aneel (atuando em nome do Governo Federal).

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo que permite três tipos de reajustes de tarifas: (1) o reajuste anual; (2) a revisão periódica; e (3) a revisão extraordinária. O reajuste anual se destina a compensar as alterações nos custos que estejam fora da gestão da empresa, como o custo da energia elétrica para atendimento aos consumidores, encargos setoriais definidos pelo Governo Federal e encargos de transporte em função do uso das instalações de transmissão e distribuição de outras empresas. Já os custos gerenciáveis são corrigidos pelo IGPM menos um fator de eficiência. De cinco em cinco anos acontece a revisão periódica de tarifas, com o objetivo de identificar as mesmas variações nos custos citados acima, bem como remunerar os ativos que a empresa construiu neste período e também estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será considerado nos reajustes de tarifa anuais subsequentes. No caso de eventos imprevisíveis que alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão ocorre a revisão extraordinária das tarifas.

Estamos sujeitos a uma extensa e incerta legislação e regulamentação governamental e eventuais alterações podem causar um impacto adverso relevante.

O Governo Federal vem implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei Federal 10.848 de 15 de março de 2004, ou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor elétrico brasileiro.

Essa estrutura regulatória vem sofrendo diversas alterações ao longo dos últimos anos sendo as modificações mais recentes inseridas via Medida Provisória nº 579/2012, que dispõe sobre a prorrogação das concessões outorgadas antes da Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995. De acordo com a referida norma, tais concessões poderão ser prorrogadas uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, a critério do poder concedente.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sendo atualmente contestada no Supremo Tribunal Federal (STF) que até a data deste Formulário ainda não proferiu decisão definitiva sobre a questão estando, portanto, em pleno vigor. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o arcabouço regulatório introduzido pela Lei poderá deixar de vigorar, fato que gerará incerteza sobre como e em que caso o Governo Federal conseguirá introduzir alterações no setor energético. Dessa forma, qualquer decisão pela constitucionalidade do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá fazer com que soframos efeito adverso relevante em nossas atividades, resultados operacionais e situação financeira. Em tempo, não podemos garantir que novas concessões serão obtidas ou que nossas concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aquelas atualmente em vigor.

Requerimentos e restrições das agências ambientais poderão acarretar custos adicionais à nossa Companhia.

Nossas operações relacionadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como à distribuição de gás natural, estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais e também a numerosas exigências atinentes à proteção da saúde e do meio ambiente. Atrasos ou indeferimentos de pedidos de licença por parte dos órgãos ambientais, bem como nossa eventual impossibilidade de cumprir os requisitos estabelecidos por esses órgãos, durante os processos de licenciamento ambiental podem resultar em custos adicionais, ou mesmo proibir ou comprometer, conforme o caso, a construção e manutenção desses projetos.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais - como a construção e operação de uma instalação potencialmente poluente sem uma licença ou autorização ambiental válida - poderá, além da obrigação de sanar quaisquer danos que venham a ser causados, resultarem na aplicação de sanções penais, civis e administrativas. Com base na legislação brasileira, penas

criminais tais como de restrição de direitos e de prisão podem ser aplicadas às pessoas físicas (incluindo administradores de empresas) e penas tais como multas, restrição de direitos ou prestação de serviços à comunidade podem ser aplicadas a pessoas jurídicas. Com relação às sanções administrativas, dependendo das circunstâncias, as autoridades ambientais podem impor advertências e multas que variam entre R\$50 mil e R\$50 milhões, exigir a suspensão parcial ou total de atividades, suspender ou restringir benefícios fiscais, cancelar ou suspender linhas de financiamento provenientes de instituições financeiras governamentais, bem como nos proibir de celebrar contratos com órgãos, companhias e autoridades governamentais. Quaisquer desses eventos poderiam afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Estamos sujeitos à legislação brasileira que exige pagamento de compensação caso nossas atividades tenham efeitos poluidores. De acordo com o Decreto Federal N° 6.848/2009 e o Decreto do Estado de Minas Gerais N° 45.175/2009 até 0,5% do montante total investido na implementação de um projeto que cause impacto ambiental significativo deve ser revertido para medidas compensatórias. O montante exato das medidas compensatórias será definido pela agência ambiental, com base no nível específico de poluição e impacto ambiental do projeto. O Decreto Estadual N° 45.175/2009 também indicou que a taxa de compensação será aplicada retroativamente a projetos implementados anteriormente à promulgação da atual legislação. O referido Decreto Estadual foi alterado pelo Decreto n° 45.629/2011, que estabeleceu que o valor de referência dos projetos que causam impacto ambiental significativo: I - para os projetos executados antes da publicação da Lei Federal n° 9.985 de 2000 será utilizado o valor escritural líquido, excluindo reavaliações ou, na sua falta, o valor do investimento apresentado pelo representante de tal projeto, e II - a compensação para projetos ambientais executados após a publicação da Lei Federal n° 9.985 irá usar a referência estabelecida no item IV do artigo 1° do Decreto n° 45.175 calculada no momento da execução do projeto e corrigida com base em uma taxa de reajuste pela inflação.

Ademais, as leis do Estado de Minas Gerais, onde a maior parte dos empreendimentos da CEMIG está localizada, exigem a constituição de uma Reserva Florestal Legal correspondente a 20% da área total da propriedade rural utilizada em nossos empreendimentos (Lei Estadual N° 14.309, de 19 de junho de 2002, regulamentada pelo Decreto N° 43.710, de 8 de janeiro de 2004).

Contudo, em 2012, foi aprovado o novo Código Florestal Brasileiro (Lei N° 12.727, de 17 de outubro de 2012, Conversão da Medida Provisória n° 571, de 2012) que alterou a legislação brasileira em relação ao tema, instituindo no seu artigo 12, § 7º, o seguinte:

“Não será exigida Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.”

Entretanto, como na legislação brasileira os Estados podem ter legislações específicas, estaremos aguardando uma possível revisão da legislação de Minas Gerais, em função do estabelecido no novo Código Florestal para uma correta avaliação de seus impactos nos empreendimentos localizados no Estado de Minas Gerais.

Por fim, a adoção ou implementação de novas leis e regulamentos de segurança, saúde e ambientais, novas interpretações de leis atuais, maior rigidez na aplicação das leis ambientais ou outros acontecimentos no futuro podem exigir que realizemos investimentos adicionais ou que incorramos em despesas operacionais adicionais a fim de manter nossas operações atuais, restringir nossas atividades de produção ou que adotemos outras ações que poderiam ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais ou condição financeira.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, uma vez que a Companhia atua apenas em território nacional.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía expectativa de redução ou aumento da sua exposição aos riscos apresentados no item 4.1 que a Companhia julgasse relevantes.

A Companhia figura como parte em processos administrativos e judiciais, os quais não são classificados como sigilosos. Em 31 de dezembro de 2012, o montante envolvido nesses processos cuja chance de perda foi avaliada como provável, era de, aproximadamente, R\$119 milhões e como possível era de, aproximadamente, R\$1,7 bilhão.

Encontram-se relacionados neste Formulário de Referência todos os processos administrativos e judiciais em andamento, nos quais a Companhia figura como parte devedora, classificados como relevantes, com a posição atualizada até 31 de dezembro de 2012. Na avaliação da relevância, a Companhia, além de se ater à capacidade do processo de impactar de forma significativa seu patrimônio, sua capacidade financeira ou seus negócios, considerou também outros fatores que poderiam influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a determinada prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Os valores envolvidos são avaliados pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos, sendo as contingências de perda classificadas em provável, possível ou remota, considerando os critérios determinados nas normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC:

A seguir, são apresentados os detalhes dos processos administrativos e judiciais, nos quais a Companhia figura como parte, que não estão sob sigilo e que são relevantes para os negócios da Companhia em 31 de dezembro de 2012:

Processo Judicial de Natureza Regulatória	
a. juízo	Justiça Comum Federal - 1ª Vara Federal de Uberlândia - MG Processo nº 20043803009397-0
b. instância	2ª instância - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 6ª Turma
c. data de instauração	25 de novembro de 2004
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: ANEEL e Companhia
e. valor envolvido	R\$132.647.926,87
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público Federal em face da Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda e, ainda, requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores de baixa renda. A decisão de primeira instância foi favorável ao Ministério Público Federal. A Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação perante o Tribunal Regional Federal e aguardam julgamento.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com

	valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Regulatória	
a. juízo	Justiça Comum Federal -3ª Vara Federal de Belo Horizonte – MG Processo nº 00640307620104013800
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	27 de agosto de 2010
d. partes no processo	Autor: Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – AMPROCOM Réus: ANEEL e Companhia
e. valor envolvido	R\$ 158.368.318,10
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública proposta pela Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – AMPROCOM, que discute os valores das tarifas cobradas pela Companhia após 2002 e sua metodologia, requerendo, ainda, a restituição, a todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica no período de 2002 a 2009, dos valores que alegadamente lhes foram indevidamente cobrados. Como o resultado desse assunto impactará todas as concessionárias de distribuição do país, acreditamos que, na hipótese de perda, a Companhia não terá de desembolsar o valor total envolvido, pois, em nossa opinião, será celebrado um novo Acordo do Setor Elétrico estabelecendo descontos na tarifa cobrada pela energia para reembolsar os consumidores por quaisquer valores pagos em excesso. Em dezembro de 2010, a ANEEL, que era responsável, em última instância, pelo cálculo do reajuste das tarifas de energia de 2002 a 2009, emitiu regulamentações isentando as concessionárias de distribuição da responsabilidade a esse respeito. Atualmente, há um projeto de Lei no Congresso Nacional para anular os efeitos desses regulamentos da ANEEL, em análise na Câmara dos Deputados, o que pode afetar adversamente nossa chance de perda da ação civil pública acima descrita. Este processo, que tramitava na 8ª Vara Federa, teve a competência declinada para a 3ª vara Federal e apensados ao Processo da ADIC (2009.38.00.027553-0), o qual consta da movimentação processual como sendo o processo principal, sendo também apensado o Processo nº 200938000275722 - ABC x ANEEL – CEMIG e ENERGISA. Em 03/10/2012 a Companhia peticionou requerendo a sua exclusão da lide em face de decisão ocorrida na ação da ADIC, bem como reafirmou a

	legitimidade passiva da ANEEL.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Tributária	
a. juízo	Justiça Federal - 14ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG Processo nº 20063800022523-7
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	10 de julho de 2006
d. partes no processo	Autor: CEMIG, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“ <u>CEMIG GT</u> ”) Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte
e. valor envolvido	R\$112.096.951,44, sendo R\$ 79.588.839,79 de responsabilidade da Companhia.
f. principais fatos	No ano de 2006, a CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre a qual não foi efetuada a retenção do Imposto de Renda, uma vez que o entendimento da CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT que essa obrigação não incide sobre verbas indenizatórias. A CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT foram notificadas pela Receita Federal e pelo INSS, tendo em vista a divergência nos entendimentos. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, a CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor da potencial obrigação de IRPF. Em decisão de 16 de fevereiro de 2007, o pedido de liminar foi indeferido e a segurança pleiteada foi denegada. Em maio de 2007 os autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República para apresentação de parecer. A CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT interpuseram recurso de apelação, que foi recebido em seu efeito devolutivo e está aguardando julgamento por parte do TRF da 1ª Região. Em 08/05/2008 foi apresentado Parecer do Ministério Público Federal opinando pelo improvimento do recurso de apelação, pois considerou que o “anuênio” possui natureza patrimonial, a qual não se

	desfigura em razão da forma de pagamento desse benefício, pelo que deve ser tributado pelo imposto de renda. Tanto o STJ, como o TRF da 1ª Região adotam o entendimento de que não há incidência do imposto em parcelas decorrentes da supressão de vantagens por meio de acordo coletivo, uma vez que tais valores possuem caráter indenizatório.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Tributária	
a. juízo	Justiça Comum Federal -20ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG Processo nº 20063800021839-6
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	30/06/2006
d. partes no processo	Autor: CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT Réu: Superintendente Regional do INSS/MG, FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social da Indústria – SESI.
e. valor envolvido	R\$92.285.104,84, sendo R\$ 65.522.424,44 de responsabilidade da Companhia.
f. principais fatos	Em 2006, a CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros. Nenhum valor de contribuição à Previdência Social foi coletado em relação a esses pagamentos, já que nossa opinião é que tal tributo não se aplica. Como resultado, recebemos notificações de infração do INSS. Para evitar o risco de multas, foi impetrado Mandado de Segurança e a despeito do pedido ter sido julgado improcedente em 1ª instância, nossa análise leva em consideração a natureza indenizatória desta verba e a ausência de jurisprudência específica no TRF-1 e no STJ. Em 30 de junho de 2006, foi impetrado Mandado de Segurança com pedido de liminar visando afastar a exigência da contribuição ao INSS (parte

	<p>patronal, dos empregados e SAT) e da contribuição de terceiros (FNDE, INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE) sobre os valores pagos aos empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço - Anuênio. A liminar foi indeferida. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, foi impetrado Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor das potenciais obrigações. Em 03 de março de 2008, foi publicada sentença que denegou a segurança. Em 25 de janeiro de 2008 foi interposto recurso de apelação requerendo a reforma integral da sentença, para que fosse reconhecido o direito das Apelantes de não recolherem as contribuições previdenciárias e de terceiros sobre os valores pagos a seus empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço. O juiz recebeu a apelação tempestivamente interposta no efeito devolutivo. A Apelação foi incluída na pauta de julgamento do dia 22/05/2012, tendo sido desprovida, à unanimidade. Publicado Acórdão que negou provimento à Apelação rejeitando a alegação de que a verba discutida tem natureza indenizatória, o que enseja a contribuição previdenciária patronal e empregatícia respectiva, uma vez que ela integra o salário de contribuição, advém a consequência natural de que sobre ela incidem, ainda, o adicional ao SAT, as contribuições a terceiros (SEBRAE, SESI e SENAI) e ao salário-educação (FNDE), exações que a jurisprudência abona por legais e constitucionais (STF, AI nº 622.981; RE nº 396.266). Por fim, restou consignado o entendimento de que o Adicional por Tempo de Serviço - anuênio deve integrar a folha de salários, atraindo também a contribuição ao INCRA, abonada pelo STJ (como CIDE) e pelo STF (como contribuição social). Opostos Embargos de Declaração pela Companhia, CEMIG e CEMIG Geração e Transmissão, requerendo o provimento dos Embargos Declaratórios, para que seja sanada a omissão quanto à diferenciação entre a verba paga pelas Embargantes nos termos do Programa de Indenização do Adicional por tempo de serviço e o Adicional por Tempo de Serviço em si, ao qual os empregados renunciaram expressamente, mediante recebimento de indenização. Em 07/02/2013 foi publicado despacho que concedeu vista aos Embargados, pelo prazo legal, tendo em vista a oposição de Embargos de Declaração com efeitos infringentes pela CEMIG. Em 26/02/2013 foi juntado aos autos a Impugnação aos Embargos de Declaração opostos pela Companhia, CEMIG e CEMIG Geração e Transmissão.</p>
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que

processo	considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal / SRF - Belo Horizonte – MG Processo: 106807249192010-14
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	09 de dezembro de 2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal Réu: Companhia
e. valor envolvido	R\$ 202.870.299,84
f. principais fatos	A autuação versa sobre contribuições previdenciárias (parte da empresa) incidentes sobre as seguintes rubricas: PLR, auxílio-alimentação, auxílio-educação e adicional ao RAT. A parcela de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) paga aos empregados, bem como o auxílio-alimentação (salário “ <i>in natura</i> ”) merecem destaque em razão do valor e da repercussão que ocasionam, já que a autuação considerou apenas os anos de 2005 e 2006, podendo haver reflexos nos outros anos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal / SRF - Belo Horizonte - MG Processo nº 106807249212010-93
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	09 de dezembro de 2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal

	Réu: Companhia
e. valor envolvido	R\$ 51.095.553,93
f. principais fatos	A autuação versa sobre a exigência das contribuições previdenciárias destinadas a terceiros, incidentes sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, não recolhidas até a presente data à alíquota total de 5,8%. Além das contribuições devidas às entidades de terceiros (FNDE, SENAI, SESI, SEBRAE E INCRA), a fiscalização também está exigindo contribuição ao SEST/SENAT que deveria ter sido recolhida pela Companhia, na qualidade de tomadora de serviços de transporte autônomo rodoviário (táxi). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal / SRF - Belo Horizonte - MG Processo nº 106807262442011-29
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	04 de novembro de 2011
d. partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal Réu: Companhia
e. valor envolvido	R\$ 234.135.044,52
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração, recebido em 21 de dezembro de 2010, decorrente da suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias devidas à Seguridade Social, parte da empresa, relativas às competências de janeiro de 2005 a dezembro de 2006, incidentes sobre as seguintes rubricas: i) pagamentos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados; ii) pagamentos aos empregados a título de ticket-alimentação; iii) pagamentos aos empregados a título de ajuda de custo para formação – auxílio-educação; iv) não recolhimento da alíquota adicional sobre remunerações de empregados expostos a riscos no ambiente de trabalho. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
a. juízo	Processo nº 01000168689-76
b. instância	Conselho de Contribuintes
c. data de instauração	28 de dezembro 2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Réus: Companhia e Samarco Mineração S.A.
e. valor envolvido	R\$ 117.942.848,05
f. principais fatos	A Companhia foi autuada pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais em razão de: a) recolhimento de ICMS a menor, relativo aos meses de setembro de 2005 a dezembro de 2007, no valor original de R\$22.085.482,17; emissão de notas fiscais/contas de energia elétrica relativas à TUSD sem destaque do ICMS devido, em cumprimento à Liminar concedida na Ação Ordinária 0024.05.7819476 ajuizada pela Samarco Mineração S/A; b) não recolhimento do ICMS no valor de R\$27.465.075,17 destacado nas Notas Fiscais/contas de energia elétrica no período compreendido entre janeiro de 2008 e setembro de 2010 relativas às parcelas que compõem a TUSD, em cumprimento a Liminar concedida na referida Ação Ordinária. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração, mas a Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais entendeu que o julgamento do Processo Tributário Administrativo em questão restou prejudicado na esfera administrativa, determinando a remessa dos autos à Advocacia Geral do Estado. Por sua vez, a Companhia apresentou Reclamação contra a referida decisão e aguarda julgamento pelo Conselho de Contribuintes.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.

i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.
---	-------------------------

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
a. juízo	Processo nº 01000168498-31
b. instância	Conselho de Contribuintes
c. data de instauração	10 de dezembro de 2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Réu: Companhia e Novelis do Brasil Ltda.
e. valor envolvido	R\$ 77.722.262,35
f. principais fatos	A Companhia foi autuada pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais em razão de não recolhimento do ICMS, no valor original de R\$31.242.030,96, destacado nas notas fiscais conta de energia elétrica emitidas no período entre agosto de 2005 e setembro de 2010, relativas às parcelas que compõem a TUSD, visto que o valor do imposto incidente foi decotado, em cumprimento da Liminar concedida no Mandado de Segurança nº 0024.05.782004-5, impetrado pela Novelis do Brasil Ltda., classificada como coobrigada neste administrativo. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração, mas a Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais entendeu que o julgamento do Processo Tributário Administrativo em questão restou prejudicado na esfera administrativa, determinando a remessa dos autos à Advocacia Geral do Estado. Por sua vez, a Companhia apresentou Reclamação contra a referida decisão e aguarda julgamento pelo Conselho de Contribuintes.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

Processo Judicial de natureza Tributária	
a. juízo	Justiça Comum / 2ª Vara Cível - Boa Esperança – MG

	Processo nº 00310458320118130071
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21 de junho de 2011
d. partes no processo	Autor: IMIDEC - Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor Réu: Companhia
e. valor envolvido	R\$ 73.549.417,85
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Coletiva com Pedido de Tutela Antecipada proposta pelo Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor – IMIDEC, através da qual requer a declaração de inexistência de relação jurídica que obrigue os consumidores ao pagamento do ICMS sobre o total da nota/fatura de energia elétrica na forma como é atualmente calculado. Em 14 de fevereiro de 2013, a ação foi julgada favoravelmente à Companhia em 1ª instância. Em 21/03/2013, foi interposto do recurso de apelação pelo IMIDEC.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
a. juízo	Processo nº 01000168498-31
b. instância	Conselho de Contribuintes
c. data de instauração	10/ de dezembro de /2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Réus: Companhia e Novelis do Brasil Ltda.
Obs.: os demais dados a respeito deste processo (valor envolvido, principais fatos, chance de perda, análise do impacto, em caso de perda do processo e valor provisionado, se houver provisão) encontram-se descritos no item 4.3 deste Formulário. Este processo foi citado neste item 4.4, apenas por referência, em conformidade com a instrução dada pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2012.	

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
a. juízo	Processo nº 01000168689-76
b. instância	Conselho de Contribuintes
c. data de instauração	28/ de dezembro de /2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Réus: Companhia e Samarco Mineração S/A
Obs.: os demais dados a respeito deste processo (valor envolvido, principais fatos, chance de perda, análise do impacto, em caso de perda do processo e valor provisionado, se houver provisão) encontram-se descritos no item 4.3 deste Formulário. Este processo foi citado neste item 4.4, apenas por referência, em conformidade com a instrução dada pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2012.	

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é parte em processos classificados como sigilosos.

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais repetitivos ou conexos, conforme apresentados a seguir:

Processos Administrativos de Natureza Tributária – Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou diversos processos administrativos contra a CEMIG, Companhia e a CEMIG GT relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados – PLR, programa de alimentação do trabalhador – PAT, auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. As Companhias apresentaram as defesas e aguardam julgamentos. Em 31 de dezembro de 2012, o montante reivindicado nesses processos, incluídos os processos citados no item 4.3, deste Formulário de Referência, cuja chance de perda foi avaliada como possível, era de, aproximadamente, R\$923 milhões, sendo R\$528 milhões de responsabilidade da Companhia.

Processos Judiciais de Natureza Tributária – Recolhimento das contribuições PIS e COFINS

A CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT são partes em algumas ações relacionadas às contribuições PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2012, o valor envolvido nesses processos era de, aproximadamente, R\$1,04 bilhão, dos quais R\$1,02 bilhão estava relacionado a um processo onde as Companhias acima referidas são credoras e a chance de perda foi avaliada como possível. Caso não obtenham êxito nesta ação, não haverá desembolso financeiro pelas Companhias, uma vez que o valor depositado será convertido em renda para a União Federal. Os restantes R\$0,02 bilhão estavam relacionados a processos judiciais, cuja chance de perda foi avaliada como remota, nos quais os autores exigem a suspensão do repasse das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS, por considerar ilegal a sua incidência nas faturas de energia elétrica, arguindo fazer jus à devolução de todos os valores acrescidos de correção monetária e juros legais. Em alguns desses processos é requerida a devolução de 200% do valor cobrado.

Processos Administrativos de Natureza Tributária – Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Companhia, a CEMIG, e a CEMIG GT figuram como partes em diversos processos administrativos cujas decisões indeferiram as compensações de créditos dos seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. As Companhias estão contestando a cobrança dos aludidos tributos pelo fisco federal. Em 31 de dezembro de 2012, o valor envolvido nesses

processos era de, aproximadamente, R\$371 milhões, cuja chance de perda foi avaliada como possível, sendo R\$192,8 milhões de responsabilidade da Companhia.

Processos Administrativos e Judiciais de Natureza Tributária – ICMS sobre TUSD e demanda - ICMS sobre transações bilaterais
--

A Companhia e a CEMIG são rés em diversos processos administrativos e judiciais ajuizados pela Receita Estadual de Minas Gerais, em conjunto com vários consumidores, relacionados a questões de ICMS. Em 31 de dezembro de 2012, o montante reivindicado nesses processos, incluindo os listados no item 4.3, deste Formulário de Referência, cuja chance de perda foi avaliada como possível, era de, aproximadamente, R\$356 milhões, e com chance de perda avaliada como provável era de, aproximadamente, R\$33,6 milhões, dos quais destacamos os principais:

Algumas das questões discutidas nestes processos são relacionadas a não incidência do ICMS sobre a demanda contratada e não utilizada de eletricidade. Em 31 de dezembro de 2012, o montante envolvido nestes processos era de, aproximadamente R\$37,2 milhões, cuja chance de perda foi avaliada como possível. A Companhia e a CEMIG têm requerido as suas exclusões da lide, tendo em vista que a decisão final não produzirá efeitos em relação a elas, uma vez que as Companhias apenas cumprem a função legal de repassar aos cofres públicos estaduais o ICMS, sendo que em alguns desses processos as decisões têm sido favoráveis à Companhia e a CEMIG.

A Companhia e a CEMIG também são rés em processos que discutem o impacto do ICMS sobre a TUSD. Em 31 de dezembro de 2012, o montante reivindicado nestes processos, incluindo os listados no item 4.3, deste Formulário de Referência, cuja chance de perda foi avaliada como possível era de, aproximadamente R\$275,9 milhões, e o montante envolvido nestes processos cuja chance de perda foi avaliada como provável era de, aproximadamente, R\$6,8 milhões.

A Companhia e a CEMIG são partes em conjunto com diversos consumidores, em diversos processos administrativos e judiciais, relacionados à cobrança de ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia. Embora a Companhia e a CEMIG sejam apenas coobrigadas, as decisões no âmbito administrativo foram desfavoráveis a ela, tendo sido o lançamento de crédito tributário julgado procedente. O Estado de Minas Gerais vem executando judicialmente os referidos créditos, na maioria dos casos, apenas contra as empresas contribuintes. No entanto, os créditos tributários inscritos em dívida ativa podem constituir óbice para obtenção de certidão comprobatória de regularidade fiscal pela Companhia e a CEMIG. Foi ajuizado medida judicial preventiva com pedido de liminar, visando suspender a exigibilidade desses créditos. Em 31 de dezembro de 2012, o montante envolvido nestes processos cuja chance de perda foi avaliada como possível

era de, aproximadamente R\$29,4 milhões, e o montante envolvido nestes processos cuja chance de perda foi avaliada como provável era de R\$26,6 milhões.

Processos Judiciais de Natureza Cível – Processos patrimoniais e de responsabilidade civil

A CEMIG, Companhia e a CEMIG GT são partes em diversos processos administrativos e judiciais, principalmente como réis, relativos a ações patrimoniais, bem como de indenização envolvendo a matéria de responsabilidade civil, decorrentes de acidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2012, o valor dos pleitos com chance de perda provável era de, aproximadamente, R\$50,4 milhões, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de, aproximadamente, R\$15,5 milhões e com chance de perda possível era de, aproximadamente, R\$79,1 milhões, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de, aproximadamente, R\$42,7 milhões.

A Companhia é demandada em quatro ações, nas quais os autores buscam indenizações por danos morais e materiais, relativas ao acidente ocorrido em 27 de fevereiro de 2011, na cidade de Bandeira do Sul, decorrente do lançamento de “serpentina metálica” na rede de distribuição de energia elétrica, que ocasionou um curto-circuito e o rompimento de cabos de média tensão, os quais, ao atingirem o solo, acarretaram a morte de 16 pessoas, além de dezenas de feridos. As ações envolvem 29 familiares de 14 das vítimas fatais e 2 lesionados. Não obstante a inexistência de qualquer atitude da Companhia para a ocorrência do evento, em 31 de dezembro de 2012, avaliamos para duas ações a chance de perda como provável, as quais totalizam aproximadamente R\$4,9 milhões. O montante total envolvido nas outras duas ações, cuja contingência de perda foi avaliada como possível, corresponde a aproximadamente R\$ 1 milhão. Vale ressaltar que a maior relevância destas ações para a Companhia não se relaciona a impactos financeiros, mas na exposição negativa de sua imagem, uma vez que o acidente foi muito divulgado pela mídia.

Processos Judiciais de Natureza Trabalhista – Obrigações trabalhistas

A CEMIG, Companhia e a CEMIG GT são réis em diversas ações movidas por empregados próprios e empregados de empresas terceirizadas. Essas ações são relativas, de modo geral, a horas extras e adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas a terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadoria pela Forluz e ajustes salariais. Em 31 de dezembro de 2012, o valor dos pleitos com chance de perda provável era de, aproximadamente, R\$80 milhões, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de, aproximadamente, R\$21 milhões e com chance de perda possível era de, aproximadamente, R\$259 milhões, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de, aproximadamente, R\$127 milhões.

Processos Judiciais de Natureza Cível - Relações de Consumo

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais, nos quais se discutem a prestação do serviço de distribuição de energia propostas pelos seus consumidores, pelo Ministério Público e demais Órgãos de Defesa do Consumidor com pedidos diversos relativos às apurações de irregularidades na medição do consumo de energia elétrica, o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica pelo não pagamento de débitos, o parcelamento de débitos, a indenização por danos morais e materiais em razão de desligamentos acidentais de energia, indenização por danos materiais decorrentes de queimas de aparelhos eletrodomésticos, dentre outros de mesma natureza. Em 31 de dezembro de 2012, o valor dos pleitos com chance de perda possível era de, aproximadamente, R\$30 milhões e com chance de perda provável era de, aproximadamente, R\$66 milhões, dos quais R\$59,9 milhões foram provisionados e os restantes R\$6,4 milhões não foram provisionados, tendo em vista que R\$6,3 milhões decorrem de ações administrativas com probabilidade de perda possível na esfera judicial e o remanescente versa sobre ações relativas a obrigação de fazer.

Processos Judiciais de Natureza Ambiental – Áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros

A CEMIG, Companhia e a CEMIG GT são partes em diversos processos administrativos e judiciais, os quais envolvem áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros. Em 31 de dezembro de 2012, o montante envolvido nestas demandas avaliadas com chance de perda provável era de, aproximadamente, R\$5,4 milhões, sendo R\$274 mil de responsabilidade da Companhia, e as avaliadas com chance de perda possível era de, aproximadamente, R\$7,2 milhões, sendo R\$130 mil de responsabilidade da Companhia. Ressalta-se que, dentre os processos mencionados, existem diversas Ações Cíveis Públicas, nas quais os valores envolvidos não podem ser apurados com precisão, tendo em vista que a maioria destas ações esta relacionada a danos ambientais e requerem indenização, recuperação de áreas degradadas e medidas compensatórias, que serão definidas no curso do processo, muitas vezes necessitando de perícia para apuração dos valores. Ademais, por versarem sobre direitos coletivos, poderão ser ajuizadas ações individuais pleiteando reparações ou indenizações decorrentes das decisões judiciais que vierem a ser proferidas no âmbito das aludidas ações cíveis públicas.

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram contempladas nos itens anteriores.

Não aplicável, uma vez que a Companhia só possui valores mobiliários custodiados no Brasil.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Riscos Macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem causar impacto direto sobre o negócio da Companhia.

O Governo Federal intervém com frequência na economia do país, e ocasionalmente realiza mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória. Os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia poderão ser afetados adversamente por alterações das políticas governamentais, bem como por:

- flutuações da taxa de câmbio;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- alterações das taxas de juros;
- política fiscal;
- demais acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a afetar o Brasil e/ou os mercados internacionais;
- controle de fluxo de capitais; e
- limites ao comércio internacional.

A inflação e certas medidas governamentais destinadas a controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia.

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas tomadas pelo Governo Federal na tentativa de combatê-la afetariam de forma negativa e significativa a economia brasileira.

Desde a introdução do real, em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem permanecido bem abaixo das verificadas em períodos anteriores. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), as taxas de inflação anuais brasileiras em 2010, 2011 e 2012 foram 5,9%, 6,0% e 5,84%, respectivamente. Não se pode garantir que a inflação permanecerá nestes níveis.

Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar o valor do real, poderão acarretar aumentos da inflação e, por conseguinte, ter impactos econômicos adversos sobre as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira. Caso o Brasil experimente inflação alta no futuro, a Companhia talvez não consiga ajustar as tarifas

que cobra de seus clientes visando compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custo.

Praticamente a totalidade das despesas operacionais de caixa da Companhia é denominada em reais e tendem a aumentar com a taxa de inflação vigente no Brasil. As pressões inflacionárias também poderão restringir sua capacidade de acesso a mercados financeiros estrangeiros ou poderão levar ao aumento da intervenção do governo na economia, inclusive com a introdução de políticas governamentais que poderiam prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira ou afetar de maneira adversa o valor de mercado de suas ações.

Risco de taxas de câmbio

A moeda brasileira desvalorizou-se periodicamente nas últimas quatro décadas. Ao longo deste período, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. Embora os períodos prolongados de desvalorização da moeda brasileira, em geral, tenham correspondido à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países.

Em 2012, o real se desvalorizou 9,38 % frente ao dólar dos Estados Unidos. Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não pode ser dada nenhuma garantia de que o real se valorizará novamente ou se desvalorizará em relação ao dólar dos Estados Unidos.

Diante de tal histórico de flutuações, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional. Um quadro de instabilidade cambial com eventual desvalorização do real poderá vir a prejudicar os resultados da Companhia em exercícios futuros, tendo em vista que: (i) refletirá em aumentos de gastos com despesas financeiras e custos operacionais, uma vez que a Companhia possui obrigações de pagamento relativas a financiamentos e importações indexadas à variação de moedas estrangeiras; (ii) as pressões inflacionárias causadas por desvalorizações cambiais, caso resultem em elevação abrupta dos índices inflacionários, podem ocasionar aumentos de custos e despesas operacionais da Companhia reduzindo seu fluxo de caixa operacional, se houver defasagem entre o momento da referida elevação e do reajuste anual da receita operacional da Companhia pelo IGP-M/IPCA aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica nos termos dos contratos de concessão; e (iii) a aplicação pelas autoridades monetárias brasileiras de política de aumento de juros, o que também teria efeito negativo sobre os resultados da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, operações contratadas de *hedge*. Em uma operação contratada em junho de 2005 com o Banco ABN Amro Real e com vencimento em junho de 2013, a Companhia tem como ativo o valor em dólar mais o juros de 7,1% ao ano e como passivo o valor em reais mais o juros de CDI acrescido de 1,5% ao ano, em uma operação de US\$8 milhões. A parte ativa do *hedge* coincide com o valor e indicadores da dívida. A Companhia não adota *hedge accounting* para estas operações.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía como passivo líquido exposto às taxas de câmbio o valor de R\$ 216 milhões (R\$220 milhões em 31 de dezembro de 2011).

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas decorrente das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos (como, por exemplo, aplicações financeiras) e contratos da Companhia; e (ii) passivos da Companhia, em especial dívidas com taxas de juros flutuantes (para maiores informações, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência). Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía quase a totalidade de equivalentes de caixa, e 53% de seu endividamento, indexados à variação da taxa de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros. Duas operações contratadas em maio de 2010 com o Banco do Brasil S.A. e com vencimento em maio de 2013 tiveram o objetivo de transformar uma dívida de R\$600 milhões com juros fixos de 11,47% ao ano em uma dívida atrelada ao CDI. Novamente, o ativo do *hedge* coincide com o valor e o indicador da dívida e o passivo, nesse caso, é de 96% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía um passivo líquido exposto à variação da taxa de juros no valor de R\$2.667 milhões (R\$1.512 milhões em 31 de dezembro de 2011).

Risco de Liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica de seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pela receita, pelos investimentos, pelo serviço da dívida e pela política de dividendos da Companhia. Não se pode garantir que a relativa estabilidade da receita advinda da diversificação dos clientes não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa. Ademais, não se pode garantir que os recursos de financiamento serão desembolsados conforme as demandas dos projetos e que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Tais fatores podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia.

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa da Companhia:

Valores em R\$ mil		
	2012	2011 Reclassificado
CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	527.296	503.409
CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	592.431	1.269.473
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(95.861)	(4.968)
Em Fundos Vinculados	(128.977)	-
Em Intangível	(1.228.483)	(1.175.319)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.453.321)	(1.180.287)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.469.811	625.725
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(572.037)	(308.990)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(373.947)	(382.034)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	523.827	(65.299)
CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	190.233	527.296

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

Todas as informações consideradas relevantes pertinentes a este tópico foram devidamente informadas nos itens anteriores.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	04/08/2004
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações, por meio da Lei Estadual nº 15.290/2004, como subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	25/09/2006

A Companhia foi constituída em 4 de agosto de 2004, sob a forma de sociedade por ações, como subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, como resultado do processo de desverticalização da CEMIG, uma vez que a CEMIG era uma sociedade que atuava de forma integrada, concentrando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em referido processo, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica foram transferidos à Companhia, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços.

As operações da Companhia tiveram início em 1º de janeiro de 2005, sendo que a Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 25 de setembro de 2006. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores e ela é hoje registrada na CVM como emissor categoria B, de acordo com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Por deter 100% do capital social da Companhia, a CEMIG detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar soluções que julgue necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. A CEMIG, por sua vez, é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, constituída em 1952 para oferecer ao Estado de Minas Gerais a infraestrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento. Atualmente, a CEMIG atua como *holding* do Grupo CEMIG, controlando e centralizando todas as decisões do Grupo.

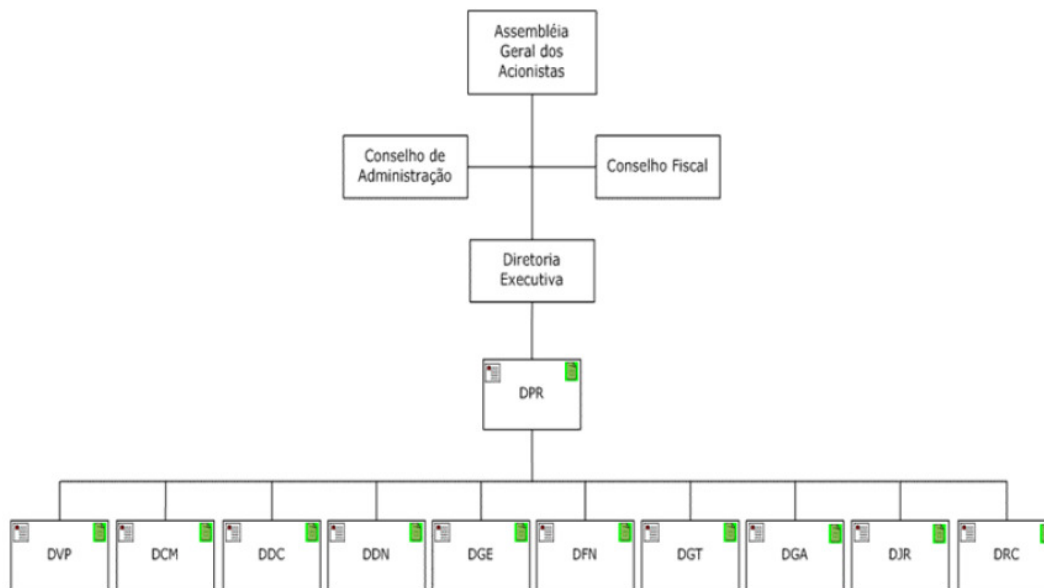
Segundo dados divulgados em uma pesquisa elaborada em 2011 pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica ABRADÉE, a Emissora é uma das maiores concessionárias de distribuição de energia elétrica do Brasil, por sua posição estratégica, competência técnica, tamanho de rede e mercado atendido. De acordo com informações disponibilizadas no portal da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Emissora é atualmente a principal empresa de distribuição de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, o terceiro mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística e metalurgia.

A Companhia tem por objeto, de acordo com o caput do artigo 2º de seu Estatuto Social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A administração da Companhia é realizada por meio de uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras.

Estrutura Organizacional

A Companhia é uma subsidiária integral da CEMIG e mantém a mesma estrutura organizacional de sua controladora, a qual é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, pela presidência, vice-presidência e por nove diretorias, cujas responsabilidades são determinadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com seus respectivos Estatutos Sociais. Desta forma, é possível padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras. Segue a estrutura organizacional da Companhia e da CEMIG na data deste Formulário de Referência:



DPR – Presidência

DVP – Diretor Vice Presidente

DCM – Diretoria Comercial

DDC – Diretoria de Distribuição e Comercialização

DDN – Diretoria de Desenvolvimento de Negócios

DGE – Diretoria de Gestão Empresarial

DFN – Diretoria de Finanças e Relações com Investidores

DGT – Diretoria de Geração e Transmissão (*)

DGA – Diretoria de Gás

DJR – Diretoria Jurídica

DRC – Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação

(*) A Companhia não possui designação específica para a Diretoria de Geração e Transmissão, que atua apenas na CEMIG Geração e Transmissão S.A.

Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, que tenham envolvido a Companhia.

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

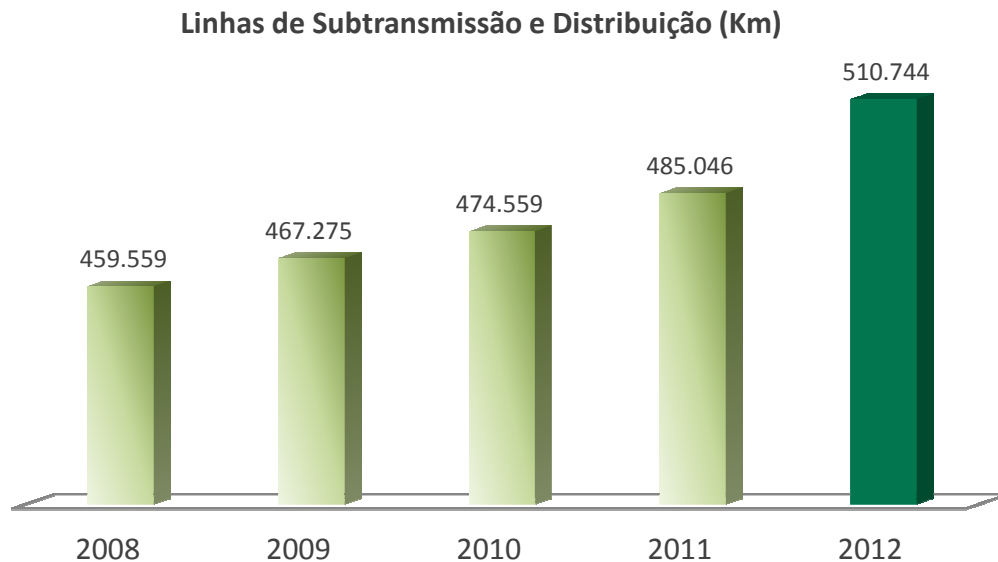
A Companhia não está sujeita à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

A Companhia é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 510.744 km de redes de distribuição (108.400 km em área urbana e 384.750 km de redes rurais) e 17.594 km de linhas de subtransmissão de alta e média tensão, com 7,5 milhões de consumidores.

A Companhia possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores da classe residencial faturados em 2012, 12% estavam representados por consumidores de baixa renda, correspondente a aproximadamente 898 mil consumidores.



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da companhia nos últimos 5 anos.



Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

A Companhia obtém a maior parte de suas receitas por meio da venda de energia elétrica aos consumidores cativos localizados dentro de sua área de concessão.

As tarifas que a Companhia cobra pela distribuição de energia a consumidores finais são determinadas de acordo com o contrato de concessão da Companhia e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Os valores das tarifas de energia elétrica (uso de rede e

fornecimento) são reajustados anualmente pela ANEEL, revistas periodicamente, de acordo com o contrato de concessão, e, por fim, podem ser revistas em caráter extraordinário. Para maiores informações sobre o modelo tarifário aplicável à Companhia, vide a seção “Modelo Tarifário do Setor de Distribuição de Energia Elétrica no Brasil” abaixo.

A Companhia possui um mercado diversificado, no qual nenhuma classe de consumidores responde por mais de 50% da receita líquida da Companhia.

O mercado de energia faturada da Companhia compreende os consumidores cativos e a energia transportada para clientes livres e distribuidoras com acesso às redes da Companhia. No ano de 2012, totalizou 44.566. GWh, com decréscimo de 0,1% em relação a 2011.

Esse resultado é uma composição do crescimento de 1,5% do mercado cativo, com destaque para as classes Residencial, Comercial e Serviços e Rural, e do decréscimo no volume de energia transportada em 2,0%, devido a retração da atividade industrial.

Em dezembro de 2012 foram faturados 7.535.160 consumidores, com crescimento de 2,7% em relação a 2011. Deste total, 7.534.774 são consumidores cativos, com crescimento de 2,7% e 386 clientes livres que utilizam a rede de distribuição da Companhia, com crescimento de 28,2%.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: O consumo residencial representa 19,9% do volume total de energia distribuída pela Companhia e totalizou 8.871 GWh no ano de 2012, representando um crescimento de 3,8% em relação a 2011. O aumento do consumo de energia desta classe está associado à ligação de novas unidades consumidoras e a manutenção do consumo de bens e serviços pelas famílias em função das condições favoráveis da economia brasileira viabilizadas através da política de estímulo ao consumo, com: (i) manutenção do vigor do mercado de trabalho (ii) crescimento da massa salarial; (iii) aumento real do salário mínimo; (vi) expansão da oferta de crédito para pessoa física; e (vii) crescimento de recursos transferidos pelo Governo Federal para famílias por meio de programas sociais.

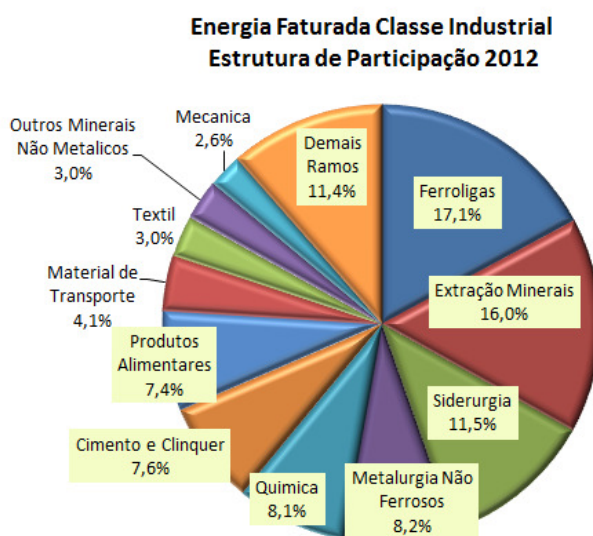
Em dezembro de 2012, foram atendidos 6.032.910 consumidores, com crescimento de 2,9% em relação a 2011. O consumo médio mensal por unidade residencial, em 2012, foi de 124,2 kWh/mês, com crescimento de 1,8% em relação a 2011 (122,0 kWh/mês).

Industrial A energia utilizada pelos consumidores cativos e a energia transportada para clientes livres e distribuidoras: representa 52,6% volume da energia distribuída da Companhia e totalizou 23.433 GWh no ano de 2012, com redução de 4,6% em relação a 2011.

O comportamento dessa classe está associado à atividade industrial do Estado de Minas Gerais em que contribuem os seguintes fatores: (i) comportamento da produção física mineira no decorrer do ano (ii) menor demanda internacional com redução das exportações em termos de volume e valor, (iii) aumento de produtos importados na oferta interna de bens e (iv) redução de investimentos no próprio setor.

A indústria Extrativa Mineral apresentou crescimento de 0,5% no consumo de energia em 2012 frente a 2011. Na Indústria de Transformação, os ramos mais representativos da classe industrial apresentaram redução de consumo: Ferroligas (- 15,5%), Siderurgia (-0,9%), Química (- 8,8%), Metalurgia Metais Não Ferrosos (- 5,6%), Mecânica - 7,5%), Têxtil (- 4,7%) e Outros Minerais não Metálicos (- 3,4%). Por outro lado, os ramos de Cimento / Clinquer, Produtos Alimentares e Material de Transporte apresentaram taxas positivas de crescimento de 3,6%, 1,4% e 1,2, respectivamente.

O gráfico abaixo apresenta a estrutura de participação dos setores econômicos da classe industrial para o ano de 2012:

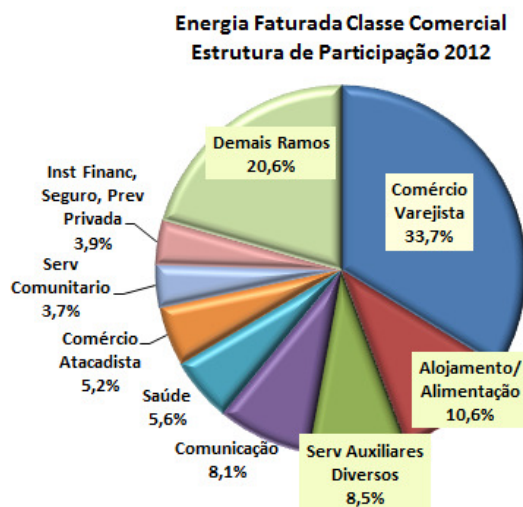


Comercial e Serviços: A energia utilizada pelos consumidores cativos e a energia transportada para clientes livres: representa 13,1% do volume total de energia distribuída da Companhia e totalizou 5.837. GWh no ano de 2012, com crescimento de 7,0% em relação 2011

O comportamento dessa classe está associado: (i) ao consumo final das famílias, em resposta ao aumento da massa salarial, vigor do mercado de trabalho e oferta de crédito que levam a um maior consumo de bens e serviços e (ii) ao consumo de bens e serviços entre os vários setores econômicos, comércio e serviços, atividade industrial e agropecuária.

A classe possui 2 grandes setores econômicos Comércio Varejista e Alojamento / Alimentação que, em conjunto, detém 44,3% de participação no consumo e apresentaram, em 2012, taxas de crescimento de 8,0% e 4,3%, respectivamente. Os demais ramos apresentaram, também, taxas positivas de crescimento com destaque para: Comércio Atacadista (6,3%), Serviços de Saúde (6,1%), Serviços de Comunicação (5,5%), Serviços Auxiliares Diversos (5,1%) e Instituições Financeiras/ Sociedade Seguradoras de Capitalização (5,6%).

O gráfico abaixo apresenta a estrutura de participação dos setores econômicos da classe comercial para o ano de 2012:



Rural: O consumo rural, que representa 6,4% do volume total de energia distribuída da Companhia, totalizou 2.857 GWh, e cresceu 8,5% em 2012 em comparação a 2011, sendo tal crescimento relacionado a ligação de propriedades rurais e ao aumento da energia para irrigação em função das condições climáticas atípicas ao longo do ano de 2012.

Demais Classes: A energia das demais classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público, Consumo Próprio e a energia de transporte das Distribuidoras) representa, em conjunto, 8,0% da energia distribuída da Companhia, e totalizou 3.569 GWh, com crescimento de 4,2% em relação a 2011.

Discriminação	Ano 2012		Var % 2012/2011
	NC	Part %	
Número de Consumidores	7.535.160	100	2,7
Fornecimento	7.534.774	100	2,7
Residencial	6.032.910	80,1	2,9
Industrial	77.170	1,0	0,2
Comercial/Serviços	690.627	9,2	3,1
Rural	660.138	8,8	1,0
Poder Público	60.457	0,8	1,4
Iluminação Pública	3.467	0,0	1,8
Serviço Público	9.195	0,1	4,2
Consumo Próprio	810	0,01	-1,3
Energia Transportada	386	0,01	28,2
Industrial	291	0,0	17,8
Comercial	92	0,0	80,4
Distribuidora	3	0,0	0,0

MODELO TARIFÁRIO DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

O negócio distribuição de energia elétrica tem como característica principal ser um monopólio natural, em função da sua inviabilidade econômica para a sociedade num ambiente concorrencial. Dessa forma, o agente regulador independente — no caso, a ANEEL — define uma taxa de remuneração adequada ao risco do negócio e os custos operacionais, conforme as melhores práticas de mercado. As tarifas de distribuição de energia, portanto, são definidas pelo regulador.

O setor elétrico é um negócio intensivo em capital e por muitos anos teve seu parque construído com recursos de bancos de fomento como BIRD, BID e Eximbank. Com a escassez dos recursos dos bancos de fomento para financiar o setor, foi necessário atrair o capital privado para fazer face aos investimentos necessários para atendimento à demanda de expansão do setor. Com isso iniciou-se a reestruturação do setor elétrico nacional, ocorrendo a mudança do modelo de custo do serviço então vigente para o modelo de serviço pelo preço, baseado na experiência inglesa do *price-cap*.

Esse novo modelo tem como um dos pilares a modicidade tarifária, através do incentivo à busca da eficiência e à redução dos custos regulatórios. Como atrativo ao capital privado, para financiar os altos investimentos necessários para atender o crescimento da demanda de energia no país, o governo criou uma fórmula paramétrica que garante o repasse direto aos consumidores dos custos não gerenciáveis das concessionárias de distribuição (energia comprada para revenda, despesa com transporte e encargos setoriais). O mesmo, porém, não acontece com os custos gerenciáveis, que são aqueles que as distribuidoras têm o poder de gerenciar (como custo de pessoal, material e serviços, e também o custo relacionado com a remuneração do capital e à depreciação do investimento).

A fórmula paramétrica, que é aplicada anualmente às tarifas nas datas base de cada distribuidora, corrige as tarifas repassando automaticamente a variação dos custos não gerenciáveis. Os custos gerenciáveis, por sua vez, são corrigidos pelo Índice Global de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) menos um fator de produtividade (fator X), conforme fórmula abaixo:

$$IRT = \frac{VPA + VPB (IGPM - X)}{RA}$$

Onde:

IRT = índice de reajuste tarifário

VPA = custos não gerenciáveis

VPB = custos gerenciáveis

IGPM = índice de correção de preços

X = fator de produtividade

RA = receita auferida nos doze meses antes ao reajuste.

Em intervalos de três a cinco anos, conforme estabelecido no respectivo contrato de concessão, as distribuidoras passam por revisões periódicas, quando não há a aplicação da fórmula paramétrica, mas a definição de novos parâmetros regulatórios para a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica. Além disso, as distribuidoras têm a possibilidade de pleitear junto à ANEEL a revisão extraordinária de suas tarifas.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

INFORMAÇÕES REFERENTES A CLASSIFICAÇÕES E CERTIFICAÇÕES DA COMPANHIA

Prêmio Nacional da Qualidade

Em 2011, a Companhia foi reconhecida como destaque nacional no Critério “Processos” pela Fundação Nacional de Qualidade. O Prêmio Nacional da Qualidade é um ciclo de avaliação, realizado anualmente pela Fundação Nacional de Qualidade, e que reconhece as organizações que praticam a Excelência em Gestão no Brasil. São avaliados 8 critérios: Liderança, Estratégias e Planos, Clientes, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados.

VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia possui as seguintes vantagens competitivas:

Alta confiabilidade dos ativos físicos. No entendimento da Companhia, os ativos da Companhia que integram seus sistemas elétricos de distribuição foram construídos e são mantidos e operados consoante padrões de engenharia elevados, conferindo uma alta confiabilidade aos serviços prestados pela Companhia.

Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em distribuição de energia. Os funcionários da Companhia que ocupam cargos gerenciais e técnicos possuem, no entendimento da Companhia, ampla experiência em distribuição de energia, o que garante maior segurança na condução dos negócios da Companhia. Ademais, em seu entendimento, a Companhia possui equipes especializadas em leilões de energia elétrica, na gestão de contratos e seus riscos, bem como na gestão de ativos de distribuição, o que propicia maior segurança em suas decisões.

Forte geração de caixa operacional. A geração de caixa decorrente das atividades operacionais da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 foi de R\$ 1.177 milhões, R\$ 1.613 milhões e R\$ 1.889 milhões, respectivamente.

Solidez Financeira. A Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada por um endividamento moderado de aproximadamente R\$ 4.610 milhões, em 31 de dezembro de 2012, com 84% do endividamento de curto prazo e 16% de longo prazo, compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A Companhia está alinhada ao direcionamento estratégico da CEMIG, com sua atenção voltada para a maximização do valor para o acionista de forma sustentada, o aproveitamento de sinergias entre as empresas do Grupo CEMIG, a observância de políticas de governança interna e externa e a integração dos três pilares da sustentabilidade empresarial (econômico, social e ambiental).

A Companhia, por tratar-se de empresa que atua em setor altamente regulado, desenhou sua estratégia de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade com atenção permanente à gestão de riscos, à eficiência operacional, à representatividade em fóruns institucionais relevantes e ao cumprimento da legislação ambiental e da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

Considerando o disposto acima, são apresentados abaixo os principais objetivos estratégicos da Companhia:

Realização de investimentos prudentes, rentáveis e coerentes com seu planejamento. A ANEEL prevê revisões tarifárias quinquenais, revisões tarifárias extraordinárias e reajustes tarifários anuais. Nas revisões quinquenais, os ativos da Companhia são reavaliados, assim como seus gastos operacionais recorrentes, sendo a receita total redefinida visando a cobertura desses gastos e a remuneração regulatória dos investimentos realizados. Por esta razão, a Companhia busca sempre equacionar seus cronogramas de investimentos de modo que o seu fluxo de caixa seja maximizado, considerando as datas de revisões quinquenais e a necessidade de atender seu mercado consumidor de forma adequada e com qualidade. Ademais, a Companhia busca sempre fazer investimentos prudentes e ao mesmo tempo rentáveis, uma vez que, durante as revisões quinquenais, a ANEEL pode não reconhecer na tarifa investimentos considerados imprudentes. A busca de redução dos custos unitários de investimentos pela Companhia também constitui fator de alinhamento com critérios apresentados pela ANEEL.

Redução nos níveis de inadimplência e de perdas comerciais de energia. A Companhia procura envidar esforços consistentes e implementar políticas objetivas para reduzir seus níveis de inadimplência e de perdas comerciais de energia elétrica, tais como furtos e fraudes.

Mitigação dos riscos de perdas financeiras na compra e venda de energia. A Companhia procura sempre reduzir os riscos na atividade de compra e venda de energia, com a formulação e revisão de estratégias e/ou táticas negociais que mitiguem perdas financeiras decorrentes do repasse não integral dos custos totais de compra de energia para as tarifas dos consumidores e/ou da aplicação de sanções estabelecidas pela legislação vigente para desvios de mercado.

Aumento da eficiência operacional. A Companhia pretende continuar implementando práticas de trabalho mais eficientes em suas atividades de distribuição, tanto na esfera administrativa, relativa a rotinas e controles de suporte, quando na esfera operacional, relativa à operação física dos ativos.

Fortalecimento de sua imagem. A Companhia tem o objetivo de fortalecer sua imagem nos mercados em que atua e perante seus clientes e clientes em potencial, comunidade, ANEEL, governos municipal, estadual e federal, entre outros, prestando, para tanto, serviços de qualidade, com confiabilidade e agilidade, estando sempre à disposição desse público; a ideia é estabelecer uma comunicação adequada, sempre demonstrando transparência e reforçando a credibilidade da Companhia, inclusive por meio da prática de atividades de responsabilidade sócio-ambiental.

Política de atuação junto aos órgãos reguladores com a finalidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações. A Companhia mantém uma política consistente de atuação junto aos órgãos reguladores para, entre outras coisas, assegurar que as tarifas praticadas reflitam a obtenção da receita requerida ao equilíbrio econômico-financeiro de seus negócios, possibilitando que a Companhia cubra não só seus custos gerenciáveis regulatórios, mas também suas despesas não gerenciáveis (e.g., compra e transporte de energia, tributos e demais encargos) e a remuneração de seus ativos (retorno e depreciação), preservando, contudo, um nível tarifário que, na opinião da Companhia, seja adequado para seus consumidores.

Desenvolvimento de projetos consistentes de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia mantém uma política de atuação junto às universidades e aos centros de pesquisa, fomentando o desenvolvimento de novas técnicas atreladas ao melhoramento das suas atividades e, conseqüentemente, melhorando a qualidade do atendimento a seus consumidores e diminuindo os custos praticados.

PADRÕES INTERNACIONAIS RELATIVOS À PROTEÇÃO AMBIENTAL

Os princípios internacionais relativos à proteção ambiental adotados pela Companhia são os mesmos adotados por sua controladora, a CEMIG. Em 2009, a CEMIG aderiu ao Pacto Global, uma iniciativa internacional voluntária desenvolvida pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de incentivar as empresas a adotar valores fundamentais relacionados à responsabilidade social.

Os dez princípios estão descritos na cartilha “Responsabilidade Social Empresarial”, distribuída aos empregados e fornecedores da CEMIG e disponibilizada em seu website. Além dos princípios, a cartilha também informa as práticas que a companhia já realiza de acordo com as diretrizes do Pacto Global, relativos à proteção ambiental.

Adicionalmente, as áreas da CEMIG podem certificar-se em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma Internacional NBR ISO 14001:2004, ou adotar um Sistema de Gestão Interno denominado SGA Nível 1, desenvolvido a partir dos princípios e requisitos da Norma NBR ISO 14001 e com certificação externa.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

A CEMIG cuida para que os diversos setores da sociedade estejam incluídos em seus negócios e sejam parte efetiva na condução dos mesmos. Nesse sentido, podemos citar os programas: Peixe Vivo (proteção da ictiofauna), Premiar (arborização e redes), Energia Inteligente - Conviver (redução das perdas comerciais e resgate da cidadania) e Proximidade (plano de integração com as comunidades do entorno das usinas da Cemig). Todos eles partem do princípio de que a sociedade – clientes, comunidade, ONGs, universidades e centros de pesquisa, prefeituras, órgãos ambientais, especialistas nacionais e internacionais – deve ser uma parceira na construção dos objetivos e metas organizacionais, contribuindo para definir ‘o que fazer’ e ‘como fazer’. Por isso, são realizadas pesquisas de opinião para avaliar o grau de satisfação da sociedade, ações face a face, reuniões com as comunidades, workshops e oficinas. Cada programa conta com um ouvidor exclusivo, de modo a acolher os anseios e sugestões, e viabilizar a busca de soluções integradas para o melhor equacionamento dos problemas.

Outro exemplo de projeto de responsabilidade social desenvolvido pela CEMIG é o Versol, uma iniciativa em parceria com a Prefeitura de Três Marias, Minas Gerais, e o Projeto Grael, que tem a chancela da Unesco e é coordenado pelos irmãos Lars, Axel e Torben Grael. O projeto atende 150 crianças e jovens entre nove e 24 anos por semestre, matriculadas no sistema público de ensino de Três Marias, com base em iniciação esportiva, educação complementar e iniciação profissionalizante.

Na esfera cultural, em 2012, a CEMIG patrocinou 214 projetos através de recursos próprios, além daqueles previstos e assegurados por leis de renúncia fiscal como a Lei Rouanet de Incentivo à Cultura. A seleção dos projetos é realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, por meio do Programa “CEMIG Cultural”. Dessa forma, além de seguir alinhada a uma política pública que garante a continuação dos projetos, alcança demandas do interior de Minas Gerais, de pequenos grupos iniciantes, juntamente com iniciativas de arte contemporânea e segmentos culturais de escasso patrocínio por parte da iniciativa privada.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES E CLIENTES E PRINCIPAIS CONCORRENTES

Por se tratar de uma subsidiária integral de sociedade de economia mista, indiretamente controlada pelo Estado de Minas Gerais, as contratações são precedidas de processo de licitação, disciplinado pela legislação federal e estadual, em especial pela Lei 8.666, de junho de 1993 e alterações de 1994 e 1998.

Por estar sujeita à Lei 8.666/93, que exige a observância dos princípios constitucionais (isonomia impessoalidade, publicidade) a Companhia trata seus fornecedores de forma igualitária sem segmentar as necessidades e expectativas por tipo de fornecedor. Com base nessa premissa a Companhia sintetiza essas necessidades e expectativas em: pagamento no prazo, cumprimento das cláusulas contratuais por parte da Companhia, relacionamento duradouro e transparente e reconhecimento da qualidade para seus produtos e serviços.

O mercado da Companhia é composto pelos consumidores de energia elétrica dos 774 municípios da sua área de concessão em Minas Gerais, segmentados em clientes cativos, que mantêm relacionamento comercial com a concessionária de forma integral, com tarifas reguladas pelo poder concedente, e clientes livres e livres especiais, que compram energia elétrica no mercado, devendo, entretanto, pagar pelo acesso ao sistema de distribuição a que estejam conectados. A classificação do mercado de clientes cativos, por classe de consumo e nível de tensão de fornecimento, é estabelecida por legislação: clientes industriais, residenciais, comerciais/serviços, rurais, poder público, iluminação pública, serviço público e consumo próprio. Com o objetivo de fortalecer o relacionamento comercial com seus clientes, a Companhia realiza um aprofundamento na segmentação de seu mercado. A prestação de serviço de fornecimento de energia é regulamentada pela Aneel, que define os níveis de qualidade e os critérios de fornecimento do serviço aos clientes e estabelece contratos de concessão com a Companhia, que limitam sua área de atuação. Dessa forma, os clientes existentes e os potenciais, que estejam dentro da área de concessão, são os clientes alvo. Em programas específicos, existe a definição de clientes alvo pré-determinados, como, por exemplo, o programa “Luz para Todos” para atender clientes de baixo consumo (carga instalada até 50 kW) que terão garantido o acesso e o uso da energia elétrica.

Em 2012 os maiores grupos empresariais da Companhia, abastecidos com alta tensão estão apresentados na tabela abaixo:

Maiores grupos empresariais da Companhia em ordem decrescente de energia faturada – ano 2012	Setor de Atividade Econômica
VALE	Extrativa Mineral
VOTORANTIM	Metalurgia Metais Não Ferrosos, Minerais Não Metálicos, Extrativa Mineral
SAMARCO MINERAÇÃO	Extrativa Mineral
GERDAU	Siderurgia
ARCELOR MITAL	Siderurgia
FIAT	Material de Transporte
WHITE MARTINS	Químico
RIMA INDUSTRIAL	Ferroligas
MINASLIGA	Ferroligas
LIGAS DE ALUMINIO	Ferroligas

A Companhia entende que seus principais concorrentes são: Eletropaulo, Coelba, Light, Copel Distribuição, CPFL Paulista, Eletrobrás Distribuição, Celpe, Coelce, Ampla, dentre outras.

INFORMAÇÕES SOBRE MARCAS E PATENTES E DESCRIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO

Apesar de a Companhia não depender de patentes, licenciamentos ou contratos de royalties para o desenvolvimento de suas atividades, a marca “CEMIG Distribuição” é um ativo estratégico. Os níveis de conhecimento dos clientes e dos mercados a respeito da marca e dos produtos da organização para todos os segmentos são identificados e avaliados por meio da “Pesquisa para Avaliação da Marca CEMIG”, coordenada pela área de Comunicação Empresarial da Companhia. Essa pesquisa é realizada anualmente, desde 2007, sendo conduzida pela consultoria Brand Finance. Essa pesquisa permite avaliar o nível de conhecimento dos clientes a respeito da marca e, por meio dos resultados dessa pesquisa, a Companhia obtém subsídios para gerar ações de manutenção ou melhoria da sua marca frente a seus clientes e à sociedade. A Companhia entende que a metodologia dessa pesquisa está alinhada com as melhores práticas existentes no mercado brasileiro e internacional.

A Companhia busca acompanhar a evolução tecnológica do setor elétrico. Nesse sentido, citamos o desenvolvimento do sistema de geoprocessamento, o qual permite que uma reclamação de falta de energia, feita por meio do sistema “Fale com a CEMIG”, chegue à equipe de campo em cerca de 30 segundos, e o software “GEMINI”, que possibilita definir a melhor maneira de elaborar o traçado da rede de distribuição, proporcionando economia e agilidade. Além disso, a Companhia acredita ser uma das pioneiras na utilização do óleo vegetal em transformadores.

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Em novembro de 2012, a Companhia contava com 6.417 funcionários. As principais políticas da área de Recursos Humanos são:

- (i) Desenvolvimento de pessoas;
- (ii) Administração de pessoas;
- (iii) Promoção da segurança do trabalho, da saúde e do bem estar dos empregados; e
- (iv) Respeito às relações sindicais.

A Companhia também adota diversos processos de recursos humanos, destinados a promover o desenvolvimento e o bem-estar de seus funcionários, entre os quais se destacam: implementação de programas de treinamento e desenvolvimento de pessoas, manutenção de um plano de cargos e remuneração, gestão sucessória, manutenção de um programa de auxílio à educação e incentivo à pós-graduação e à mobilidade interna.

a) controladores diretos e indiretos

A Cemig Distribuição S.A. é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), que detém 100% de seu capital social (exceto pelas ações detidas pelos membros do seu Conselho de Administração). A CEMIG, por sua vez, é controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

CEMIG

A CEMIG acredita ser um dos mais sólidos e importantes grupos do segmento de energia elétrica do Brasil, participando em 117 sociedades e 17 consórcios, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em Minas Gerais a CEMIG responde por 96% da área de concessão, com mais de sete milhões de consumidores, em 774 municípios. É, ainda, na visão de seus Diretores, a maior fornecedora de energia para clientes livres do Brasil, com 25% do mercado, e um dos maiores grupos geradores, responsável pela operação de 70 usinas, com capacidade instalada de 7.038 megawatts. A atuação da CEMIG estende-se a 22 estados brasileiros, além do Distrito Federal, e ao Chile, com a operação de uma linha de transmissão em consórcio com a Guarupart Participações Ltda. Em 2010, ampliou sua participação na Light S.A., distribuidora que atende o Rio de Janeiro e outras cidades fluminenses. Também possui participação em empresas transmissoras de energia elétrica (Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.), investimentos no segmento de gás natural (Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG), telecomunicações (Cemig Telecomunicações S.A. - Cemig Telecom) e eficiência energética (Efficientia S.A.).

A CEMIG é uma sociedade de capital aberto, possuindo cerca de 117 mil acionistas em mais de 40 países. Suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América (NYSE) e da Espanha (LATIBEX). A CEMIG é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 50,95% das ações ordinárias e 22,27% do capital social total da Companhia. Os demais acionistas da CEMIG são: AGC Energia S.A. (32,96% das ações ordinárias e 14,41% do capital social total), BlackRock Inc. (9,39% das ações preferenciais e 5,29% do capital social total), Lazard Asset Management LLC (7,46% das ações ordinárias e 4,20% do capital social total). As demais ações ordinárias e preferenciais, representativas de 53,78% do capital social total da CEMIG são detidas por outros acionistas.

b) controladas e coligadas;

A Companhia não possui controladas e coligadas.

c) participações do emissor em sociedades do grupo:

A Companhia não possui participação societária em nenhuma sociedade do grupo econômico em que se insere.

d) participações de sociedades do grupo no emissor

Além da CEMIG, não há sociedades participantes do grupo em que a Companhia se insere que possuam participação na Companhia.

e) sociedades sob controle comum

A CEMIG, controladora direta da Companhia, detém participação direta nas seguintes sociedades:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) (Controlada) - subsidiária integral de capital aberto que possui 52 usinas, sendo 48 usinas hidrelétricas, três parques eólicos e uma termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A CEMIG detém 100% de participação na Cemig GT.
- Light S.A. (“Light”) (Controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light é responsável pela distribuição de energia elétrica em municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital. A CEMIG detém 26,06% de participação na Light.
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A (51%) e pela CEMIG (49%).
- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho. A CEMIG detém 100% de participação na Sá Carvalho.
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (Controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina

Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS. A CEMIG detém 100% de participação na Ipatinga.

- Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG (“GASMIG”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à aquisição, ao transporte e à distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais. A CEMIG detém 59,57% de participação na GASMIG.
- Cemig Telecomunicações S.A. – CEMIG Telecom (“CEMIG Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (Controlada) - Sociedade dedicada à prestação e exploração de serviços especializados na área de telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center S.A. (Controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TI – tecnologia de informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações. A CEMIG detém 100% de participação na CEMIG Telecom.
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (Controlada) - Sociedade dedicada à prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia. A CEMIG detém 100,00% de participação na Efficientia.
- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Pequenas Centrais Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina. A CEMIG detém 100,00% de participação na Horizontes.
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos. A CEMIG detém 100,00% de participação na Cogeração.
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A CEMIG detém 100,00% de participação na Rosal.

- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos. A CEMIG detém 100,00% de participação na Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.
- Cemig PCH S.A. (“Cemig PCH”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Pequena Central Hidrelétrica de Pai Joaquim. A CEMIG detém 100,00% de participação na Cemig PCH
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados. A CEMIG detém 100,00% de participação na Capim Branco, que, por sua vez, possui 21,0526% de participação no consórcio.
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da central termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais. A CEMIG detém 100,00% de participação na Barreiro.
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (Controlada) - Sociedade dedicada à comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia. A CEMIG detém 100,00% de participação na Cemig Trading.
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé. A CEMIG detém 25,00% de participação na Transleste.
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora. A CEMIG detém 24,00% de participação na Transudeste.
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí. A CEMIG detém 24,50% de participação na Transirapé.

- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo linha de transmissão no Estado do Pará. A ETEP constituiu a controlada Empresa Santos Dumont de Energia S.A., com participação de 100%. A CEMIG detém 49,98% de participação na ETEP.
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de duas linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão. A CEMIG detém 49,99% de participação na ENTE.
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linha de transmissão no Estado do Pará. A CEMIG detém 49,99% de participação na ERTE.
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A EATE possui participação nas seguintes Transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (Controlada em Conjunto); Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (Controlada) e Lumitrans Companhia. Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Controlada). A CEMIG detém 49,98% de participação na EATE.
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linhas de transmissão no Estado de Santa Catarina. A ECTE venceu, em 16 de dezembro de 2011, o Lote D do Leilão Aneel 006/2011. Para o recebimento outorga de concessão da ANEEL e implantação das instalações que foram objeto do referido leilão, a ECTE, constituiu, em 17 de janeiro de 2012, uma sociedade de propósito específico denominada Empresa de Transmissão Serrana S.A. A CEMIG detém 19,09% de participação na ECTE.
- Transchile Charrua Transmisión S.A. (“Transchile”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas subestações Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010. A CEMIG detém 49,00% de participação na Transchile.
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à construção, implantação, operação e manutenção das

instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010. A CEMIG detém 51,00% de participação na Centroeste.

- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (Controlada em conjunto 25%) – Sociedade dedicada à participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati possui participação de 96,80% na Redentor Energia S.A., que por sua vez possui participação na Rio Minas Energia Participações S.A. e 100% de participação na Luce Empreendimentos e Participações S.A. A CEMIG detém 25,00% de participação na Parati.
- Cemig Serviços S.A. (“Cemig Serviços”) (Controlada) – A Cemig Serviços tem por objeto a prestação de serviços, relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes. A CEMIG detém 100,00% de participação na Cemig Serviços.

Além disso, a CEMIG detém participação indireta nas seguintes sociedades:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através da Pequena Central Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operação em 2009. Cachoeirão é controlada em conjunto pela Santa Maria Energética (51%) e Cemig GT (49%)
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009. Parajuru é controlada em conjunto pela Energimp (51%) e Cemig GT (49%).
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari, formado pela Baguari Energia - 49,00% e Baguari I Geração de Energia Elétrica (SPE pertencente à Neoenergia S.A. - Neoenergia) - 51,00%, localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010. A Baguari Energia é controlada em conjunto pela Cemig GT (69,39%) e Furnas (30,61%).
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada

à construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país. Atualmente a TAESA detém 14 concessões de transmissão, sendo 6 concessões detidas pela holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA e Munirah) e 5 controladas ou controladas em conjunto: (i) ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (53%); (ii) Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (39%); (iii) NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. (100%); (iv) São Gotardo Transmissora de Energia S.A. (100%); e (v) União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. (100%) (“UNISA”), nova denominação social da Abengoa Participações Holding S.A. A UNISA, por sua vez, é titular de 100% de participação no capital social total das transmissoras STE – Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., e ATE III Transmissora de Energia S.A. A CEMIG GT possui participação de 43,36% na TAESA.

- Central Eólica Praia do Morgado S.A. (“Morgado”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em abril de 2010. Morgado é controlada em conjunto pela Energimp (51%) e Cemig GT (49%).
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010. Volta do Rio é controlada em conjunto pela Energimp (51%) e Cemig GT (49%).
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado Pequena Central Hidrelétrica Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, em Caratinga e Ipanema, no Estado de Minas Gerais. A usina entrou em operação comercial em outubro de 2010. Pipoca é controlada em conjunto pela Omega Energias Renováveis (51%) e Cemig GT (49%).
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de Transmissão no Estado de Mato Grosso. Entrou em operação em junho de 2011. Conforme indicado acima, é detida pela Cemig GT (49%) e pela EATE (51%).
- Guanhões Energia S.A. (“Guanhões Energia”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhões, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas em Dores de Guanhões, e Pequena Central Hidrelétrica Fortuna

II, localizada em Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As operações das primeiras unidades têm previsão de início de operação no final de 2013. A CEMIG GT possui participação de 49% na Guanhães Energia.

- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos. A CEMIG GT detém 100% da participação na Cemig Baguari.
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da controlada Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, tendo sua operação comercial se iniciado no princípio de 2012. A CEMIG GT detém participação de 10% na Madeira.
- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. A Light possui participação de 100% na Light SESA.
- Light Energia S.A. (“Light Energia”) (Controlada) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividades principais estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos .A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda., Central Eólica Fontainha Ltda., Guanhães Energia e Renova Energia S.A. (“Renova”). A Renova, por sua vez, possui participação em 18 sociedades de propósito específico e em uma pequena central hidrelétrica. A Light possui participação de 100% na Light Energia.
- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (Controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Light Esco possui participação de 33% na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A. A Light possui participação de 100% na Light Esco.
- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (Controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. A Light possui participação de 100% na Itaocara Energia.
- Lightger S.A. (“LightGer”) (Controlada em conjunto) Sociedade dedicada à análise da viabilidade técnica e econômica, elaboração do projeto, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Pequena Central Hidrelétrica Paracambi,

localizada no Ribeirão das Lajes, no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. A usina entrou em operação comercial em maio de 2012. A Lightger é controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão (49%).

- Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) (Controlada) – Anteriormente denominada Lighthidro S.A., passou a ter a nova denominação de acordo com o contrato social datado em 27 de janeiro de 2011, tendo como atividade principal a prestação de serviço a clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral. A Light possui participação de 100% na Light Soluções.
- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (Controlada) – Sociedade que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades. A Light possui participação de 100% no Instituto Light.
- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (Controlada) - Sociedade que tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia. A Light possui participação de 100% na Lightcom.
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela CEMIG, tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades.
- Amazônia Energia Participações S.A. (controlada em conjunto) – sociedade de propósito específico que detém a participação de 9,77% do capital social da Norte Energia S.A., empresa que detém a concessão da Hidrelétrica Belo Monte, localizada na bacia do Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu (PA). Controlada em conjunto pela Light (25,5%) e pela CEMIG GT (74,5%).
- CR Zongschen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (“CR Zongschen”) (Controlada em Conjunto) – sociedade na qual a Light é acionista com 20% das ações, a partir da aquisição em 9 de setembro de 2011, tendo como objeto principal a fabricação de veículos elétricos de duas rodas da marca “Kasinski”, com foco em bicicletas e scooters elétricas. A fábrica será instalada no Município de Sapucaia no Estado do Rio de Janeiro, área de concessão da Light.

A CEMIG também possui participações indiretas por meio da Renova. A Renova possui participação direta nas seguintes sociedades: Nova Renova Energia S.A., Enerbrás Centrais Elétricas S.A., Centrais Elétricas Itaparica Ltda., Centrais Eólicas São Salvador Ltda. e Renova PCH Ltda.

Além disso, a Renova possui participação indireta nas seguintes sociedades: Bahia Eólica Participações S.A., Renova Eólica Participações S.A., Salvador Eólica Participações S.A., Centrais Eólicas Candiba S.A., Centrais Eólicas Igarorã S.A., Centrais Eólicas Ilhéus S.A., Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A., Centrais Eólicas Pindaí S.A., Centrais Eólicas Alvorada S.A., Centrais Eólicas Guanambi S.A., Centrais Eólicas Guirapá S.A., Centrais Eólicas N. Sra. Da Conceição S.A., Centrais Eólicas Pajeú do vento S.A., Centrais Eólicas Planaltina S.A., Centrais Eólicas Porto Seguro S.A., Centrais Eólicas Rio Verde S.A., Centrais Eólicas Serra do Salto S.A., Energética Serra da Prata S.A., Centrais Eólicas Pelourinho Ltda., Centrais Eólicas dos Araçás Ltda., Centrais Eólicas Ametista Ltda., Centrais Eólicas da Prata Ltda., Centrais Elétricas Borgo Ltda., Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda., Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda., Centrais Elétricas Seraíma Ltda., Centrais Eólicas Caetité Ltda., Centrais Elétricas Tanque Ltda., Centrais Elétricas Dourados Ltda., Centrais Elétricas Morrão Ltda., Centrais Eólicas Espigão Ltda., Centrais Eólicas Pilões Ltda. e Centrais Elétricas Maron Ltda.

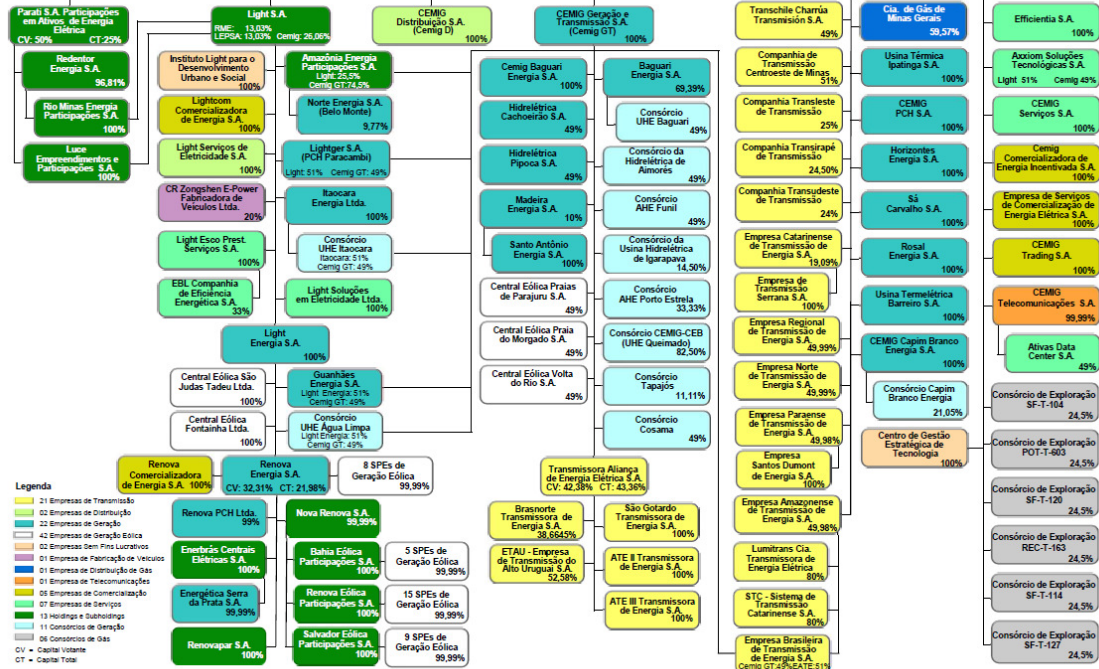
As sociedades controladas pela Renova dedicam-se à geração de energia elétrica a partir de usinas eólicas e pequenas centrais hidrelétricas.

GRUPO CEMIG

117 Sociedades e 17 Consórcios

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

Posição em 30 de abril de 2013



Fonte: Superintendência de Controle Empresarial das Controladas e Coligadas, Avaliação e Gestão de Desenvolvimento de Negócios - CN

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve, no grupo econômico da Companhia, quaisquer operações de reestruturação societária envolvendo a Companhia e/ou com efeitos relevantes para a Companhia.

Todas as informações consideradas relevantes e pertinentes a este tópico foram devidamente informadas nos itens anteriores.

A Companhia é registrada como emissora da Categoria B e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
---------------------------------------	---------------------	-------------------	--------------------------	---------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
---------------	--------------------	---------	---	------------------------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		

Todas as informações consideradas relevantes com relação a este tópico foram devidamente informadas nos itens acima.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os diretores da Companhia entendem que o ano de 2012 foi de grandes mudanças, complexidade e desafios. Entendem que a busca de eficiência operacional e a disciplina de investir em ativos que agreguem valor certamente contribuíram de forma significativa para o crescimento da Companhia.

Nesse contexto, estão confiantes que visão estratégica da Companhia, baseada nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, de como devemos fazer a gestão dos diversos empreendimentos que estamos levando a cabo irá proporcionar aos nossos acionistas o retorno adequado e atrativo dos investimentos realizados.

O resultado de 2012 foi impactado pelo maior custo com compra de energia elétrica, tendo em vista a queda do nível dos reservatórios das usinas, gerando o consequente despacho das usinas térmicas, cujo custo é muito mais alto e refletiu-se nas despesas da Companhia. Mas é sempre importante ressaltar que esse custo adicional será considerado na definição das tarifas na revisão tarifária, que terá o seu resultado em vigor a partir de 8 de abril de 2013.

A Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) está em discussão com a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) das questões relacionadas ao processo de revisão tarifária, destacando-se as questões relacionadas à eficiência operacional e prudência nos investimentos. Os Diretores tem a consciência dos desafios impostos de tornar a Companhia mais eficiente, com uma gestão adequada de custos e uma gestão de investimentos que atenda aos critérios de prudência estabelecidos pelo Regulador.

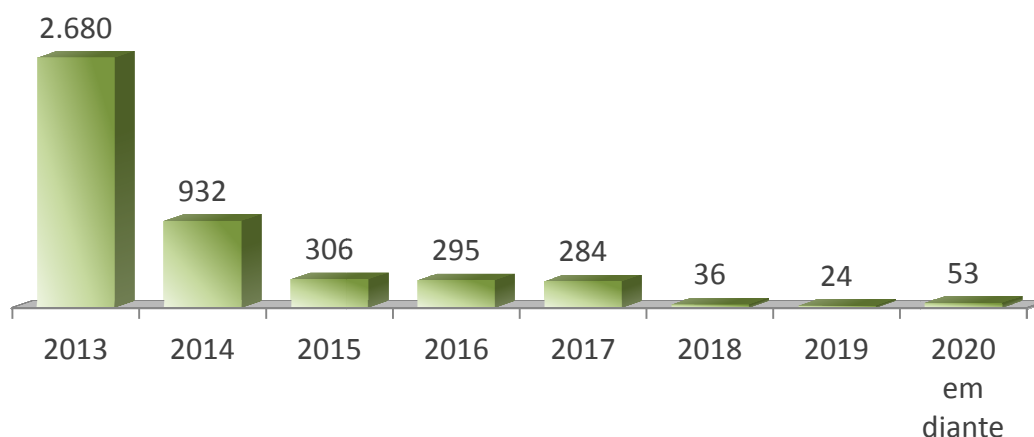
O mercado brasileiro de capitais mais uma vez mostrou sua capacidade ao financiar volumes significativos de recursos de financiamento das atividades, totalizando R\$ 1,5 bilhão captado pela Companhia.

Os Diretores entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2012, por um endividamento de R\$4,6 bilhões, sendo 84% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 16% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento de 26% da dívida da Companhia no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“*waiver*”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de *covenant* ocorrida. A Companhia tem a expectativa de obtenção dos consentimentos, mas como esse fato ocorrerá em data posterior a 31 de dezembro de 2012, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.206 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, havia um endividamento de R\$3,5 bilhões, sendo 18% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 82%

representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2010, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de aproximadamente R\$3,0 bilhões, sendo 13% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 87% representado por dívidas de longo prazo. Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional para implementar e executar seu plano de investimento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, tem um cronograma de amortizações com prazo médio de 2 anos. Embora haja uma concentração de dívidas vencendo em 2013, conforme gráfico abaixo, na opinião dos Diretores da Companhia, a Companhia possui plenas condições de promover o refinanciamento dos vencimentos da dívida dado o amplo acesso da Companhia ao mercado de capitais local, sendo que em março de 2013, a Companhia concluiu sua 3ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$2.160 milhões, com prazo total de 12 anos. Nos demais anos, os pagamentos são de até R\$900 milhões, aproximadamente, compatíveis com a geração de caixa.

Cronograma de Amortizações da Dívida Posicionamento em Dezembro/2012 (R\$ milhões)



Moedas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Dólar Norte-Americano	31.107	2.283	-	-	-	-	-	19.045	52.435
Euro	1.778	1.778	1.778	1.777	-	-	-	-	7.111
	32.885	4.061	1.778	1.777	-	-	-	19.045	59.546
Indexadores									
IPCA ⁽¹⁾	1.449	-	176.279	176.280	176.279	-	-	-	530.287
IGP-M ⁽²⁾	22.408	378.951	-	-	-	-	-	-	401.359
UFIR/RGR ⁽³⁾	69.345	75.192	61.291	49.803	40.224	35.362	23.562	35.336	390.115
CDI ⁽⁴⁾	1.756.499	473.620	65.914	65.910	66.360	-	-	-	2.428.303
Taxas pré-fixadas	793.153	-	-	-	-	-	-	-	793.153
TR ⁽⁵⁾	1.534	382	96	-	-	-	-	-	2.012
Outros	2.293	-	578	731	732	521	-	-	4.855
	2.646.681	928.145	304.158	292.724	283.595	35.883	23.562	35.336	4.550.084
	2.679.566	932.206	305.936	294.501	283.595	35.883	23.562	54.381	4.609.630

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA

(2) Índice Geral de Preços –Mercado - IGP-M

(3) Unidade Fiscal de Referência UFIR/RGR

(4) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(5) Taxa Referencial - TR

O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (5,41% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2012, 7,71% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2011, e 7,35% ao ano, em 31 de dezembro de 2010), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 30 de dezembro de 2012, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (53% do total), taxas pré-fixadas (17% do total) e IPCA (12% do total). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para uma qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	31 de Dezembro de		
	2012	2011	2010
LAJIDA / Juros ⁽²⁾	2,51	5,38	4,52
Dívida Líquida ⁽³⁾ / LAJIDA ⁽¹⁾	4,97	1,85	2,16
Dívida Líquida ⁽³⁾ / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida ⁽³⁾)	64%	53%	52%

Fonte: Companhia

(1) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(2) Juros: encargos de empréstimos e financiamentos (CDI e taxas pré-fixadas).

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$2.463 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$4.419 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido da Companhia era de R\$2.656 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$2.984 milhões. Já em 31 de dezembro de 2010, era de R\$2.377 milhões e de R\$2.544 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados, sendo 64% em 31 de dezembro de 2012, 53% em 31 de dezembro de 2011 e 52% em 31 de dezembro de 2010.

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia. Até 31 de dezembro de 2012, foi gerado pelas atividades operacionais o montante de R\$592 milhões de caixa. Até 31 de dezembro de 2011, foi gerado pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$1.269 milhões de caixa enquanto em 2010, foram gerados R\$1.025 milhões de caixa.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$190 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$527 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$503 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Por outro lado, a dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa) da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$4.419 milhões, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.984 milhões e em 31 de dezembro de 2010 era de R\$2.544 milhões. O indicador de 2012 indica que 5 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Já os indicadores de 2011 e 2010 indicam que cerca de 2 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros. Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Os Diretores da Companhia entendem que embora haja uma concentração de dívidas vencendo em 2013, a Companhia não terá dificuldade em reescaloná-la ao longo dos anos. Há que se destacar que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

- 1ª emissão de debêntures simples, em 01/06/2006, no valor de R\$250,5 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 1ª emissão de notas promissórias, em 27/07/2006, no valor de R\$300 milhões, destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro de 2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano;
- 2ª emissão de notas promissórias, em 02/01/2007, no valor de R\$200 milhões, destinados a recomposição do caixa da Companhia utilizado nos pagamentos de dívidas ocorridos a partir de agosto de 2006 até o recebimento dos recursos e ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano;
- 3ª emissão de notas promissórias, em 29/06/2007, no valor de R\$400 milhões, destinados para (i) recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de principal de dívidas da Companhia, pagamentos estes ocorridos entre janeiro de 2007 e a data da liberação dos recursos, estimados em R\$297 milhões, dos quais se destaca o pagamento do principal da 2ª emissão de notas promissórias da Companhia, no valor de R\$200 milhões; e (ii) pagamento de principal das dívidas vincendas até o final do ano, limitado a R\$103 milhões;

- 2ª emissão de debêntures simples, em 15/12/2007, no valor de R\$400 milhões, destinados ao pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão de notas promissórias da Companhia;
- 4ª emissão de notas promissórias, em 28/12/2011, no valor de R\$100 milhões destinados à reforço de capital de giro;
- 5ª emissão de notas promissórias, em 02/07/2012, no valor de R\$640 milhões, destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e/ou reforço do capital de giro da Companhia;
- 6ª emissão de notas promissórias, em 21/12/2012, no valor de R\$600 milhões, destinados à reposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizados pela Companhia ao longo do ano de 2012; e
- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2013, no valor de R\$2.160 milhões, destinados resgate das 64 Notas Promissórias da 5ª Emissão e das 60 Notas Promissórias da 6ª Emissão, bem como para o investimento em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia.

O passivo circulante era de R\$6.250 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$2.605 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$2.405 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Em 2012, foram captados R\$1.649 milhões pela Companhia, sendo R\$200 milhões através da emissão de uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil para o refinanciamento de dívidas existentes, R\$1.240 milhões através de duas emissões de notas promissórias comerciais para financiamento de investimentos, pagamentos de dívidas e/ou reforço de capital de giro, R\$34 milhões através dos contratos de financiamento da Eletrobrás para o Programa Luz Para Todos, Programa Cresceminas e o Programa Reluz e R\$175 milhões de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos e de subvenção

econômica relacionada com a política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda e com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

A Companhia recorreu ao mercado de capitais ao final de 2011, emitindo R\$100 milhões em notas promissórias para reforço de capital de giro. Ao longo do ano de 2011, foram captados R\$410 milhões em empréstimos e R\$116 milhões em financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$291 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

Em 2010, foram captados R\$904 milhões na Companhia, sendo R\$370 milhões através de operações de empréstimo garantido por duplicatas de venda de energia, R\$230 milhões através de rolagem de dívidas bancárias, R\$ 49 milhões através da prorrogação das parcelas vencidas no período de outubro a dezembro de 2010 de contratos celebrados com o Banco do Brasil S.A., R\$66 milhões através de financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos e R\$189 milhões por meio de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE), dos convênios para o Polo de Citricultura e o Planoroeste e da subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia é uma subsidiária integral da CEMIG, sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (*debêntures, commercial papers, eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- financiamento para importação;

- financiamento de agências multilaterais;
- financiamentos de órgãos de fomento; e
- empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.

Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.

Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.

Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior

liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge não represente risco financeiro material para a Companhia.

Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG. A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.

Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de *rating* e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A ANEEL, órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$4.610 milhões, sendo R\$4.419 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3.511 milhões, sendo R\$2.984 milhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3.047 milhões, sendo R\$2.544 milhões a dívida líquida.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para uma qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	31 de Dezembro de		
	2012	2011	2010
Endividamento do Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	3,73	2,94	3,04
Dívida Líquida / LAJIDA ⁽²⁾	4,97	1,85	2,16
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) ⁽³⁾	64%	53%	52%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido

(2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2012 (valores expressos em R\$ mil):

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	25.603	-	25.603
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	5.504	21.328	26.832
KFW	2016	4,5	EUR	1.778	5.333	7.111
Dívida em Moeda Estrangeira				32.885	26.661	59.546
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.213	-	5.213
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	101.213	-	101.213
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	202.541	-	202.541
Banco do Brasil S.A (4)	2013	10,83*	R\$	795.036	-	795.036
Banco do Brasil S.A (4)	2013	11,58**	R\$	(1.883)	-	(1.883)
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	-	-	-
Banco do Brasil S.A	2014	98,5% do CDI*	R\$	105.000	374.177	479.177
Banco do Brasil S.A (4)	2014	0,64***	R\$	(2.612)	(676)	(3.288)
Banco do Brasil S.A (4)	2012	106% do CDI*	R\$	-	-	-
Banco do Brasil S.A (4)	2012	0,32***	R\$	-	-	-
Banco do Brasil S.A	2013	104,08 do CDI	R\$	664.075	-	664.075
Banco do Brasil S.A	2017	108,33 % do CDI	R\$	206.186	-	206.186
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	35.881	-	35.881
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.914	-	1.914
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.459	-	25.459
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	62.893	-	62.893
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI	R\$	600.813	-	600.813
ELETROBRÁS	2023	8,00	R\$	69.345	320.770	390.115
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	3.826	3.041	6.867
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.535	-	12.535
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	33.690	-	33.690
Dívida em Moeda Nacional				2.921.125	697.312	3.618.437
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.954.010	723.973	3.677.983
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	530.287	-	530.287
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	401.360	-	401.360
Total de Debêntures				931.647	-	931.647
Total Geral Consolidado				3.885.657	723.973	4.609.630

As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88% ao ano.

Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.

Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08

*Taxa Contratual.

**Taxa Interna de retorno, incluindo o custo de transação;

***Taxa Equivalente.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2011 (valores expressos em R\$ mil):

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank (2)	2013	6	USD	23.541	23.448	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	7.481	27.345	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	1.605	6.422	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				32.627	57.215	89.842
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.628	5.000	10.628
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	8.050	96.000	104.050
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	106.220	200.000	306.220
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	10,83 *	R\$	-	713.255	713.255
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	11,58**	R\$	(4.576)	(1.883)	(6.459)
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	99.114	-	99.114
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI *	R\$	-	442.528	442.528
Banco do Brasil S.A. (4)	2014	0,64 ***	R\$	(2.603)	(3.288)	(5.891)
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	106% do CDI *	R\$	100.086	-	100.086
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	0,32 ***	R\$	(307)	-	(307)
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	36.268	35.506	71.774
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.219	1.736	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.256	24.554	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	68.039	60.217	128.256
Debêntures (3)	2017	IPCA+7,96	R\$	1.678	500.970	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	21.087	351.610	372.697
ELETRORÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	73.506	354.732	428.238
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	4.342	2.024	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.622	12.490	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	35.744	32.556	68.300
Dívida Referente a Moeda Nacional				593.373	2.828.007	3.421.380
TOTAL GERAL				626.000	2.885.222	3.511.222

As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88% ao ano.

Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% ao ano.

Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08.

*Taxa Contratual.

** Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.

*** Taxa equivalente

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2010 (valores expressos em R\$ mil):

FINANCIADORES	2010					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6.00	USD	20.942	41.655	62.597
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	8.797	42.238	51.035
B.N.P. – Paribas	2010	Libor + 1,875	EUR	-	-	-
KFW	2016	4,5	EUR	1.470	7.347	8.817
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-
Dívida em Moeda Estrangeira				31.209	91.240	122.449
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.876	10.000	15.876
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	7.067	96.000	103.067
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	5.947	300.000	305.947
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83	R\$	36.953	593.541	630.494
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	50.782	97.889	148.671
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	38.477	66.217	104.694
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.270	2.605	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.508	49.107	74.615
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	71.057	120.434	191.491
Debêntures (5)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.720	470.613	472.333
Debêntures (5)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	20.198	334.440	354.638
ELETRÓBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	61.997	311.368	373.365
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.184	2.707	5.891
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.693	24.979	37.672
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	36.805	65.112	101.917
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	-	-	-
Outros	2010	Diversas	R\$	-	-	-
Dívida em Moeda Nacional				379.534	2.545.012	2.924.546
Total Geral				410.743	2.636.252	3.046.995

As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88% ao ano.

(2) a (4) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (2) CDI + 2,00% ao ano; (3) CDI + 2,12% ao ano; e (4) CDI + 3,01% ao ano.

Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira. Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2012, era superior a R\$ 50 milhões):

*I – Banco do Brasil S.A.*Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.377 e 330.800.379

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu em favor do Banco do Brasil S.A. duas Cédulas de Crédito Bancário no valor de R\$90 milhões cada uma, cujos recursos foram destinados à rolagem de dívida. Essas Cédulas, cujos termos e condições são idênticos, contaram com aval da CEMIG. Os encargos incidentes foram a 104,10% do CDI e a amortização se dará em outubro de 2014. O saldo devedor total dessas CCBs em 31 de dezembro de 2012 era de R\$121,5 milhões.

Cédula de Crédito Comercial 20/04620-0 e Cédula de Crédito Comercial 20/04619-7

Em maio de 2010, a Companhia realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$600 milhões, a uma taxa pré-fixada de 11,43% ao ano, com vencimento em maio de 2013. Foram emitidas duas Cédulas de Crédito Comercial no valor de R\$370,0 milhões e de R\$230,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da CEMIG, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2012 era de R\$793,1 milhões.

Cédula de Crédito Comercial 20/04724-X e Nota de Crédito Comercial 20/04723-1

Em abril de 2011, a Companhia realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$410 milhões, a uma taxa equivalente a 98,5% do CDI, com vencimento em abril de 2014. Foi emitida uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210,0 milhões e uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da CEMIG, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2012 era de R\$475,9 milhões.

Cédula de Crédito Bancário 306.401.055

Em maio de 2012, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$200 milhões, a uma taxa 108,33% do CDI, com vencimento em 28 de maio de 2017, cujos recursos foram destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e reforço do capital de giro. Essa Cédula contou com o aval da CEMIG e possui as cláusulas usuais de vencimento antecipado. O saldo desta Cédula em 31 de dezembro de 2012 era de R\$206,1 milhões.

II - Eletrobrás

O Programa Luz para Todos, um programa do Governo Federal que visa à Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica no Campo, é um dos Projetos Estruturadores do Governo de Minas Gerais e está em implantação pela Companhia. O programa foi instituído com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas na área rural do Brasil. No âmbito desse Programa foram celebrados com a Eletrobrás os seguintes contratos de financiamento e concessão de subvenção, cuja garantia ofertada foi a vinculação da receita da Companhia:

Contrato ECFS-005/2005

Contrato celebrado em abril de 2006, no valor total de R\$ 375,9 milhões, sendo R\$172,7 milhões provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$203,2 milhões provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Foram celebrados três aditivos a esse contrato: o primeiro, em julho de 2007, alterando o valor do contrato para R\$466,6 milhões, sendo 214,4 milhões com recursos provenientes da RGR e 252,2 milhões provenientes da CDE; o segundo, dezembro de 2008, alterando as cláusulas de disponibilização e de encerramento do crédito; o terceiro, em outubro de 2010, alterando o cronograma físico-financeiro, bem como a data de encerramento do crédito para 31/12/2010. Sob esse contrato, foram liberadas em 4 parcelas, perfazendo o valor total de R\$419,9 milhões, sendo R\$192,9 milhões com recursos da RGR e R\$227,0 milhões com recursos da CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (junho/2008), com vencimento final em junho de 2018. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$106,6 milhões.

Contrato ECFS-227/2008

Contrato celebrado em agosto de 2008, no valor total de R\$321,5 milhões, sendo R\$147,7 milhões provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$173,8 milhões provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Em agosto de 2010, foi celebrado um aditivo a esse contrato que, dentre outras modificações, alterou o valor proveniente da RGR para R\$188,3 milhões. Sob esse contrato, foram liberadas duas parcelas totalizando 94,2 com recursos do RGR (valor financiado) e R\$110,8 milhões com recursos do CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (outubro/2010), com vencimento final em novembro de 2020. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$139,5 milhões.

Contrato ECFS-294/2010

Contrato celebrado em agosto de 2010, no valor total de R\$165.951.550,00, sendo R\$76.248.010,00 com recursos da RGR (valor financiado) e R\$89.703.540,00, com recursos da CDE (valor subvencionado). Em junho de 2011, foi celebrado um aditivo alterando o cronograma físico-financeiro, a data do encerramento do crédito e a forma da comprovação do crédito. Sob este contrato já foram liberadas 3 parcelas, totalizando R\$53,4 milhões com recursos da RGR e R\$62,8 milhões da CDE. Sobre o valor da CDE incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado da RGR incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (que ocorrerá em setembro de 2013), com vencimento final em setembro de 2023. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$53,6 milhões.

III – Notas Promissórias

Em 02 de julho de 2012, a Companhia emitiu 64 Notas Promissórias, no valor unitário de R\$10 milhões, perfazendo um total de R\$640 milhões, a uma taxa de juros correspondentes a 104,8% do CDI, com vencimento em 27 de junho de 2013. Os recursos oriundos das Notas Promissórias foram utilizados no pagamento de dívidas pré-existentes da Companhia. As Notas Promissórias contaram com o aval da CEMIG, têm as cláusulas usuais de vencimento antecipado e o respectivo saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$664,1 milhões.

Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia emitiu 60 Notas Promissórias, no valor unitário de R\$10 milhões, perfazendo um total de R\$600 milhões, a uma taxa de juros correspondentes a 102,5% do CDI até 20/04/2013 e 103% do CDI de 20/04/2013 até o vencimento em 19 de junho de 2013. Os recursos oriundos das Notas Promissórias foram utilizados na reposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizados pela Companhia ao longo do ano de 2012. As Notas Promissórias contaram com o aval da CEMIG, têm as cláusulas usuais de vencimento antecipado e o respectivo saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$600,8 milhões.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação da dívida

Cerca de 62,98% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da CEMIG e cerca de 24,64% da dívida são garantidos por recebíveis da Companhia.

iv) restrições impostas à Companhia

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco Itaú BBA e ABN (Santander), há *covenants* financeiros que restringem o endividamento da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Banco Itaú BBA:

LAJIDA/Despesas financeiras líquidas:	maior ou igual a 2,8
Dívida/(patrimônio líquido +dívida):	menor ou igual a 53%
Dívida/LAJIDA:	menor ou igual a 3,36
Dívida curto prazo/LAJIDA:	menor ou igual a 90%
Investimento/LAJIDA:	menor ou igual a 60%

Banco ABN (Santander):

LAJIDA/Juros:	maior ou igual a 3
Dívida/LAJIDA:	menor ou igual a 2,5

LAJIDA: Resultado do Período (+) Amortização (+) Resultado Financeiro (+) IR/CS (+) Desp. Obrigações Pós Emprego (+) Provisões Operacionais.

Juros: Encargos de Empréstimos e Financiamentos (resultado financeiro + juros capitalizados).

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos contratados pela Companhia junto à Eletrobrás têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados. Os Diretores entendem que a Companhia não terá dificuldades em comprovar a aplicação dos recursos contratados e informam que os contratos de financiamento da Eletrobrás em fase de desembolso apresentavam ao final de 2012 um percentual de 85% de recursos desembolsados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

<i>(em R\$ mil, exceto percentuais)</i>	Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2012	AV %	2011	AV %	AH %
RECEITA	9.503.792	100,00	8.510.128	100,00	11,68
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.179.651)	(43,98)	(2.936.029)	(34,50)	42,37
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(794.333)	(8,35)	(671.651)	(7,89)	18,15
	<u>(4.973.984)</u>	<u>(52,34)</u>	<u>(3.607.680)</u>	<u>(42,39)</u>	<u>37,86</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO		-			
Pessoal e Administradores	(673.319)	(7,08)	(644.169)	(7,57)	4,50
Materiais	(42.043)	(0,44)	(46.344)	(0,54)	(8,70)
Serviços de Terceiros	(580.759)	(6,11)	(524.207)	(6,16)	10,88
Amortização	(362.104)	(3,81)	(346.458)	(4,07)	4,62
Provisões Operacionais	(43.951)	(0,46)	(65.170)	(0,77)	(32,31)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(1.228.483)	(12,92)	(1.175.319)	(13,81)	4,51
Outras	(81.238)	(0,85)	(119.388)	(1,40)	(31,93)
	<u>(3.011.897)</u>	<u>(31,69)</u>	<u>(2.921.055)</u>	<u>(34,32)</u>	<u>3,12</u>
		-			
CUSTO TOTAL	(7.985.881)	(84,03)	(6.528.735)	(76,72)	22,32
		-			
LUCRO BRUTO	1.517.911	15,97	1.981.393	23,28	(23,37)
		-			
DESPESA OPERACIONAL		-			
Despesas com Vendas	(225.063)	(2,37)	(85.872)	(1,01)	161,63
Despesas Gerais e Administrativas	(374.680)	(3,95)	(398.385)	(4,68)	(5,78)
Outras Despesas Operacionais	(421.491)	(4,43)	(267.550)	(3,14)	57,09
	<u>(1.021.234)</u>	<u>(10,74)</u>	<u>(751.807)</u>	<u>(8,83)</u>	<u>35,77</u>
		-			
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	496.677	5,23	1.229.586	14,45	(59,59)
Receitas Financeiras	289.083	3,04	310.349	3,65	(6,77)
Despesas Financeiras	(573.955)	(6,04)	(526.462)	(6,19)	9,13
		-			
Resultado Antes dos Impostos	211.805	2,23	1.013.473	11,91	(79,07)
		-			
Imposto de Renda e Contribuição Social	(312.937)	(3,29)	(354.647)	(4,17)	(11,83)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	292.497	3,07	61.145	0,72	378,69
RESULTADO DO EXERCÍCIO	191.365	2,01	719.971	8,46	(73,47)

Resultado do Exercício

A Companhia apresentou, no exercício de 2012, um lucro líquido de R\$191 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$720 milhões no exercício de 2011, representando uma redução de 73,47%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2012	AV %	2011	AV %	AH %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	10.792	113,55	9.882	116,12	9,21
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.872	19,70	1.825	21,45	2,58
Transações com Energia na CCEE	116	1,22	25	0,29	364,00
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.228	12,92	1.175	13,81	4,51
Outras Receitas Operacionais	281	2,96	160	1,88	75,63
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(4.785)	(50,35)	(4.557)	(53,55)	5,00
	9.504	100,00	8.510	100,00	11,68

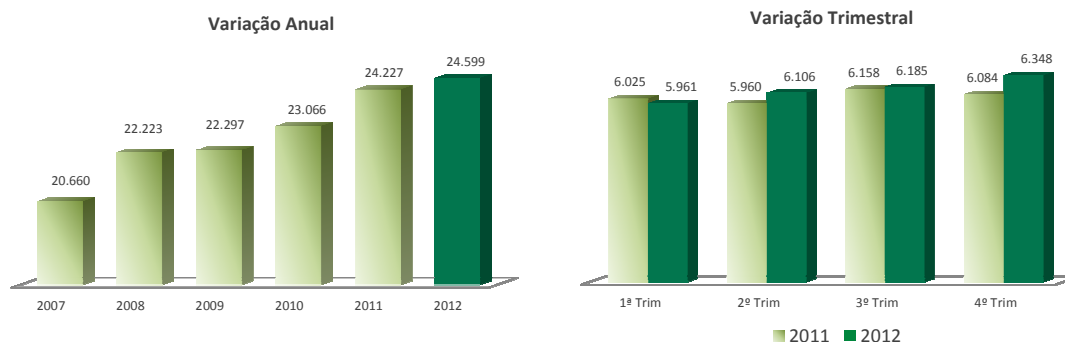
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

Os principais impactos na receita de 2012 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 1,54% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



	MWh (*)			R\$		
	2012	2011	AH %	2012	2011 Reclassificado	AH %
Residencial	8.870.990	8.548.212	3,78	4.890.383	4.303.276	13,64
Industrial	4.174.465	4.718.812	(11,54)	1.556.308	1.643.756	(5,32)
Comércio, Serviços e Outros	5.438.451	5.180.848	4,97	2.478.578	2.239.724	10,66
Rural	2.857.117	2.632.721	8,52	781.601	703.599	11,09
Poder Público	830.705	801.574	3,63	364.096	336.394	8,23
Iluminação Pública	1.241.927	1.195.078	3,92	341.901	314.147	8,83
Serviço Público	1.185.781	1.150.202	3,09	355.176	331.235	7,23
Subtotal	24.599.436	24.227.447	1,54	10.768.043	9.872.131	9,08
Consumo Próprio	34.126	34.932	(2,31)	-	-	-
Fornecimento não Faturado						
Líquido	-	-	-	23.648	9.469	149,74
Total	24.633.562	24.262.379	1,53	10.791.691	9.881.600	9,21

(*) Valores em MWh informados não auditados pelos auditores independentes.

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

Residencial

O consumo residencial representa 36,06% da energia vendida em 2012 e o crescimento de 3,78% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias em função de condições favoráveis da economia brasileira; à manutenção do vigor do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial associados à expansão da oferta de crédito e recursos sociais transferidos pelo Governo Federal bem como o aumento real do salário mínimo.

O consumo médio mensal por unidade residencial em 2012 foi de 124,2 kWh, com elevação de 1,8% em relação ao ano anterior.

Industrial

A energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 16,97% do volume vendido em 2012, teve uma redução de 11,54% em relação a 2011. Os principais fatores que explicam essa redução são uma menor demanda de exportação associada ao aumento da importação; redução de investimentos no próprio setor além do comportamento da produção física mineira no decorrer do ano.

Comercial e de Serviços

Esta classe representou 22,11% da energia vendida e cresceu 4,97% no ano de 2012, comportamento associado ao nível aquecido de demanda interna, ou seja, pelo consumo entre os vários setores econômicos e pelo consumo final das famílias e dos indivíduos.

Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2012: Comércio Varejista, Alojamento e alimentação (44,3%), Comércio Atacadista

(6,3%), Serviços de Saúde (6,1%), Serviços de Comunicação (5,1%), Serviços de Instituições Financeiras e Seguradoras de Capitalização (5,6%) e Serviços Auxiliares Diversos (5,1%).

Rural

Esta classe representou 11,61% da energia vendida e cresceu 8,52% em 2012, com a ligação de propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano.

Demais Classes

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com participação de 13,25% da energia vendida, cresceram em conjunto 3,48% no ano de 2012.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.785 milhões em 2012 comparados a R\$4.557 milhões em 2011. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

	2012	AV %	2011	AV %	AH %
Impostos sobre a Receita					
ICMS	2.568.753	53,69	2.358.568	51,76	8,90
PIS-PASEP	209.206	4,37	195.434	4,28	7,18
COFINS	963.624	20,15	900.185	19,75	7,11
ISSQN	306	-	518	0,02	(100,00)
	3.741.889	78,20	3.454.705	75,81	8,31
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão – RGR	87.832	1,84	64.687	1,43	35,38
Programa de Eficiência Energética-PEE	28.505	0,61	34.213	0,75	(14,71)
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	450.836	9,43	392.095	8,60	15,05
Quota para Conta de Consumo de Combustível-CCC	408.707	8,55	569.263	12,49	(28,12)
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	16.781	0,36	9.855	0,22	70,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	16.781	0,36	9.593	0,22	70,00
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	8.391	0,17	4.797	0,11	60,00
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	25.172	0,52	18.072	0,39	38,89
	1.043.005	21,80	1.102.575	24,20	(5,44)
	4.784.894	100,00	4.557.280	99,99	5,00

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$409 milhões no exercício de 2012 comparados a R\$569 milhões no exercício de 2011, representando uma redução de 28,12%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente da redução no custo unitário da CCC definida por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$451 milhões no exercício de 2012 comparados a R\$392 milhões no exercício de 2011, o que representa um aumento de 15,05%. A CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Reserva Global de Reversão (RGR)

Os encargos referentes a RGR foram de R\$88 milhões, no exercício de 2012, comparados a R\$65 milhões, no exercício de 2011, representando um aumento de 35,38%. A RGR é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio da ANEEL.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$9.007 milhões em 2012 comparados a R\$7.281 milhões em 2011, representando um aumento de 23,71%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento nos custos com Energia Comprada para Revenda.

Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis.

Principais variações:

	2012	AV %	2011	AV %	AH %
Pessoal	830.118	9,22	766.720	10,53	8,21
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	164.186	1,82	148.298	2,03	10,81
Obrigações Pós-Emprego	93.888	1,04	87.331	1,19	8,05
Materiais	52.396	0,58	64.431	0,88	(18,75)
Serviços de Terceiros	695.245	7,72	680.887	9,35	2,06
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.179.651	46,41	2.936.029	40,32	42,37
Amortização	392.634	4,36	383.714	5,27	2,34
Provisões Operacionais	269.014	2,99	161.437	2,21	67,08
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	794.333	8,82	671.651	9,23	18,15
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.228.483	13,63	1.175.319	16,14	4,51
Outras Despesas Líquidas	307.167	3,41	204.725	2,82	49,76
	9.007.115	100,00	7.280.542	100,00	23,71

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$4.180 milhões em 2012 comparados a 2.936 milhões em 2011, representando um aumento de 42,37%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 141,49% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foi de R\$681 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$282 milhões do mesmo período de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), nos submercados sudeste e centro-oeste, que passou de R\$29,42 por MWh no exercício de 2011 para R\$166,69 por MWh no mesmo período de 2012, decorrente do despacho, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), de volumes significativos de usinas térmicas a título de segurança energética;
- aumento de 42,92% nas compras de energia no ambiente regulado, que foi de R\$2.441 milhões em 2012, comparados a R\$1.708 milhões em 2011. Este aumento decorre, substancialmente, dá ligação das usinas térmicas em 2012, com um custo mais elevado, e a transferência desse aumento no custo para as distribuidoras; e
- aumento de 16,29% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$885 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$761 milhões no mesmo período de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no exercício de 2012, comparada a uma valorização no mesmo período de 2011. O Dólar médio relativo às faturas no exercício de 2012 foi de R\$1,974, em comparação a R\$1,676 do mesmo período de 2011, o que representou uma variação de 17,78%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$794 milhões em 2012 comparados a R\$672 milhões em 2011, representando um aumento de 18,15%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$830 milhões em 2012 comparados a R\$767 milhões em 2011, representando um aumento de 8,21%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial ocorrido em novembro de 2012, com reajuste médio de 4,5%, parcialmente compensado pela redução do número de empregados médios, que foi de 6.516 em 2012 e 6.712 em 2011, uma redução de 2,92%. Adicionalmente, houve um aumento nas despesas com o Programa Prêmio de Desligamento (PPD) em função de novas adesões no período.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$269 milhões em 2012 comparados a R\$161 milhões em 2011, um aumento de 67,08%. Os principais fatores que afetam esta rubrica estão relacionados a seguir:

- Provisão de R\$159 milhões para Crédito de Liquidação Duvidosa em 2012 referentes à perda relativa ao contas a receber relacionado a discussão judicial do ICMS sobre Encargos de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- Em 2011, ocorreu o incremento de R\$45 milhões nas provisões relativas às Relações de Consumo, em função das reavaliações realizadas pela área jurídica acerca das probabilidades de perdas; e
- Reversão de R\$8 milhões em 2012, de termo de notificação da ANEEL, referente à não conformidade dos indicadores de continuidade na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, adicionados no quarto trimestre de 2011 no montante de R\$12 milhões.

Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$1.228 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$1.175 milhões do mesmo período de 2011, um aumento de 4,51%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$307 milhões em 2012, comparadas a R\$205 milhões em 2011, o que representou um aumento de 49,76%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 490% do Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens, que foram de R\$118 milhões em 2012 comparados a R\$20 milhões em 2011, em função da realização do inventário físico para atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009.

Resultado Financeiro Líquido

	2012	AV %	2011 Reclassificado	AV %	AH %
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	41.971	14,53	73.186	23,55	(42,47)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	150.570	52,25	119.916	38,71	25,83
Variações Cambiais	14.540	5,19	20.140	6,45	(25,00)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	21.499	7,27	14.702	4,84	40,00
Variações Monetárias	3.360	1,04	54.194	17,42	(94,44)
Multas Contratuais	46.550	16,26	19.835	6,45	135,00
Outras	10.593	3,81	8.376	2,58	37,50
	289.083	100,00	310.349	100,00	(6,77)
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(337.105)	118,25	(299.777)	138,89	12,33
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(67.675)	23,86	(76.922)	35,65	(11,69)
Variações Cambiais	(30.903)	10,88	(26.502)	12,50	14,81
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(55.380)	19,30	(47.690)	22,22	14,58
Variação Monetária de P&D e PEE	(16.412)	5,61	(25.055)	11,57	(36,00)
Variação Monetária - Outras	(8.868)	3,16	(3.424)	1,39	200,00
Outras	(57.612)	20,35	(47.092)	21,76	23,40
	(573.955)	201,40	(526.462)	243,52	9,13
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(284.872)	100,00	(216.113)	100,00	31,94

O Resultado Financeiro Líquido em 2012 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$285 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$216 milhões em 2011, um aumento de 31,94%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 42,47% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$42 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$73 milhões do mesmo período de 2011, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012;
- aumento de 25,83% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$151 milhões no exercício de 2012 em comparação a R\$120 milhões do mesmo período de 2011, em decorrência, entre outros fatores, da implementação, em 2012, de

cobrança através de correio eletrônico e mensagem para telefone móvel, Short Message Service (SMS), somada à intensificação de ações já existentes, como, por exemplo, a carta cobrança e a cobrança administrativa;

- aumento de 12,33% nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos, que foram de R\$337 milhões no exercício de 2012 em comparação a R\$300 milhões do mesmo período de 2011, devido às novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011, somada ao aumento de 8,37% do CDI; e
- redução de 94,44% nas receitas com variações monetárias, que foram de R\$3 milhões no exercício de 2012, em comparação a R\$54 milhões no mesmo período de 2011, decorrente das liquidações, em 2011, de parcelamentos de dívidas de faturas de energia. Esta redução foi, parcialmente, compensada pelo aumento de 135% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$47 milhões no exercício de 2012, em comparação a R\$20 milhões do mesmo período de 2011, decorrente de acordo relativo a contrato de compartilhamento de infraestrutura.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Contábeis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2012 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$20 milhões em relação ao lucro de R\$212 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 9,43%. Em 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$293 milhões em relação ao lucro de R\$1.013 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,96%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Contábeis.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Companhia em 2012 apresentou uma redução de 44,89% na comparação com 2011.

LAJIDA (em R\$ mil)	2012	2011	Var %
Resultado do Exercício	191	720	(73,47)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	20	294	(93,20)
+ Resultado Financeiro	285	216	31,94
+ Amortização	393	384	2,34
= LAJIDA	889	1.613	(44,89)

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 24,89% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação ao aumento de 11,68% na Receita Operacional Líquida. Consequentemente, a margem do LAJIDA reduziu de 18,95% em 2011 para 9,35% em 2012.

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

<i>(em R\$ mil, exceto percentuais)</i>	Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2011	AV %	2010	AV %	AH %
RECEITA	8.510.128	100,00	7.713.003	100,00	10,33
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.936.029)	(34,50)	(2.925.045)	(37,92)	0,38
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(671.651)	(7,89)	(615.584)	(7,98)	9,11
	<u>(3.607.680)</u>	<u>(42,39)</u>	<u>(3.540.629)</u>	<u>(45,90)</u>	<u>1,89</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	(644.169)	(7,57)	(645.716)	(8,37)	(0,24)
Materiais	(46.344)	(0,54)	(93.046)	(1,21)	(50,19)
Serviços de Terceiros	(524.207)	(6,16)	(563.017)	(7,30)	(6,89)
Amortização	(346.458)	(4,07)	(350.464)	(4,54)	(1,14)
Provisões Operacionais	(65.170)	(0,77)	(30.106)	(0,39)	116,47
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(1.175.319)	(13,81)	(785.881)	(10,19)	49,55
Outras	(119.388)	(1,40)	(114.744)	(1,49)	4,05
	<u>(2.921.055)</u>	<u>(34,32)</u>	<u>(2.582.974)</u>	<u>(33,49)</u>	<u>13,09</u>
CUSTO TOTAL	(6.528.735)	(76,72)	(6.123.603)	(79,39)	6,62
LUCRO BRUTO	1.981.393	23,28	1.589.400	20,61	24,66
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas	(85.872)	(1,01)	(225.157)	(2,92)	(61,86)
Despesas Gerais e Administrativas	(398.385)	(4,68)	(251.696)	(3,26)	58,28
Outras Despesas Operacionais	(267.550)	(3,14)	(313.090)	(4,06)	(14,55)
	<u>(751.807)</u>	<u>(8,83)</u>	<u>(789.943)</u>	<u>(10,24)</u>	<u>(4,83)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	1.229.586	14,45	799.457	10,37	53,80
Receitas Financeiras	310.349	3,65	293.213	3,80	5,84
Despesas Financeiras	(526.462)	(6,19)	(517.508)	(6,71)	1,73
Resultado Antes dos Impostos	1.013.473	11,91	575.162	7,46	76,21
Imposto de Renda e Contribuição Social	(354.647)	(4,17)	(188.518)	(2,44)	88,12
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.145	0,72	54.358	0,70	12,49
RESULTADO DO EXERCÍCIO	719.971	8,46	441.002	5,72	63,26

Lucro do Período

A Companhia apresentou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 um lucro líquido de R\$719.971, representando um aumento de 63,26% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou lucro líquido de R\$441.002. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 10,33% na Receita Líquida, compensado parcialmente pelo aumento de 5,31% nos Custos e Despesas Operacionais.

Receita

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

(em R\$ mil, exceto percentuais)	2011	AV %	2010	AV %	AH %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	9.910.245	116,45	9.217.639	119,51	7,51
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.821.171	21,40	1.640.489	21,27	11,01
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.175.319	13,81	785.881	10,19	49,55
Outras Receitas Operacionais	160.673	1,89	216.527	2,81	(25,80)
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(4.557.280)	(53,55)	(4.147.533)	(53,77)	9,88
	8.510.128	100,00	7.713.003	100,00	10,33

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede) – Consumidores Cativos

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$9.910.245 em 31 de dezembro de 2011, em comparação a R\$9.217.639 no mesmo período de 2010, representando um aumento de 7,51%. Os Diretores da Companhia entendem que os principais impactos na receita decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 5,03% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010 (feito integral em 2011); e
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011.

	MWh*			R\$		
	2011	2010	AH %	2011	2010	AH %
Residencial	8.548.212	8.134.143	5,09	4.303.276	3.958.883	8,70
Industrial	4.718.812	4.757.191	(0,81)	1.647.790	1.684.748	(2,19)
Comércio, Serviços e Outros	5.180.848	4.775.770	8,48	2.239.724	2.114.226	5,94
Rural	2.632.721	2.455.112	7,23	703.599	628.997	11,86
Poder Público	801.574	762.207	5,16	336.394	325.667	3,29
Iluminação Pública	1.195.078	1.067.876	11,91	314.147	276.944	13,43
Serviço Público	1.150.202	1.113.789	3,27	331.235	323.699	2,33
Subtotal	24.227.447	23.066.088	5,03	9.876.165	9.313.164	6,05
Consumo Próprio	34.932	35.505	(1,61)	-	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	9.469	(101.423)	-
	24.262.379	23.101.593	5,02	9.885.634	9.211.741	7,32
Transações com Energia na CCEE (**)	654.867	1.935.630	(66,17)	24.611	5.898	317,28
Total	24.917.246	25.037.223	(0,48)	9.910.245	9.217.639	7,51

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

(**) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:***(i) Consumo Residencial***

No entendimento dos Diretores da Companhia, o consumo residencial representa 35,3% da energia vendida em 2011 e o crescimento de 5,09% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias em função de condições favoráveis da economia brasileira, com a manutenção do vigor do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial associados à expansão da oferta de crédito. O consumo médio mensal por unidade residencial em 2011 foi de 122 kWh, com elevação de 2,6% em relação ao ano anterior.

(ii) Consumo Industrial

No entendimento dos Diretores da Companhia, a energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 19,5% do volume vendido em 2011, teve uma redução de 0,81% em relação a 2010. O principal fator que explica essa redução é a migração de consumidores cativos para a condição de livres em 2011.

(iii) Comercial e Serviços

No entendimento dos Diretores da Companhia, esta classe representou 21,4% da energia vendida e cresceu 8,48% no ano de 2011, comportamento associado ao nível aquecido de demanda interna, ou seja, pelo consumo entre os vários setores econômicos e pelo consumo final das famílias e dos indivíduos. Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2011: Comércio Varejista (10,5%), Comércio Atacadista (11,3%), Serviços de Comunicação (4,8%), Serviços de Alojamento e Alimentação (4,4%) e Serviços de Saúde (3,8%).

(iv) Rural

No entendimento dos Diretores da Companhia, o consumo rural cresceu 7,23% em 2011, com a ligação de 120.881 propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano, com baixos níveis de precipitação no período úmido e temperaturas acima da média esperada para o período seco.

(v) Demais Classes

No entendimento dos Diretores da Companhia, as demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com participação de 13,0% da energia vendida, cresceram em conjunto 6,8% no ano de 2011.

Receita de Uso da Rede

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente, pela Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). Essa receita apresentou um aumento de 11,01% (R\$1.821.171 em 2011 comparados a R\$1.640.489 em 2010). Esta variação decorre, principalmente, do aumento no volume transportado. Não ocorreu variação significativa na tarifa entre os períodos comparados, ocorrendo uma redução média de 0,09% na tarifa em abril de 2011.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.557.280 em 2011 comparados a R\$4.147.533 em 2010. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
Impostos sobre a Receita					
ICMS	2.358.568	51,75	2.184.006	52,66	7,99
PIS-PASEP	195.434	4,29	197.310	4,76	(0,95)
COFINS	900.185	19,75	821.093	19,80	9,63
ISSQN	518	0,01	494	0,01	4,86
	3.454.705	75,81	3.202.903	77,22	7,86
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão - RGR	64.687	1,42	66.179	1,60	(2,25)
Programa de Eficiência Energética - PEE	34.213	0,75	37.151	0,90	(7,91)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	392.095	8,60	340.620	8,21	15,11
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	569.263	12,49	435.288	10,50	30,78
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.855	0,22	14.850	0,36	(33,64)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	9.593	0,21	14.850	0,36	(35,40)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.797	0,11	7.425	0,18	(35,39)
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	18.072	0,40	28.267	0,68	(36,07)
	1.102.575	24,19	944.630	22,78	16,72
	4.557.280	100,00	4.147.533	100,00	9,88

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$569.263 no exercício de 2011 comparados a R\$435.288 no exercício de 2010, representando um aumento de 30,78%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da alteração na metodologia de cálculo do encargo, que passou a suprir a diferença entre o custo total da geração de energia nos sistemas isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$392.095 no exercício de 2011 comparados a R\$340.620 no exercício de 2010, o que representa um aumento de 15,11%. A CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre da atualização da quota do exercício anterior em função do crescimento de mercado e da variação do IPCA no período base. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$7.280.542 em 2011 comparados a R\$6.913.546 em 2010, representando um aumento de 5,31%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos Custos de Construção, Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão e dos Serviços Prestados por Terceiros, parcialmente compensados pelas reduções nas Participações de Empregados e Administradores no Resultado, nas aquisições de Materiais e nas constituições de Provisões Operacionais. As principais variações estão descritas a seguir:

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
Pessoal	766.720	10,53	759.155	10,98	1,00
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	148.298	2,04	236.031	3,41	(37,17)
Obrigações Pós-Emprego	87.331	1,20	78.524	1,14	11,22
Materiais	64.431	0,88	98.929	1,43	(34,87)
Serviços de Terceiros	680.887	9,35	641.620	9,28	6,12
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.936.029	40,33	2.925.045	42,31	0,38
Amortização	383.714	5,27	377.534	5,46	1,64
Provisões Operacionais	161.437	2,22	208.821	3,02	(22,69)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	671.651	9,23	615.584	8,90	9,11
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.175.319	16,14	785.881	11,37	49,55
Outras Despesas Líquidas	204.725	2,81	186.422	2,70	9,82
	7.280.542	100,00	6.913.546	100,00	5,31

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$766.720 em 2011 comparados a R\$759.155 em 2010, representando uma redução de 1,00%. Este resultado decorre, principalmente, dos reajustes salariais ocorridos em novembro de 2010 e novembro de 2011, com impactos médios de 7% e 8,20% respectivamente. Em contrapartida ocorreu uma redução do número de empregados médios, que foi de 6.712 em 2011 e 7.105 em 2010, uma redução de 5,53%.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção foram de R\$1.175.319 em 2011 comparados a R\$785.881 em 2010, representando um aumento de 49,55%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$671.651 em 2011 comparados a R\$615.584 em 2010, representando um aumento de 9,11%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.936.029 em 2011 comparados a R\$2.925.045 em 2010, representando um aumento de 0,38%. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$680.887 em 2011 comparados a R\$641.620 em 2010, representando um aumento de 6,12%. As principais variações decorrem do aumento nos custos de serviços de comunicação, conservação e limpeza de faixa, leitura de medidores e entrega de faturas de energia e podas de árvores, decorrente basicamente da atualização monetária dos contratos já existentes.

Materiais

A despesa com Materiais foi de R\$64.431 em 2011 comparados a R\$98.929 em 2010, representando uma redução de 34,87% em função da otimização da utilização dos materiais pela Companhia.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$161.437 em 2011 comparados a R\$208.821 em 2010, uma redução de 22,69%. Os principais fatores que afetam esta rubrica estão abaixo relacionados:

- celebração em 2010 de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$178 milhões, provisionado em maio de 2010;
- reversão de provisão em 2010 referente processo administrativo regulatório, no valor de R\$54 milhões, em função da baixa do processo pelo órgão regulador, que entendeu que a metodologia para cálculo das unidades consumidoras classificadas na subclasse residencial baixa renda precisava ser adaptada;
- em 2011 ocorreu o incremento de R\$45 milhões nas provisões relativas às Relações de Consumo, em função das reavaliações realizadas pela área jurídica acerca das probabilidades de perdas; e
- aumento de R\$38 milhões na constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD em 2011, em função, principalmente, das reavaliações acerca dos parcelamentos realizados para recuperação das dívidas de diversos consumidores.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$148.298 em 2011 comparados a R\$236.031 em 2010, representando uma redução de 37,17%. Deve ser ressaltado que os valores registrados em 2010 estavam a maior em R\$39 milhões relativo à Participação Extraordinária no Resultado que foi prevista no Acordo Coletivo de Trabalho firmado em novembro de 2009.

Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$204.725 em 2011 comparadas a R\$186.422 em 2010, o que representou um aumento de 9,82%. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento de 75,00% das despesas com Arrendamentos e Aluguéis, que foram de R\$63 milhões em 2011 comparados a R\$36 milhões em 2010, em função, principalmente, do aumento da frota de veículos alugados e da alteração no perfil da frota, sendo que em 2010 era composta por veículos de menor porte, e em 2011 foram firmados novos contratos de locação de veículos de maior porte, a um custo unitário maior.

Resultado Financeiro Líquido

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	73.186	(33,86)	53.143	(23,69)	37,72
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	119.916	(55,49)	114.259	(50,94)	4,95
Variações Cambiais	20.140	(9,32)	49.214	(21,94)	(59,08)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	14.702	(6,80)	-	-	-
Outras	82.405	(38,13)	76.597	(34,15)	7,58
	310.349	(143,60)	293.213	(130,73)	5,84
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(299.777)	138,71	(260.229)	116,02	15,20
Encargos de Variação Monetária - Forluz	(76.922)	35,59	(73.107)	32,59	5,22
Variações Cambiais	(26.502)	12,26	(36.083)	16,09	(26,55)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(47.690)	22,07	(60.251)	26,86	(20,85)
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	-	(5.216)	2,33	-
Variação Monetária de P&D e PEE	(25.055)	11,59	(23.462)	10,46	6,79
Outras	(50.516)	23,37	(59.160)	26,38	(14,61)
	(526.462)	243,60	(517.508)	230,73	1,73
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(216.113)	100,00	(224.295)	100,00	(3,65)

O Resultado Financeiro Líquido em 2011 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$216.113 comparados a uma Despesa Financeira Líquida de R\$224.295 em 2010. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro são como segue:

(i) aumento na receita de Aplicações Financeiras, R\$73.186 em 2011, comparados a R\$53.143 em 2010, em função do maior volume de recursos aplicados em 2011;

(ii) redução na despesa com Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, R\$47.690 em 2011, comparados a R\$60.251 em 2010. Esta redução decorre principalmente da menor variação do IGP-M, um dos principais indexadores da dívida, que foi de 5,10% em 2011, comparado a um aumento de 11,32% em 2010;

(iii) aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, que foi de R\$299.777 em 2011, comparados a R\$260.229 em 2010, devido, principalmente, à maior variação do CDI em 2011, principal indexador dos contratos de empréstimos e financiamentos; e

(iv) as demais variações decorreram do aumento nas outras receitas financeiras de 7,58%, somado à redução nas outras despesas financeiras de 14,61%, sem relevância individualmente.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$293.502 em relação ao lucro de R\$1.013.473 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,96%. Em 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$134.160 em relação ao lucro de R\$575.162, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,33%.

Principais variações nas contas patrimoniais da companhia**Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011**

ATIVO	2012	AV %	2011 Reclassificado	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	190.233	1,63	527.296	5,04	(63,92)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	78.626	0,68	5.000	0,05	1.472,52
Consumidores e Revendedores	1.357.518	11,66	1.602.291	15,32	(15,28)
Concessionários – Transporte de Energia	299.718	2,57	247.049	2,36	21,32
Tributos Compensáveis	121.387	1,04	118.960	1,14	2,04
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	118.782	1,02	81.597	0,78	45,57
Fundos Vinculados	132.256	1,14	3.279	0,03	3.933,42
Estoques	35.988	0,31	26.671	0,26	34,93
Contribuição de Iluminação Pública	68.898	0,59	62.889	0,60	9,55
Subvenção Baixa Renda	46.879	0,40	920	0,01	4.995,54
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	20.445	0,18	-	-	100,00
Outros	332.578	2,86	257.187	2,46	29,31
TOTAL DO CIRCULANTE	2.803.308	24,08	2.933.139	28,05	(4,43)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	22.235	0,19	-	-	100,00
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	771.758	6,63	479.261	4,58	61,03
Tributos Compensáveis	348.959	3,00	247.350	2,37	41,08
Depósitos Vinculados a Litígios	852.313	7,32	832.466	7,96	2,38
Consumidores e Revendedores	220.315	1,89	61.822	0,59	256,37
Concessionários - Transporte de Energia	10.440	0,09	11.931	0,11	(12,50)
Outros Créditos	74.994	0,64	70.171	0,67	6,87
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	4.757.735	40,87	3.118.126	29,82	52,58
Intangíveis	1.778.817	15,28	2.703.687	25,85	(34,21)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	8.837.566	75,92	7.524.814	71,95	17,45
ATIVO TOTAL	11.640.874	100,00	10.457.953	100,00	11,31
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.954.010	25,38	603.235	5,77	389,69
Debêntures	931.647	8,00	22.765	0,22	3.992,45
Fornecedores	1.116.600	9,59	753.131	7,20	48,26
Impostos, Taxas e Contribuições	364.482	3,13	340.956	3,26	6,90
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	119.947	1,03	109.215	1,04	9,83
Salários e Encargos Sociais	160.708	1,38	168.454	1,61	(4,60)
Encargos Regulatórios	238.048	2,04	210.312	2,01	13,19
Participações nos Lucros	56.809	0,49	59.437	0,57	(4,42)
Obrigações Pós-Emprego	37.114	0,32	53.687	0,51	(30,87)
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	-	-	25.764	0,25	(100,00)
Contribuição de Iluminação Pública	111.489	0,96	114.586	1,10	(2,70)
Outras	158.694	1,36	143.219	1,37	10,81
TOTAL DO CIRCULANTE	6.249.548	53,69	2.604.761	24,91	139,93
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	723.973	6,22	2.032.642	19,44	(64,38)
Debêntures	-	-	852.580	8,15	(100,00)
Provisões	104.986	0,90	103.684	0,99	1,26
Obrigações Pós-Emprego	1.375.823	11,82	1.339.105	12,80	2,74
Impostos, Taxas e Contribuições	579.523	4,98	661.326	6,32	(12,37)
Encargos Regulatórios	122.021	1,05	187.753	1,80	(35,01)
Outras	21.851	0,19	19.639	0,19	11,26
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.928.177	25,15	5.196.729	49,69	(43,65)
TOTAL DO PASSIVO	9.177.725	78,84	7.801.490	74,60	17,64
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR					
Capital Social	2.261.998	19,43	2.261.998	21,63	-
Reservas de Lucros	201.151	1,73	394.465	3,77	(49,01)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.463.149	21,16	2.656.463	25,40	(7,28)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.640.874	100,00	10.457.953	100,00	11,31

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2012 em comparação a 2011 são como segue:

- Redução de 63,92% no saldo de caixa e disponibilidade de caixa em função do maior dispêndio de recursos com pagamento de compra de energia;
- Aumento de 52,57% no saldo de ativo financeiro não circulante em função dos investimentos realizados pela Companhia em 2012 em ativos da concessão; e
- Aumento de 520,61% nos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures no circulante em função principalmente de transferências de longo prazo decorrentes de quebras de cláusulas restritivas dos contratos. Tendo em vista que a expectativa de obtenção dos consentimentos dos credores ocorrerá somente em 2013, a Companhia transferiu os valores para o curto prazo e após a obtenção dos consentimentos, retornará com os saldos para o longo prazo, no exercício de 2013.

Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010

Ativo	2011 Reclassificado	AV %	2010 Reclassificado	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	527.296	5,04	503.409	5,35	4,75
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5.000	0,05	-	-	100,00
Consumidores e Revendedores	1.602.291	15,32	1.496.609	15,92	7,06
Concessionários – Transporte de Energia	247.049	2,36	273.948	2,91	(9,82)
Tributos Compensáveis	118.960	1,14	228.903	2,43	(48,03)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recupera	81.597	0,78	245.258	2,61	(66,73)
Fundos Vinculados	3.279	0,03	14.048	0,15	(76,66)
Estoques	26.671	0,26	21.318	0,23	25,11
Contribuição de Iluminação Pública	62.889	0,60	52.258	0,56	20,34
Subvenção Baixa Renda	920	0,01	50.218	0,53	(98,17)
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-
Outros	257.187	2,46	231.892	2,47	10,91
TOTAL DO CIRCULANTE	2.933.139	28,05	3.117.861	33,16	(5,92)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	-	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	479.261	4,58	441.045	4,69	8,66
Tributos Compensáveis	247.350	2,37	98.718	1,05	150,56
Depósitos Vinculados a Litígios	832.466	7,96	641.897	6,83	29,69
Consumidores e Revendedores	61.822	0,59	18.491	0,20	234,34
Concessionários - Transporte de Energia	11.931	0,11	-	-	100,00
Outros Créditos	70.171	0,67	46.120	0,49	52,15
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	3.118.126	29,82	2.387.093	25,39	30,62
Intangíveis	2.703.687	25,85	2.652.214	28,20	1,94
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	7.524.814	71,95	6.285.578	66,84	19,72
ATIVO TOTAL	10.457.953	100,00	9.403.439	100,00	

Passivo	2011 Reclassificado	AV %	2010 Reclassificado	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	603.235	5,77	388.825	4,13	55,14
Debêntures	22.765	0,22	21.918	0,23	3,86
Fornecedores	753.131	7,20	770.139	8,19	(2,21)
Impostos, Taxas e Contribuições	340.956	3,26	263.385	2,80	29,45
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	109.215	1,04	50.842	0,54	114,81
Salários e Encargos Sociais	168.454	1,61	156.978	1,67	7,31
Encargos Regulatórios	210.312	2,01	304.124	3,23	(30,85)
Participações nos Lucros	59.437	0,57	81.641	0,87	(27,20)
Obrigações Pós-Emprego	53.687	0,51	53.579	0,57	0,20
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	25.764	0,25	69.271	0,74	(62,81)
Contribuição de Iluminação Pública	114.586	1,10	93.866	1,00	22,07
Outras	143.219	1,37	149.960	1,59	(4,50)
TOTAL DO CIRCULANTE	2.604.761	24,91	2.404.528	25,57	8,33
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.032.642	19,44	1.831.199	19,47	11,00
Debêntures	852.580	8,15	805.053	8,56	5,90
Provisões	103.684	0,99	31.749	0,34	226,57
Obrigações Pós-Emprego	1.339.105	12,80	1.316.001	13,99	1,76
Impostos, Taxas e Contribuições	661.326	6,32	508.473	5,41	30,06
Encargos Regulatórios	187.753	1,80	109.066	1,16	72,15
Outras	19.639	0,19	20.471	0,22	(4,06)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.196.729	49,69	4.622.012	49,15	12,43
TOTAL DO PASSIVO	7.801.490	74,60	7.026.540	74,72	11,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR					
Capital Social	2.261.998	21,63	2.261.998	24,06	-
Reservas de Lucros	394.465	3,77	114.901	1,22	243,31
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.656.463	25,40	2.376.899	25,28	11,76
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.457.953	100,00	9.403.439	100,00	11,21

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2011 em comparação a 2010 são como segue:

- Aumento de 30,62% no saldo de ativo financeiro não circulante em função dos investimentos realizados pela Companhia em 2011 em ativos da concessão; e
- Os demais saldos apresentaram variações em consonância às operações da Companhia, sem destaques a serem mencionados.

a) resultado das operações da Companhia**i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Companhia é composta pelos seguintes itens: (i) fornecimento bruto de energia elétrica; (ii) receita de uso da rede – consumidores livres; (iii) transações com energia na CCEE; (iv) receita de construção de infraestrutura de distribuição; (v) outras receitas operacionais; e (v) impostos e encargos incidentes sobre as receitas.

A Diretoria da Companhia entende que os itens mais significativos da receita são fornecimento de energia elétrica e do uso da rede de distribuição pelos consumidores finais dentro da sua área de concessão, conforme pode ser observado em tabela de composição da receita no item 10.1 (h) deste Formulário de Referência. A receita com fornecimento bruto de energia decorre dos valores de energia comercializada a consumidores residenciais, comerciais, rurais, industriais e outros e a receita de uso da rede decorre de valores auferidos pela utilização, pelos consumidores, das linhas de distribuição da Companhia.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Diretoria da Companhia entende que os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia estão relacionados na Seção 10.1 deste Formulário de Referência, onde destacamos: (i) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012); (ii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012; e (iii) aumento de 25,55% no gasto com energia elétrica comprada para revenda, decorrente, principalmente, das exposições financeiras no mercado de curto prazo ocasionada pelo aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional na Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer evento de constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

c) eventos ou operações não usuais

Com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia não passou por quaisquer eventos ou realizou quaisquer operações não usuais que pudessem interferir em suas demonstrações financeiras.

a) mudanças significativas das práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras de 2010 também refletiram pela primeira vez a adoção de regras contábeis internacionais (IFRS), rerepresentando os resultados de 2009 para possibilitar a comparabilidade.

Nesse contexto, no exercício de 2010 ocorreu a mudança nos padrões contábeis brasileiros regulados pelas publicações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação dos padrões contábeis internacionais (IFRS) trouxe uma significativa mudança nos resultados de 2010. Os principais impactos das mudanças podem ser verificados na letra b desse mesmo item.

Já as Demonstrações Contábeis do exercício de 2011 e 2012 foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC; normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O processo de harmonização das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais iniciou-se em 2008 com o advento da Lei 11.638/07. A adoção definitiva das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil ocorreu em 2010. Para atendimento às determinações das normas internacionais, para a primeira adoção seria necessária à apresentação comparativa com o exercício imediatamente anterior e também a elaboração de um balanço de abertura com data de 01/01/2009. A Companhia elaborou essas demonstrações em consonância com as normas internacionais, refletindo na sua contabilidade todos os efeitos, tendo como maior reflexo a adoção do IFRIC 12 (ICPC01) – Contratos de Concessão. Com a adoção desta norma, a Companhia deixou de registrar os ativos das concessões na rubrica de Ativo Imobilizado, sendo estes bifurcados entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro de acordo com as regras estabelecidas na legislação.

Os diretores da Companhia entendem que todos os impactos e seus respectivos efeitos decorrentes das referidas alterações nas práticas contábeis foram divulgados em nas demonstrações contábeis e são também descritos no item (b) a seguir.

b) efeitos significativos das alterações nas práticas contábeis

Conforme descrito no item 10.4 (b) anterior, o principal impacto nas demonstrações contábeis da Companhia foi decorrente da adoção do ICPC 01. Todos os ativos de concessão, anteriormente classificados como ativo imobilizado, foram bifurcados entre Ativo Financeiro e Ativo Intangível. Aqueles ativos, cuja remuneração via comercialização de energia ocorresse até o final da concessão, foram classificados como Ativo Intangível. A diferença não ressarcida via comercialização até o final da concessão seria reconhecido como Ativo Financeiro e indenizado pelo Poder concedente.

Adicionalmente, deve ser ressaltado que em função das novas normas contábeis, a Companhia passou a não mais registrar nas demonstrações contábeis os ativos e passivos regulatórios, sendo os valores reconhecidos somente quando do efetivo recebimento ou pagamento, o que produziu também, no entendimento dos Diretores da Companhia, impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Todos os impactos identificados com a adoção das IFRS na Companhia estão descritos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Principais impactos e alterações nas demonstrações contábeis da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício corrente em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas IFRS

Os principais efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia em função da adoção, em 2010, dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC de nºs 15 a 43, das Interpretações Técnicas de nºs 1 a 16 e das orientações técnicas de nº de 3 a 5 além das normas IFRS estão descritos a seguir:

(i) Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão: essa interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de distribuição da Companhia. De acordo com a referida Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado

preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível. Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do ativo financeiro. Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia, foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre ativo intangível e ativo financeiro.

Na atividade de distribuição de energia elétrica, a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte por meio do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Dessa forma, a Companhia mensurou o valor dos ativos, anteriormente registrados no imobilizado, que não estarão integralmente amortizados até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A diferença entre o valor anteriormente registrado no imobilizado e o ativo financeiro da concessão constituído foi transferida para o ativo intangível. Ou seja, os valores registrados no intangível serão aqueles a serem amortizados até o final da concessão, de acordo com a estimativa de vida útil dos ativos estabelecida pela ANEEL.

Apesar da existência de cláusula de renovação nos atuais contratos de concessão da Companhia por mais 20 anos, essa renovação não foi considerada para fins de bifurcação dos ativos, sendo utilizada a data de vencimento do atual contrato, em fevereiro de 2016. Os valores registrados no ativo intangível serão amortizados em conformidade com a vida útil dos ativos, utilizando-se como base a estimativa elaborada pela ANEEL.

Conforme definido pela Interpretação, considerando que as empresas de distribuição atuam essencialmente como responsáveis primárias em relação aos serviços de construção e instalação, é necessário o reconhecimento de receita e despesa de construção relacionadas a esses serviços.

Tendo em vista o modelo regulatório brasileiro, onde as empresas distribuidoras têm a sua remuneração baseada na operação e manutenção dos ativos e a construção de novas instalações é essencialmente terceirizada, entendemos que a margem de lucro nessa atividade de construção é imaterial, motivo pelo qual consideramos como nula para fins de elaboração das demonstrações contábeis.

Para as contribuições do consumidor, registradas como obrigações especiais, foram adotados os seguintes procedimentos:

- o saldo inicial de obrigações especiais registrado na data de transição a ser amortizado até o vencimento da concessão. Caso seja estimado saldo remanescente, este deve ser classificado como ativo financeiro, em conta redutora; e
- a parcela do saldo inicial que deve ser amortizado entre a data da transição da norma contábil e o vencimento da concessão deve ser classificada como ativo intangível, em conta redutora.

Em função do critério utilizado de realizar a bifurcação dos ativos entre financeiro e intangível tendo como base os valores contábeis então constantes do imobilizado, a alteração mencionada não alterou o patrimônio líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2009.

(ii) Pronunciamento CPC 20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados: a Companhia reavaliou os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a um ativo qualificável.

Esse procedimento implicou na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

(iii) Pronunciamento CPC 27 (IAS 16) e ICPC 01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração: até o exercício de 2009, a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, por meio de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$27.576.

(iv) Pronunciamento CPC 33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego: a Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego. Apesar do Pronunciamento CPC 33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, é exigido que na adoção do pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas ainda não reconhecidas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 e que se encontravam

somente divulgadas em nota explicativa. Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$460.556 em contrapartida ao Patrimônio Líquido, referente às perdas atuariais ainda não reconhecidas em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior à obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC 33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$460.556. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 15.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

(v) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual (Framework): a definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo *International Accounting Standards Board – IASB* desde 2005. Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e recebimento de contribuições. Em 2010, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para 2011. Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios. Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis, estando apresentados na nota explicativa nº 21 os principais saldos dos itens regulatórios que não foram registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia na data de 1º de janeiro de 2009.

(vi) Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis: em decorrência dos ajustes mencionados anteriormente nesta nota relacionados à adoção das novas normas contábeis, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foram auditadas, tudo em consonância com as normas de auditorias pertinentes e aplicáveis no Brasil.

Quanto aos Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e o Relatório de

Revisão sobre Informações Trimestrais dos exercícios de 2012, 2011 e 2010, a Companhia identificou ênfases nos relatórios emitidos sobre a reapresentação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2012 e sobre a ITR de junho de 2011, conforme segue, respectivamente:

“Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 27 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria com ressalva por limitação de escopo relacionada à necessidade de avaliação, por parte da administração, quanto a possíveis efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes de informação preliminar da ANEEL sobre a Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Companhia. Conforme descrito na nota explicativa nº. 12, em 05 de abril de 2012, a ANEEL homologou a BRR da Companhia com valores revisados, permitindo assim à administração a avaliação e conclusão de que não há necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Consequentemente, a ressalva incluída em nossa opinião relacionada com o referido assunto, emitida anteriormente não é mais necessária e, portanto, nossa nova opinião constante deste relatório não contém qualquer modificação.”

“Conforme mencionado na Nota explicativa nº 12, a Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula de compromisso financeiro (“covenants”) que não estava atendida na data base 30 de junho de 2011. A Administração da Companhia obteve os consentimentos (“waivers”) de todos os credores somente após 30 de junho de 2011, razão pela qual, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), reclassificou o montante de R\$1.265 milhões do passivo não circulante para o passivo circulante em 30 de junho de 2011. Após obtenção dos waivers, tais passivos financeiros voltaram a ser classificados como passivo não circulante. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.”

Os diretores da Companhia entendem que, apesar das ênfases constantes nos Relatórios dos Auditores Independentes emitidos para as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2012 e as Demonstrações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2011, referentes, respectivamente, à reapresentação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2012 e à quebra dos “covenants” em 30 de junho de 2011, não ocorreu impacto nas operações ou situação financeira da Companhia, uma vez que não houve necessidade de ajustes nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2012 e, ainda antes do arquivamento das Demonstrações Contábeis Intermediárias mencionadas, a Companhia obteve junto aos credores o consentimento (“waiver”), e, com isso, todos os valores classificados no Passivo Circulante em decorrência do ocorrido, foram reclassificados para o Passivo Não Circulante nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2011, em consonância com as efetivas datas de vencimento constantes nos contratos.

As demonstrações contábeis ou informações trimestrais da Companhia não contiveram ressalvas, ou outro tipo de Relatório dos Auditores Independentes com opinião modificada, o que confirma, na opinião dos Diretores, portanto, a apresentação adequada, em todos os aspectos relevantes, das demonstrações financeiras quanto à posição patrimonial e financeira da Companhia.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos estabelecidos. A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2012, com base nos critérios estabelecidos no documento *Integrated Internal Control Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria da Companhia entende que não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial. A Diretoria acredita, ainda, que a Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com suas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia entende que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A Diretoria da Companhia entende que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que pudessem alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que a Diretoria da Companhia entende que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que pudessem alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que a Diretoria da Companhia entende que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que pudessem alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

a) objeto da projeção

Demonstrar as expectativas da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - Lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização (ou EBITDA – *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*).

Apresentação ao mercado das perspectivas de LAJIDA garantindo o acesso democrático aos dados e informações a todos os investidores e analistas.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se aos primeiros 2 (dois) anos do horizonte máximo de 5 (cinco) abrangido pelo Guidance.

O prazo de validade é de 1 (um) ano ou até a data de uma revisão do Guidance justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções do Guidance são baseadas em premissas associadas a um cenário conservador, refletindo uma expectativa de crescimento vegetativo.

Algumas declarações e estimativas contidas neste material podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas ambos conhecidos e desconhecidos. Não há garantia que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas se baseiam nas suposições e análises atuais do ponto de vista da nossa diretoria, de acordo com a sua experiência e outros fatores tais como o ambiente macroeconômico, das condições de mercado do setor elétrico e dos resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob controle da Cemig.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as projeções a respeito de eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Cemig, as condições econômicas brasileiras e internacionais, tecnologia, estratégia financeira da Cemig, alterações no setor elétrico, condições hidrológicas, condições dos mercados financeiro e de energia, incerteza a respeito dos nossos resultados de operações futuras, planos e objetivos bem como outros fatores.

Em razão desses e outros fatores os resultados reais da Cemig podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos em tais declarações.

As informações e opiniões aqui contidas não devem ser entendidas como recomendação a potenciais investidores e nenhuma decisão de investimento deve se basear na veracidade, atualidade ou completude dessas informações ou opiniões. Nenhum dos profissionais da Cemig ou partes a eles relacionadas ou seus representantes terá

qualquer responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização do conteúdo desta apresentação.

Para avaliação dos riscos e incertezas, tal como eles se relacionam com a Cemig, e obter informações adicionais sobre fatores que possam originar resultados diversos daqueles estimados pela Cemig, favor consultar item 4.1 - Fatores de Riscos neste Formulário de Referência e no Form 20F arquivado na U. S. Securities and Exchange Commission – SEC.

Principais Premissas

- As projeções refletem os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional IFRS, incluindo o ICPC-01 (Concessões).
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros elaborados pelas consultorias especializadas “MCM Consultores” e “LCA Consultores” (a partir do Guidance 2012), focando especialmente os desempenhos das economias nacional, mineira e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (IGP-M, INPC, IPCA), taxa de juros (Selic), variação do PIB, TJLP e cotação do dólar.
- Volume de vendas de energia aos mercados de consumidores cativos (fornecimento).
- Projeção de índices de reajustes ou revisão tarifária, conforme fórmula paramétrica definida pela Agência reguladora e os impactos na receita da Companhia.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais).
- Comportamento dos custos gerenciáveis de PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras despesas de natureza operacional), considerando os parâmetros de empresas de referência regulatória.
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis (PMSO).
- Programa de Investimentos (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a reposição de ativos).
- Todas as premissas acima discriminadas, excetuando-se PMSO e investimentos, estão sujeitas a mudanças que escapam ao controle da Administração. Especificamente, a definição dos custos gerenciáveis (PMSO) e do montante de investimentos sofrem interferência da gestão da Corporação objetivando a sua otimização e adequação dos impactos às metas propostas para os resultados.

Além disso, ressalta-se que os valores verificados relativos a 2010 foram apurados de acordo com o padrão contábil vigente à época, para que fosse mantida a comparabilidade dos dados, tendo em vista que as projeções dos referidos Guidance foram elaboradas antes da adoção plena dos IFRS no exercício de 2010. Dessa forma, os valores considerados como verificados neste item do Formulário de Referência necessariamente devem ser diferentes dos valores divulgados nas demonstrações de resultados oficiais do Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010. Ressalta-se ainda que, a partir de 2010, as faixas de LAJIDA do Guidance da Companhia são apresentadas no formato consolidado.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

ANÁLISE DE RESULTADOS DO GUIDANCE CEMIG
CEMIG DISTRIBUIÇÃO

INDICADOR : LAJIDA (EBITDA)

GUIDANCE 2010							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2010		2011		2010		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	894	1.093	1.382	1.689	999	11,7%	-8,6%

GUIDANCE 2011							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2011		2012		2011		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	1.451	1.773	1.466	1.792	1.613	11,2%	-9,0%

GUIDANCE 2012							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2012		2013		2012		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	1.480	1.810	1.640	2.000	889	-39,9%	-50,9%

Fonte: Guidance Anual Cemig

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo - PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

sbs/cfsr

8/4/2013

a) informar quais projeções estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia apresentou projeções de LAJIDA nos últimos três exercícios sociais e as premissas e resultados foram amplamente divulgadas ao mercado.

Os valores divulgados no Guidance anual atualizam as projeções do exercício anterior (ou as do próprio ano corrente, no caso de revisões do Guidance anual).

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho do indicador LAJIDA pode ser visualizada na própria tabela detalhada apresentada em item anterior (11.1.d). O dado verificado refere-se ao primeiro ano do horizonte de projeções.

Fatores que explicam os desvios nas projeções

Guidance 2010

Para o ano de 2010, primeiro ano das projeções do Guidance 2010, o LAJIDA verificado na Companhia ficou situado entre os valores da faixa definida e divulgada no Guidance daquele ano. O desempenho correspondeu a 11,7% acima do limite inferior e 8,6% inferior ao limite superior da faixa.

Considerando que o LAJIDA da Cemig Consolidada também ficou situado na faixa projetada do Guidance (6,3% superior ao limite inferior e 7,6% inferior ao limite superior), não houve ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Companhia a serem discriminados em relação aos resultados de 2010.

Guidance 2011

Para o ano de 2011, primeiro ano das projeções do Guidance 2011, o LAJIDA verificado na Companhia ficou situado entre os valores da faixa definida e divulgada no Guidance daquele ano. O desempenho correspondeu a 11,2% acima do limite inferior e 9,0% inferior ao limite superior da faixa.

Considerando que o LAJIDA da Cemig Consolidada também ficou situado na faixa projetada do Guidance (5,3% superior ao limite inferior e 6,0% inferior ao limite superior), não houve ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Companhia a serem discriminados em relação aos resultados de 2011.

Guidance 2012

Principais fatores que impactaram os resultados de 2012:

- Dificuldades regulatórias
 - Aumento na despesa de distribuição devido ao volume de energia comprada acima do valor orçado;
- Provisionamento dos valores a receber de consumidores industriais em função de não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

O Guidance 2012-2016 foi divulgado, em 28 de maio de 2012, no XVII Encontro Anual CEMIG-APIMEC, realizado em Belo Horizonte. As projeções de LAJIDA permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência – FR.

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração, por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal de caráter permanente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias determinadas por lei:

- i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o Estatuto Social da Companhia;
- iii) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- iv) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.000.000,00¹;
- v) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹, inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- vi) convocar a Assembleia Geral;
- vii) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- viii) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- ix) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
- x) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹;
- xi) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor

igual ou superior a R\$14.000.000,00¹;

xii) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “*commercial papers*” e outros;

xiii) aprovar o plano diretor, o plano plurianual e estratégico e o orçamento anual da Companhia, bem como suas alterações e revisões;

xiv) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o orçamento anual da Companhia aprovado;

xv) autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembleia Geral de Acionistas;

xvi) aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do Estatuto Social da Companhia, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;

xvii) aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;

xviii) aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e

xix) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹, mediante proposta da Diretoria Executiva.

Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”).

O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de distribuição e transmissão, nos termos da legislação.

DIRETORIA EXECUTIVA

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia. Dependirão de deliberação da Diretoria Executiva as seguintes matérias:

- i) aprovar o plano de organização da Companhia e emissão das normas correspondentes, bem como as respectivas modificações;
- ii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o plano plurianual e estratégico da Companhia, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- iii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o orçamento anual da Companhia, o qual deverá refletir o plano plurianual e estratégico da Companhia então vigente, assim como suas revisões;
- iv) deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no orçamento anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$ 14.000.000,00¹, com a consequente readequação das metas aprovadas, respeitado plano plurianual e estratégico da Companhia e o orçamento anual;
- v) aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$14.000.000,00¹;
- vi) autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no orçamento anual da Companhia aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00¹, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe, ressalvada a competência do Diretor de Gestão Empresarial para a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e contratações correspondentes, de valor inferior a R\$ 2.800.000,00²;
- vii) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembleia Geral de Acionistas, devendo as deliberações observar as disposições do Estatuto Social da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração, o plano diretor e o plano plurianual e estratégico;
- viii) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$ 2.800.000,00² e inferior a R\$14.000.000,00¹;

ix) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$14.000.000,00¹;

x) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$14.000.000,00¹, mediante proposta do Diretor de Finanças e Relações com Investidores;

xi) aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado, observada a competência do Diretor Presidente para, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, propor à Diretoria as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;

xii) autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembleia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o orçamento anual aprovado; e

xiii) examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria, observada a competência do Conselho de Administração para autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹, e a competência da Diretoria Executiva para autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$ 2.800.000,00² e inferior a R\$14.000.000,00¹.

Os limites financeiros para deliberação da Diretoria Executiva serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é permanente e suas atribuições são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas, na forma do seu Regimento.

COMITÊS E SUAS ATRIBUIÇÕES

Os Comitês do Conselho de Administração não têm função executiva ou poder de decisão, mas têm como finalidade assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho.

Comitê de Apoio ao Conselho de Administração – tem como atribuição avaliar e recomendar, previamente às reuniões do Conselho de Administração, as eventuais correções nos conteúdos das pautas das reuniões, priorização dos assuntos da pauta, exame da documentação necessária para o entendimento dos Conselheiros, a quantidade, qualidade e conteúdo do material, a necessidade de apresentações/esclarecimentos, o detalhamento das matérias, as conformidades com o

Estatuto Social e, outras medidas que se façam necessárias à objetividade das reuniões.
Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade – tem como atribuição propor ao Conselho de Administração a estrutura e constituição de Comitês, a condução da avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, os critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa e da Sustentabilidade, as regras para o tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas, entre si e com a Companhia, a revisão das responsabilidades dos Comitês, a reavaliação da sua estrutura e o perfil e as necessidades de novos membros, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006 (alterado em 3 de agosto de 2010).

Comitê de Recursos Humanos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Gestão Empresarial, sobre assuntos referentes a recursos humanos, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Estratégia – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores e a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, sobre as diretrizes para a formulação, pela Diretoria Executiva, do plano diretor da Companhia, o acompanhamento do planejamento estratégico e do orçamento anual da Companhia, os critérios para avaliação dos resultados da Companhia, a antecipação de tendências estratégicas no setor e no mercado para melhor posicionar a Companhia no seu ambiente competitivo, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre os assuntos econômico-financeiros, tais como: empréstimos/refinanciamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, *covenants/BSC*, execução orçamentária e política de dividendos e emissão de ações e debêntures; acompanhar a gestão de riscos da Companhia; identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar o desempenho dos controles (SOX); acompanhar a evolução dos passivos da Companhia; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia; propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Promover a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, referente aos assuntos da auditoria interna e externa. Data da criação: 30 de agosto de 2006 (alterado em 3 de agosto de 2010).

Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios; avaliar e propor premissas para investimentos (TIR, *pay back*, custo de capital e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários); avaliar os pontos positivos e negativos de cada potencial negócio por meio de análises

preliminares apresentadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; opinar sobre a continuidade dos estudos para cada opção de aquisição e/ou participação analisada; opinar sobre potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios, previamente analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; analisar os pontos positivos e negativos de cada negócio potencial através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e aquisição de negócios; opinar sobre a aquisição e/ou participação em cada opção previamente analisada; opinar sobre matérias significativas referentes às subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia; opinar sobre potenciais alienações de participações societárias coordenadas pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores ouvidas as demais Diretorias; analisar a viabilidade econômico-financeira de cada potencial alienação através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e alienação de negócios; opinar sobre a alienação e/ou desinvestimento em cada opção previamente analisada; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 3 de agosto de 2010.

Cada Comitê deverá:

- i) ter autonomia no desempenho das suas atribuições, porém ciente da sua interdependência com os outros Comitês e subordinação ao Conselho de Administração;
- ii) buscar entendimento consensual entre os participantes quanto ao verdadeiro significado de cada uma das suas atribuições;
- iii) ter clareza de entendimento do sentido e significado dos Comitês e suas relações com o Conselho de Administração;
- iv) atuar na defesa da Companhia, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável;
- v) buscar as melhores fontes e referências nas matérias de sua especialidade;
- vi) informar ao Conselho de Administração os resultados de sua atuação;
- vii) adotar, como desafio e elemento básico, a criatividade, tornando-se consciente de que a inovação é um fato coletivo e decorre da competência em combinar diferenças de estilos, conhecimentos e habilidades;
- viii) estar consciente de que o sucesso do Conselho de Administração depende da qualidade da sua dinâmica como equipe, das informações nas quais baseia as decisões e no foco nas questões substantivas ou essenciais; e
- ix) atuar permanentemente como apoio ao Conselho de Administração.

As recomendações e orientações resultantes das atividades dos Comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração.

Os Comitês, exceto o Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, deverão obrigatoriamente apreciar e emitir parecer sobre os assuntos específicos constantes das

suas atribuições.

Os Comitês deverão apreciar e dar parecer sobre os assuntos de sua área de interesse, ainda que não previstos explicitamente no respectivo Regimento Interno, desde que a sua apreciação e parecer tenham sido expressamente solicitados por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia é permanente. A data de criação de cada um dos comitês está indicada no item “a” acima.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Conforme determinado em seu Regimento Interno, está prevista avaliação anual do Conselho de Administração por seus membros através de formulário de auto-avaliação e avaliação do órgão por cada membro. Essa avaliação não possui, atualmente, nenhuma relação com a remuneração dos conselheiros.

Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva não são submetidos, atualmente, a nenhum tipo de avaliação de seu desempenho.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O Diretor-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

- i) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- ii) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do plano plurianual e estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- iii) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- iv) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- v) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
- vi) admitir e demitir pessoal da Companhia; conduzir as atividades de auditoria interna, ouvidoria, secretaria geral e planejamento estratégico;
- vii) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;

viii) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, exceto no caso das subsidiárias integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., cujos Conselhos de Administração são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros efetivos e suplentes eleitos para o Conselho de Administração da Companhia, competindo aos Diretores da Companhia, obrigatoriamente, o exercício dos seus cargos correspondentes.

O Diretor Vice-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

- i) substituir o Diretor-Presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;
- ii) promover a melhoria das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;
- iii) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;
- iv) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação à responsabilidade social, ao meio ambiente, ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;
- v) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- vi) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia; e
- vii) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

O Diretor de Finanças e Relações com Investidores tem como atribuições e poderes individuais:

- i) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme orçamento anual da Companhia, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- ii) coordenar a elaboração e a consolidação do orçamento anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- iii) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios;
- iv) acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de

Administração;

v) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;

vi) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no plano plurianual e estratégico da Companhia;

vii) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no plano plurianual e estratégico da Companhia e no orçamento anual;

viii) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;

ix) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica e das receitas de transmissão, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

x) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições; representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;

xi) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;

xii) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;

xiii) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

xiv) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;

xv) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes; e

xvi) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

O Diretor de Gestão Empresarial tem como atribuições e poderes individuais:

- i) prover pessoal adequado à Companhia;
- ii) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- iii) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;
- iv) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;
- v) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;
- vi) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;
- vii) prover a Companhia de recursos e serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;
- viii) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;
- ix) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;
- x) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;
- xi) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- xii) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- xiii) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;

xiv) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;

xv) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.800.000,00²;

xvi) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;

xvii) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;

xviii) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

O Diretor de Distribuição e Comercialização tem como atribuições e poderes individuais:

i) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;

ii) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;

iii) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;

iv) operar e manter o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;

v) gerenciar as políticas de segurança de trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;

vi) propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos por esta Diretoria;

vii) desenvolver programas e ações junto aos consumidores cativos com demanda inferior a 500 kW, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;

viii) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos, com demanda inferior a 500 kW;

ix) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

- x) representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee e demais entidades do setor de distribuição;
- xi) propor as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de distribuição e gerir a segurança patrimonial dessas instalações;
- xii) buscar a melhoria contínua dos processos de operação e manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;
- xiii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor de Geração e Transmissão tem como atribuições e poderes individuais:

- i) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;
- ii) elaborar o planejamento da geração e da transmissão;
- iii) operar e manter os sistemas de geração e transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- iv) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- v) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;
- vi) gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;
- vii) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico –ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica – Abrage e demais entidades representativas dos setores de geração e transmissão de energia elétrica;
- viii) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;
- ix) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e transmissão;
- x) propor e implementar as medidas que visem a assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;
- xi) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e transmissão e gerir a segurança industrial dessas instalações;
- xii) gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;
- xiii) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração, transmissão

e co-geração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;

xiv) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da geração, transmissão e co-geração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos; e

xv) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor Comercial tem como atribuições e poderes individuais:

i) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;

ii) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;

iii) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;

iv) coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;

v) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;

vi) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;

vii) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;

viii) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;

ix) negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;

x) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;

xi) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, dos créditos de carbono da Companhia;

xii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor de Desenvolvimento de Negócios tem como atribuições e poderes individuais:

i) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

ii) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;

iii) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;

iv) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;

v) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;

vi) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

vii) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;

viii) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;

ix) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

x) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;

xi) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País;

xii) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, *pay back*, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem

necessários);

xiii) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

xiv) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;

xv) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;

xvi) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;

xvii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia; representar a Companhia nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas; e

xviii) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.

O Diretor de Gás tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;

ii) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;

iii) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;

iv) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;

v) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;

vi) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;

vii) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;

viii) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;

ix) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

x) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

O Diretor Jurídico tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar as atividades jurídicas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, compreendendo: a organização e a supervisão dos serviços jurídicos das companhias nas áreas contenciosa e consultiva, em todos os ramos do direito; o estabelecimento das diretrizes, a emissão de orientações jurídicas e a atuação preventiva nos assuntos legais de interesse das companhias; a adoção de medidas que visem à integração e sinergia das áreas jurídicas das companhias; a promoção da defesa dos interesses das companhias em juízo e administrativamente; e a definição de estratégias jurídicas e processuais a serem adotadas pelas companhias;

ii) apoiar as demais áreas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, nos assuntos legais e jurídicos;

iii) propor e implementar as diretrizes para as contratações de serviços jurídicos externos, coordenando e supervisionando a sua execução;

iv) coordenar as informações relativas aos processos judiciais, administrativos e serviços de advocacia consultiva da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976; e periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

O Diretor de Relações Institucionais e Comunicação tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e

Energia, fóruns e associações do setor;

ii) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;

iii) coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;

iv) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais;

v) coordenar o acompanhamento das proposições legislativas e regulatórias, bem como as manifestações da Companhia e das suas subsidiárias integrais juntamente com as Diretorias envolvidas;

vi) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;

vii) coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;

viii) coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;

ix) coordenar as ações de definição e implementação do uso da marca da Companhia e das suas subsidiárias integrais, para assegurar o valor e fortalecimento da Companhia;

x) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória da Companhia e suas subsidiárias integrais, zelando pelo acervo físico da Companhia e das suas subsidiárias integrais;

xi) coordenar o controle e divulgação de informações institucionais e corporativas;

xii) coordenar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a aplicação dos recursos para projetos culturais, especialmente os de responsabilidade social, com recursos de leis de incentivo;

xiii) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes.

Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no Estatuto Social da Companhia, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às

demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no Estatuto Social da Companhia.

Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria

Os membros do Conselho de Administração, dos respectivos Comitês de assessoramento e da Diretoria Executiva não são submetidos a nenhum tipo de avaliação de seu desempenho.

(1) Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”). Atualmente este valor é de R\$ 15.864.031,01.

(2) Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”). Atualmente este valor é de R\$ 3.172.806,20.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
José Raimundo Dias Fonseca		Pertence apenas à Diretoria	09/05/2013	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
261.986.576-04	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	09/05/2013	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor Comercial			
Luiz Henrique Michalick		Pertence apenas à Diretoria	09/05/2013	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016.	0
177.342.826-87	Jornalista	19 - Outros Diretores	09/05/2013	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor de Relações Institucionais e Comunicação			
Maria Celeste Morais Guimarães		Pertence apenas à Diretoria	09/05/2013	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
374.076.436-87	Advogada e Contadora	19 - Outros Diretores	09/05/2013	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretora Jurídica			
Luiz Henrique de Castro Carvalho		Pertence apenas à Diretoria	09/05/2013	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
315.051.986-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	09/05/2013	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor			
Arlindo Porto Neto		Pertence apenas à Diretoria	09/05/2013	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
007.940.236-49	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	09/05/2013	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor Vice-Presidente			
Ricardo José Charbel		Pertence apenas à Diretoria	09/05/2013	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
383.259.856-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	09/05/2013	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.		Diretor de Distribuição e Comercialização			
Fernando Henrique Schuffner Neto		Pertence apenas à Diretoria	09/05/2013	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
320.008.396-49	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	09/05/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.		Diretor de Desenvolvimento de Negócios.			

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Luiz Fernando Rolla		Pertence apenas à Diretoria	09/05/2013	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
195.805.686-34	Engenheiro Eletricista	12 - Diretor de Relações com Investidores	09/05/2013	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.					
Paulo Roberto Reckziegel Guedes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
400.540.200-34	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Paulo Sérgio Machado Ribeiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
428.576.006-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Ricardo Coutinho de Sena		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
090.927.496-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Saulo Alves Pereira Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
787.495.906-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Tarcisio Augusto Carneiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
372.404.636-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não exerce outras funções na companhia.					
Marco Antonio Rodrigues da Cunha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
292.581.976-15	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Leonardo Maurício Colombini Lima		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
065.276.716-87	Bacharel em Ciências Contábeis	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Joaquim Francisco de Castro Neto		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
026.491.797-91	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
José Augusto Gomes Campos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até AGO a realizar-se em 2016.	0
505.516.396-87	Físico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Bruno Magalhães Menicucci		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
081.100.286-16	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Danilo de Castro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
064.447.416-53	Aposentado e Servidor Público	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo no emissor.					
064.447.416-53					
José Pais Rangel		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
239.775.667-68	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo no emissor					
239.775.667-68					
Luiz Augusto de Barros		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
076.215.406-30	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
076.215.406-30					
Custódio Antônio de Mattos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
221.421.507-72	Servidor Público	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo do emissor.					
221.421.507-72					
Marina Rosenthal Rocha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
060.101.836-26	Engenheira Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
060.101.836-26					
Wando Pereira Borges		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
000.289.756-34	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Flávio Miarelli Piedade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
703.736.396-00	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não ocupa outro cargo no emissor.					
Tadeu Barreto Guimarães		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
370.853.526-04	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
José João Abdalla Filho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
245.730.788-00	Servidor Público	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo no emissor.					
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016	0
539.109.746-00	Eletricitário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Empregado cedido.					
Eduardo Borges de Andrade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
000.309.886-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Lauro Sérgio Vasconcelos David		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
603.695.316-04	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Empregado cedido					
Franklin Moreira Gonçalves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
754.988.556-72	Tecnólogo em processamento de dados	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Empregado cedido.					
Guilherme Horta Gonçalves Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
266.078.757-34	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Guy Maria Villela Paschoal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
000.798.806-06	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
João Camilo Penna		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
000.976.836-04	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
FUAD JORGE NOMAN FILHO		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
009.880.816-87	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
813.975.696-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Otávio Marques de Azevedo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
129.364.566-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Djalma Bastos Morais		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
006.633.526-49	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	30/04/2014	Sim	0%
Diretor-Presidente.					
Aliomar Silva Lima		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
131.654.456-72	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Ari Barcelos da Silva		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
006.124.137-72	administrador de empresas.	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
026.939.257-20	Jornalista e Administrador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Helton da Silva Soares		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
000.185.326-08	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Luiz Guaritá Neto		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
289.118.816-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
001.909.696-87	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Lauro Sander		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
130.841.600-82	Bancário	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Thales de Souza Ramos Filho		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
003.734.436-68	Médico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Salvador José Cardoso de Siqueira		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
302.074.607-87	Bancário e Economário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.					
Bruno Gonçalves Siqueira		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
075.851.006-39	Contabilista/Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%

Não exerce outras funções na companhia.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

O Sr. Dias Fonseca nasceu em 1958. É formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo concluído o curso de especialização em Engenharia de Manutenção pela FUPAI/EFEI (Escola Federal de Engenharia de Itajubá), o curso de Pós-graduação em "Gestão Estratégica de Negócios" pela Fundação Getúlio Vargas, e o curso de especialização em "Management of Electric Power Utilities" em Estocolmo – Suécia. Professor de Equipamentos Elétricos do curso de pós-graduação de Engenharia de Manutenção da PUC de Minas Gerais. Foi Conselheiro Fiscal da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Vice-Presidente da ABRACEEL – Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica. Profissional de carreira, ingressou na Cemig em 1982, onde ocupou vários cargos, desde engenheiro, Gerente de Controle e Liquidação das Operações de Energia a Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado, cargo que ocupou entre 2007 e 2011. Atualmente exerce o cargo de Diretor Comercial da Cemig.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

O Sr. Michalick nasceu em 1951. É formado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atuou como jornalista econômico da Sucursal do Jornal Folha de São Paulo, em Belo Horizonte, entre 1979 e 1985. Integrou a editoria econômica do Jornal Estado de Minas entre 1986 e 1987. Foi Assessor de Imprensa da Fundação Dom Cabral entre 1984 e 1985 e Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais entre 1985 e 1987. Profissional de carreira da Cemig, ingressou na empresa em 1985, onde ocupou os cargos de jornalista e Gerente de Imprensa, Relações Públicas e Publicidade, assumindo em 2003 a Superintendente de Comunicação Empresarial, na qual permaneceu de 2003 a 2011. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Cemig.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Celeste Morais Guimarães - 374.076.436-87

A Sra. Guimarães nasceu em 1949. É formada em ciências contábeis e administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, tendo concluído o curso de especialização em Direito Comercial, mestrado e doutorado em Direito pela mesma instituição. Foi Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais entre 2003 e 2010, membro do Comitê de Governança Corporativa do Estado de Minas Gerais entre 2008 e 2010, membro do Colegiado dos Órgãos de Defesa Social entre 2005 e 2010, presidente do Conselho de Corregedores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual – CONREGE entre 2004 e 2010 e presidente do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI entre 2007 e 2009. Atualmente ocupa o cargo de Diretora Jurídica da Cemig.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

O Sr. Castro nasceu em 07/07/1957. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em julho/1982. É pós graduado pela mesma instituição em Análise de Sistemas ênfase em Suporte Mainframe tendo concluído o curso em julho/1983. Em fevereiro de 2000 concluiu, também, o MBA Executivo Internacional em Gestão de Negócios e Tecnologia da Informação Fundação Getúlio Vargas – FGV. Sua experiência profissional iniciou-se no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás – CPQD, como Engenheiro Eletricista no período de outubro/1983 a março/1984. Iniciou sua carreira na CEMIG como Analista de Suporte no Grupo "Software e Apoio" março/1984 tendo sido também, Líder de Grupo na Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Adjunto da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Assistente do Departamento de Apoio a Informática, Gerente da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Gerente do Depto.de Apoio e Suporte a Usuários de Informática, Superintendente de Telecomunicações e Informática, Superintendente de Material, Logística e Serviços, Superintendente de Material e Serviços, Assessor da Presidência da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, Membro Suplente do Conselho de Administração da CEMIG e é Atualmente é Diretor de Geração e Transmissão da CEMIG. Além das suas atribuições na CEMIG possui é Diretor da HORIZONTES ENERGIA S/A., Membro do Conselho de Administração da CENTRAL TERMELÉTRICA DE COGERAÇÃO S/A e Membro suplente do Conselho de Administração da CENTRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA - CGET e CENTRAL HIDRELÉTRICA PAI JOAQUIM S/A (empresas do setor elétrico). Dentre outras funções exerceu os cargos de Diretor Administrativo do CLUBE DE INVESTIMENTOS DOS EMPREGADOS DA CEMIG – CLIC no período de abril de 1999 a abril de 2003, Diretor de Ação Social na SOCIEDADE DE USUÁRIOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DE MG - SUCESU – MG de 2000 a 2002, Diretor Presidente da ASSOCIAÇÃO INTERGERENCIAL DA CEMIG – AIC de julho de 2005 a julho de 2007.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

O Sr. Porto Neto nasceu em 27/03/1945. Formou-se em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Desde 2004 ocupa a Vice Presidência da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG (estatal para desenvolvimento social de MG). Foi Senador da República pelo Estado de Minas Gerais de 1995 a 2003. Exerceu o cargo de Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento de 1996 a 1998. De 1991 a 1994 foi Vice-Governador do Estado de Minas Gerais. Foi, também, Prefeito de Patos de Minas de 1983 a 1988.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

O Sr. Charbel é formado em Engenharia Elétrica – na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), 1981;
 - Pós-graduado em Processamentos de Dados, na Universidade Federal de Minas Gerais, 1983;
 - Engenharia de Manutenção e Operação de Distribuição de Energia Elétrica, na Universidade Mackenzie – São Paulo, 1994;
 - MBA Empresarial Gestão de Negócios – IBMEC – 06/2001;
 - Programa Trilhas da Liderança Internacional – Fundação Dom Cabral – 22/02 a 28/04/2011.

Atua na Cemig desde agosto de 1983, tendo ocupado os seguintes cargos:

- Analistas de Sistemas, no período de 08/1983 a 06/1985;
- Engenheiro, no período de 06/1985 a 12/1990;
- Gerente de Divisão em São João Del Rei, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, no período de 12/1990 a 10/2003;
- Gerente de Relacionamento Comercial em Juiz de Fora, no período de 10/2003 a 05/2007;
- Gestor na Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, no período 06/2007 a 05/2009. Desenvolvimento do Programa responsável por levar energia elétrica à área rural de 774 municípios mineiros, beneficiando 285 mil novos consumidores;
- Superintendente da Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, no período 06/2009 a 05/2010;
- Entre 06/2010 e 11/2012 foi Superintendente de Planejamento, Estudos e Projetos de Expansão da Distribuição, com destaque para o Planejamento do Programa de Investimento do Ciclo 2013 – 2017 da Cemig D, consolidado o Programa de Obras de Expansão de Linhas, Subestações e Redes de Distribuição, integrado com os Projetos de Expansão dos Sistemas de Geração e Transmissão, considerando as necessidades sistêmicas das áreas de Operação e Manutenção.

Atualmente exerce o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig e da Cemig D e Diretor sem denominação específica da Cemig GT.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

- Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros (desde 2005).
- Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais (2002 - 2004 e desde 2007).
- Membro do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. (desde 2007).
- Membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (desde 2008).
- Membro do Conselho de Administração da Empresa de Infovias S.A. (2005 - 2009).
- Membro do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom (desde 2010).
- Membro do Conselho de Administração da Light e da Light SESA (desde 2010).
- Membro do Conselho de Administração da Renova Energia (desde 2011).
- Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Geração e Transmissão S.A. (2007 – 2008).
- Diretor de Distribuição e Comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A. (2008 – 2010).
- Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. (desde 2010).
- Membro do Conselho de Administração das Empresas do “Grupo TBE”: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE; Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC; Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE; e, Companhia Transmissora de Energia Elétrica – Lumitrans (desde 27-04-2011), cujas atividades estão relacionadas a transmissão de eletricidade.

O Sr. Fernando Henrique Schuffner Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

O Sr. Rolla nasceu em 17/02/1949, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-1389219 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 195.805.686-34 Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1974.

Iniciou sua carreira na Cemig em 1974 e ocupou os seguintes cargos: Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e “project finance”.

Últimos Cargos / Funções de destaque: Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e II na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de RI pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec e, ainda, pela IR Magazine (2006).

Atualmente é Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, da Cemig D e da Cemig GT.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S.A., desde 2000.

Diretor da Andrade Gutierrez Participações S.A., desde 2011.

Vice-Presidente de Investimentos da Holding Andrade Gutierrez S.A., desde 2012.

Membro dos Conselhos de Administração da Dominó Holdings, Water Port e Companhia Operadora de Rodovias S.A..

Membro Suplente do Conselho de Administração (até 2010) e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A..

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Subsecretário de Política Mineral e Energética do Estado de Minas Gerais, desde 2008.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2008.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

(2000 até a presente data) ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A.

Ramo de Atividade: Holding

Cargo: Presidente e Membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões e Membro do Comitê Executivo da Andrade Gutierrez S.A.

Atividades exercidas: representa a Andrade Gutierrez Concessões nos conselhos de administração da CCR – holding de Concessionárias de Rodovias, da DOMINÓ – holding que possui participação acionária na SANEPAR – Cia. de Saneamento do Estado do Paraná, da Quiport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito – Equador, do Conselho Consultivo da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Companhia e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Em 2000 iniciou suas atividades no grupo Andrade Gutierrez como principal gestor de contratos da Construtora Andrade Gutierrez na área de Telecomunicações no Rio de Janeiro. Desde 2004, atua como Diretor Comercial da Construtora Andrade Gutierrez, no desenvolvimento de novos negócios com foco no Setor Elétrico. Desde 2007 passou a exercer funções na Andrade Gutierrez Concessões participando ativamente da consolidação do grupo no Setor Elétrico.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

É empregado do Grupo Andrade Gutierrez desde 20 de dezembro de 1988, onde atuou na Construtora Andrade Gutierrez S/A, no Departamento de Concorrências, na área de estudos econômico-financeiros até dezembro de 1998.

Em janeiro de 1999, foi transferido para a Andrade Gutierrez Concessões S/A, onde atua como Executivo da Empresa.

Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da CCR S.A. em 2011.

É membro suplente do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Subsecretário de Indústria, Comércio e Serviços de Minas Gerais, subordinado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – (desde março/2011);

Presidente da Instituição de Treinamento, Ensino e Pesquisa do Setor Elétrico - Fundação COGE – (2008 a 2010);

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, desde 2003; e da Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004;

Diretor de Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A. - (2007 a 2011);

Diretor Presidente da Sá Carvalho S.A. – (2007 a 2011);

Diretor Vice-Presidente da Rosal Energia S.A. – (2007 a 2011);

Diretor da Capim Branco Energia S.A., da Central Termelétrica de Cogeração S.A. e da Cemig Telecomunicações S.A.- (2007 a 2011);

Membro do Conselho de Administração da Central Hidrelétrica Pai Joaquim SA (2007-2011);

Diretor Administrativo da Cemig Serviços S.A. – (2008 a 2011);

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

No Governo de Minas Gerais, a partir de 2003, exerceu as funções de Assessor Especial da Secretaria de Estado de Fazenda, Subsecretário do Tesouro Estadual e Secretário-Adjunto da Fazenda e desde maio de 2010 é o Secretário de Estado de Fazenda.

Membro dos Conselhos de Administração do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, da MGI – Minas Gerais Participações, da Gasmig – Companhia de Gás de Minas Gerais.

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Companhia e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

Membro do Conselho de Administração do Unibanco;

Presidente do Conselho de Administração da Redecard;

Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza;

Membro do Conselho de Administração da Jereissati Holding;

Membro do Conselho de Administração da Bodytech;

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Corporación Quiport S/A (2006-2008)

Diretor de Project Finance – Reportando-se ao CEO da Companhia, responsável pelo desenvolvimento do relacionamento entre a Quiport e seus financiadores: IADB, OPIC, US EXIM e EDC (Canadá).

Responsável por todo o processo de desembolso dos financiamentos, preparação, supervisão e envio de todos os documentos relativos ao pacote de financiamentos, no valor de 376.4 MUSD.

Responsável pela coordenação de todas as atividades internas visando o cumprimento das obrigações assumidas pela Quiport perante os financiadores, incluindo as inspeções periódicas dos Lenders Engineers e dos Environmental Experts.

Responsável pela elaboração, submissão e gestão dos orçamentos anuais da companhia, em conjunto com o CFO, tanto para os Lenders quanto para os Acionistas.

Concessionária de Serviços Públicos – Aeroportos

Controle Acionário:

Andrade Gutierrez Concessões – 45.49%

AECON Concessions (Canadá) – 45.49%

Airport Development Corporation (Canadá) – 9.00%

Houston Airport System Development Corporation (EUA) – 0.02%

Andrade Gutierrez Concessões S.A. (2008 -)

Gerente de Project Finance (até Out2009) e, posteriormente, Gerente de Desenvolvimento de Projetos – Reportando-se ao Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Companhia, foi responsável pela estruturação de financiamentos a projeto, bem como a estruturação de novos negócios no setor de Aeroportos.

Representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008.

Entre Mai/2008 e Mar/2010, as atividades se concentraram na aquisição do Projeto do Aeroporto Internacional Juan Santamaría, de San José – Costa Rica bem como a estruturação de um financiamento de 100 MUSD junto ao BID e à OPIC para refinanciamento do projeto.

Entre Jul/2009 e Fev/2011, atuou no processo de renegociação do contrato de Concessão do Novo Aeroporto Internacional de Quito, levado a cabo pelo Governo do Equador (municipal e federal), Financiadores e acionistas.

A Partir de Jul2010, desenvolvimento de novos negócios no setor de Portos e Projetos de infraestrutura de óleo e gás.

Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos

Controle Acionário:

Andrade Gutierrez Participações – 85.00%

International Finance Corporation (IFC) – 15.00%

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Engenheiro Assistente, na AGC Energia S.A., atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Danilo de Castro - 064.447.416-53

Membro da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças; Presidente do Conselho da Loteria do Estado de Minas Gerais; Secretário de Estado de Governo do Estado de Minas Gerais, desde janeiro 2011. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Danilo de Castro não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Pais Rangel - 239.775.667-68

Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber S.A.; Gestor de Fundos de Investimento, credenciado pela CVM.

Membro do conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. José Pais Rangel não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde agosto/2012.

Diretor de Obras da Cia de Desenvolvimento de Estado de Minas Gerais-CODEMIG – desde março de 2011;
Diretor Superintendente da Camter Construções e Empreendimentos – de setembro/2004 até abril/2010;
Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção-CBIC – Gestões 2005 a 2008 e 2008 a 2011;
Federação das Indústrias de Minas Gerais-FIEMG

- Vice-Presidente – 2006 a 2010;
- Diretor – 2010 a 2014;
- Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos-COAL – 2006 a 2010 e Conselheiro – 2010 a 2014.

Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR

- Diretor – 2009 a 2012;
- Conselheiro – 2006 a 2009.

Conselheiro do Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais – SICEPOT-MG – desde 2009.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Custódio Antônio de Mattos - 221.421.507-72

Secretário Estadual de Desenvolvimento Social de Minas Gerais; Deputado Federal, pelo Estado de Minas Gerais; Diretor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG; Prefeito de Juiz de Fora – (de janeiro/2008 a dezembro/2012); Deputado Estadual de Minas Gerais; Diretor Financeiro do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS – Ministério da Previdência Social; Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Custódio Antônio de Mattos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Analista de Projetos na Andrade Gutierrez Concessões S.A., empresa holding de participações societárias, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valoração de empresas.

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A. no período de 27-04 a 17-12-2012.

Membro do Conselho de Administração da Cemig, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 18-12-2012.

Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A., holding controladora da Usina de Santo Antônio, no rio Madeira.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Wando Pereira Borges - 000.289.756-34

Membro do Conselho de Administração da BOZEL Mineração S/A (abril/2008 a fevereiro/2010);

Presidente da ELEJA – Elétrica Jacuí S/A (maio/2008 a outubro/2009);

Administrador da Powerbras Energia Holding Ltda (outubro/2008 a outubro/2009);

Administrador da Powerbras Leão II Mineração Ltda e Riomaggiore Mineração Ltda (fevereiro a outubro/2009).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Araujo Fonte, prospecção e condução de processos de M&A e operações estruturadas diversas – (desde 2013); Citibank / Credicard, Diretor de parcerias estratégicas com o varejo, Head da Credicard Financiamentos, condução de processos de expansão da Cia. – (2009 a 2012).

Membro do conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Flávio Miarelli Piedade não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tadeu Barreto Guimarães - 370.853.526-04

Consultor da Presidencia do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG (desde 01-08-2012);
Diretor-Presidente – (Secretário de Estado)
Escritório de Prioridades Estratégicas (janeiro/2011 a agosto/2012);
Membro do Conselho de Administração da Cia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – Copasa - (abril/2011 a abril/2013);
Coordenador Executivo – (Secretário Adjunto na Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais-SEPLAG);
Programa Estado para Resultados – EpR, (janeiro/2007 a dezembro/2010).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José João Abdalla Filho - 245.730.788-00

Diretor Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro Suplente do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Prefeito de Juiz de Fora – (de janeiro/2008 a dezembro/2012); Diretor-Presidente da DinâmicaEnergia S.A.; Diretor-Presidente da Social S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial. Membro do conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.
O Sr. José João Abdalla Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Técnico Administrativo da Companhia
Membro titular do Comitê do Pro saúde da Forluz (de 2006 a 2010).
Desde 2009, Membro Efetivo do Conselho Conselho de Administração Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Empresa: Andrade Gutierrez S.A
Membro do Conselho de Administração.
Empresa: Andrade Gutierrez Concessões S.A.
Presidente do Conselho de Administração.
Empresa: Administradora São Miguel S.A – Holding que possui 33% das ações da Andrade Gutierrez S.A
Presidente e Presidente do Conselho de Administração.
Empresa: CCR S.A.
Presidente do Conselho de Administração.
Empresa: LIGHT S.A.
Presidente do Conselho de Administração.
Fundação: Fundação Dom Cabral
Membro do Conselho Curador
Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Presidente do Clube de Investimentos dos Empregados da CEMIG – CLIC (2005-2011);
Membro do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A. – CemigTelecom (desde março/2003);
Membro do Conselho Fiscal da FUNCOGE (desde dezembro/2008);
Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A.. (desde março/2006);
Superintendente de Coordenação e Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais (2005 - até setembro/2011);
Diretor Técnico-Comercial das Empresas do “Grupo TBE”:
Empresa Catarinense de Energia S.A. – ECTE; Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP; Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE; Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC; Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE; e, Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (desde setembro/2011);
Membro do Conselho de Administração do ONS – Operador Nacional do Sistema (desde abril/2012).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Técnico de Operação do Sistema na Companhia;
Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, desde 2003; e da Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.
Membro do Conselho de Administração das Empresas do “Grupo TBE”:
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; e, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE (desde 12-09-2011).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

No período 2008/2010 - Assessor Especial do Governador do Estado de Minas Gerais e Membro do Conselho Fiscal do BDMG.
Desde 2011 - Membro do Conselho Fiscal da MGI e titular da Coordenadoria Especial de Gestão das Unidades de Atendimento Integrado - UAI/SEPLAG-MG.
Desde 2008 - Assessor Especial do Presidente da CODEMIG e Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A..
Diretor de Projetos, Suprimentos e Recursos Humanos da Transmissora Aliança de Energia – TAESA.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

Membro da Câmara de Infraestrutura da Federação das Indústrias de Minas Gerais e, em FURNAS, participou da Junta de Consultores dos Projetos Hidrelétricos do Rio Madeira e, na ELETROBRAS, foi Consultor da Presidência e membro do Comitê Diretor do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte; tendo sido ainda, na CEMIG, membro suplente do Conselho de Administração e consultor para os aproveitamentos de Santo Antônio e Jirau. - 2003-2008
Presidente do Conselho e Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE (Brasília); Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros; Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A.; Membro do Conselho Consultivo da Memória da Eletricidade do Brasil (Rio de Janeiro) e do Conselho Superior da Fundação Felice Rosso (Hospital Felício Rocho). - 2008/2012
Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2008.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – de 2007 até 06/2010.
Membro do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais-BDMG – de 2007 a 2011.
Membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A. – desde 2008.
Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig - de 03-01-2011 a 01-08-2012.
Conselheiro de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais – de 20-01-2011 .
Diretor de Gás da Cemig, Companhia e Cemig GT – de 03-01-2011 a 01-08-2012.
Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos do Estado de Minas Gerais – desde 01-08-2012.
Secretário de Estado Extraordinário para a Copa do Mundo do Estado de Minas Gerais – de 02-08-2012 a 18.10.2012.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Desde 1998 atua como executivo da Andrade Gutierrez Concessões, exercendo o papel de membro dos Conselhos Fiscais da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR.
Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

ANDRADE GUTIERREZ SA

Holding do Grupo Andrade Gutierrez, especializado em Infraestrutura Presidente da Empresa desde outubro de 2007; Oi Concessionária Operadora de Telecomunicações Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011; Telemar Participações Controladora do Grupo Oi Presidente do Conselho de Administração desde 2008 Contax Operadora de Call Center Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011 CTX Controladora da Contax Presidente do Conselho de Administração desde 2008 Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A. (desde outubro de 2010). Membro de Conselho da Portugal Telecom

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Presidente do Conselho de Administração na Companhia de Gás de Minas Gerais- GASMIG, desde 29-01-1999;
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A.;
Diretor-Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, desde 14-01-1999, e da Companhia e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004;
Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom, - desde 20-05-1999;
Membro do Conselho de Administração na Light S.A. e na Light Serviços de Eletricidade S.A., desde 10-08-2006;
Presidente do Conselho de Administração na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.-TAESA, desde 04-11-2009;
Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, desde 29-01-1999;
Presidente do Conselho de Administração da Central Termelétrica de Cogeração S.A..
Presidente do Conselho de Administração da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A., - (de 28-12-2005 a 17-06-2011).
Membro do Conselho de Administração Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A. – desde 10-08-2006.
Diretor-Presidente da Cemig Serviços S.A., - desde 09-04-2008.
Membro do Conselho de Administração da Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica., - desde 11-04-2011.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia, Cemig Geração e Transmissão S.A., da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG, da Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom, e Redentor Energia S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Assessor do presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A., para assuntos de controle interno e auditoria. – desde março/2011.
Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Companhia e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.
Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006.
Titular da empresa Irad Assessoria e Consultoria Ltda., nas áreas de administração e da comunicação social, com ênfase para a coordenação de verbas de publicidade, promoção e marketing para grandes empresas, desde 1973.
Escreve nas revistas FOCO e Encontro e é colaborador do Jornal do Brasil (eletrônico), Jornal Diário do Comércio (SP), o Dia (RJ), Hoje em Dia (BH), Jornal do Comércio (Manaus), dentre outros.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Executivo da Construtora Andrade Gutierrez S.A. desde julho de 1998, atua como membro do Conselho Fiscal da Madeira Energia S.A. e membro suplente do Conselho Fiscal da CONTAX Participações S.A..
É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Vice-presidente da Associação dos Municípios – ABM e Presidente da Associação Macrorregional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM.
Membro do Conselho Estadual de Habitação.
Primeiro Suplente Senador Dr. Eduardo Brandão / Mandato: 01-01-2003 a 31-12-2010.
Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Companhia e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.
Membro do Conselho Administrativo do Shopping Center Uberaba, desde 2009.
Sócio Diretor da Construtora RCG Ltda., desde 2000.
Sócio Diretor da Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda., desde 1986.
Sócio Diretor da Guaritá e Guaritá Participações Ltda., desde 2006.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Chefe de Gabinete da Secretaria de Transporte e Obras Públicas. - março/2007 a janeiro/2011.
Assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, empresa pública voltada para o financiamento e fomento da economia do Estado de Minas Gerais. - desde abril/2011.
Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Companhia e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sander - 130.841.600-82

Banco do Brasil S.A. - Superintendente Estadual do Tocantins, Amazonas, Acre e Roraima. (2003 a 2007) e Superintendente de Governo para Reginão Sul e Sudeste. Sede em São Paulo.(2007 a 2008)
Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC. (01-05-2009 a 30-04-2010)
Membro do Conselho de Administração da Bombril S.A.. (01-05-2010 a 30-04-2012)
Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia, Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril/2013.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, desde 2003; e, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2004.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Salvador José Cardoso de Siqueira - 302.074.607-87

Conselheiro de Administração do Brazilian American Merchant Bank – BAMB (01-11-2005 a 31-08-2008)
Diretor-Presidente do Brazilian American Merchant Bank – BAMB (01-11-2005 a 30-04-2011)
Presidente do Conselho Fiscal da BB Tur (01-08-2008 a 31-05-2011)
Presidente do Conselho Fiscal da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (01-04-2011 a 30-04-2012)
Conselheiro de Administração do BB Ativo S.A. (01-09-2008 a 30-04-2011)
Diretor-Presidente do BB Leasing Company (01-08-2008 a 30-04-2011)
Gerente Executivo do Banco do Brasil S.A. (01-11-2005 a 30-04-2011)
Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia, Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril/2013

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Gonçalves Siqueira - 075.851.006-39

AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.

Analista Contábil das áreas de Controladoria e Contabilidade (09/2007 a 06/2010)

Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia e de controladas em BRGaap, IFRS e USGaap, implementação das novas regras brasileiras (CPC), responsável pela auditoria da Lei Sarbanes-Oxley, contato direto com a matriz para esclarecimento e detalhamento das informações financeiras, reporting, elaboração do orçamento anual, e atendimento as auditorias externa e interna.

Andrade Gutierrez Concessões S.A.

Analista de Controladoria (desde 06/2010)

Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia, implementação das novas regras brasileiras (CPC), atendimento as auditorias externa e interna, recolhimento e pagamento de tributos, elaboração das obrigações tributárias acessórias, controle do contas a pagar e contas a receber, preparação dos Formulário de Referência e Cadastral da Cia., e participação em elaboração de estruturas societárias para aquisição de novos investimentos da companhia.

Outras funções exercidas no Grupo Andrade Gutierrez:

Membro do Conselho de Administração da Water Port S.A. Engenharia e Saneamento (desde 02/01/2013);

Membro suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. (desde 11/04/2012);

Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. (desde 18/04/2012);

Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. (de 19/08/2011 até 11/04/2012).

Membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

Maria Celeste Moraes Guimarães - 374.076.436-87

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Danilo de Castro - 064.447.416-53

José Pais Rangel - 239.775.667-68

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Custódio Antônio de Mattos - 221.421.507-72

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Wando Pereira Borges - 000.289.756-34

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Tadeu Barreto Guimarães - 370.853.526-04

José João Abdalla Filho - 245.730.788-00

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Lauro Sander - 130.841.600-82

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Salvador José Cardoso de Siqueira - 302.074.607-87

Bruno Gonçalves Siqueira - 075.851.006-39

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Bruno Magalhães Menicucci	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
081.100.286-16	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro de Produção		30/04/2014	0	0%
O Conselheiro é membro dos Comitês de Recursos Humanos; de Estratégia; e, de Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.						
Custódio Antônio de Mattos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
221.421.507-72	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Servidor Público		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro efetivo do Comitê de Apoio e do Comitê de Estratégia						
Daniilo de Castro	Outros Comitês		Presidente do Comitê		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
064.447.416-53	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Aposentado e Servidor Público		30/04/2014	0	0%
Coordenador do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade						
Djalma Bastos Morais	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016
006.633.526-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade						
Eduardo Borges de Andrade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
000.309.886-91	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade						
Flávio Miarelli Piedade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
703.736.396-00	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Administrador		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Apoio, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Guy Maria Villela Paschoal	Outros Comitês		Presidente do Comitê		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
000.798.806-06	Comitê de Desenv. Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O Conselheiro é Coordenador do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
João Camilo Penna	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
000.976.836-04	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O Conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade						
José Augusto Gomes Campos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
505.516.396-87	Comitê de Des. de Negócios e Cont. Empresarial de Controladas e Coligadas	Físico		30/04/2014	0	0%
O Conselheiro é membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas do Conselho de Administração.						
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
603.695.316-04	Comitê Finanças, Auditoria e Riscos	Administrador		30/04/2014	0	0%
Membro dos Comitês de Recursos Humanos; de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e, de Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.						
Leonardo Maurício Colombini Lima	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
065.276.716-87	Comitê de Apoio Conselho de Administração	Bacharel em Ciências Contábeis		30/04/2014	0	0%
O Conselheiro é membro do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração.						
Luiz Augusto de Barros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
076.215.406-30	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração.	Engenheiro Civil		30/04/2014	0	0%
Membro do Comitê de Apoio e de Estratégia do Conselho de Administração.						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Outros Comitês		Presidente do Comitê		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
292.581.976-15	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro Civil		30/04/2014	0	0%
Coordenador dos Comitês de Apoio; de Recursos Humanos; e, de Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.						
Marina Rosenthal Rocha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016
060.101.836-26	Comitê de Recursos Humanos	Engenheira Civil		30/04/2014	0	0%
A conselheira é membro do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê de Des. de Negócios e Cont. Empresarial de Controladas e Coligadas.						
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
813.975.696-20	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Contador		30/04/2014	0	0%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões

Outros cargos/funções exercidas no emissor

O Conselheiro é membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
400.540.200-34	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro Civil		30/04/2014	0	0%

O Conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade e do Comitê de Estratégia.

Paulo Sérgio Machado Ribeiro	Outros Comitês		Presidente do Comitê		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
428.576.006-15	Comitê de Estratégia	Engenheiro		30/04/2014	0	0%

O Conselheiro é coordenador do Comitê de Estratégia, e membro dos Comitês de Apoio; de Recursos Humanos; de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.

Saulo Alves Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
787.495.906-00	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro Eletricista		30/04/2014	0	0%

O Conselheiro é membro dos Comitês de Apoio; de Estratégia; e, de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas do Conselho de Administração.

Tadeu Barreto Guimarães	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016
370.853.526-04	Comitê de Des. de Negócios e Cont. Empresarial de Controladas e Coligadas	Economista		30/04/2014	0	0%

O Conselheiro é membro do Comitê de Des. de Negócios e Cont. Empresarial de Controladas e Coligadas e do Comitê de Finanças, Auditoria e Risco.

Tarcísio Augusto Carneiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
372.404.636-72	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro Civil		30/04/2014	0	0%

O conselheiro é membro dos Comitês de Recursos Humanos e do Comitê Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Custódio Antônio de Mattos - 221.421.507-72

Danilo de Castro - 064.447.416-53

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tadeu Barreto Guimarães - 370.853.526-04

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Custódio Antônio de Mattos - 221.421.507-72

Danilo de Castro - 064.447.416-53

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tadeu Barreto Guimarães - 370.853.526-04

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”), controladora da Companhia, adota as seguintes práticas de governança corporativa recomendadas no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (“Código”) publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”):

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
1.1	Cada sócio deve ser um dos proprietários da empresa.	Cada sócio é um dos proprietários da empresa.
1.3	Os acordos entre acionistas devem estar disponíveis a todos os demais sócios e arquivados na sede social, juntamente com as respectivas alterações ou rescisões.	A CEMIG não possui acordo de acionistas vigente.
1.5	A Assembleia Geral deve ser o órgão soberano da empresa	A Assembleia Geral é o órgão soberano da empresa.
1.5.1	Devem ser competências exclusivas da Assembleia Geral: aumento ou redução do capital social e outras reformas do Estatuto; eleger ou destituir membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa.	As referidas matérias são competência exclusiva da Assembleia Geral.
1.5.3	O local, a data e a hora das Assembleias Gerais devem ser escolhidos de forma a facilitar a presença do maior número possível de sócios.	O local, a data e a hora das Assembleias Gerais são escolhidos de forma a facilitar a presença do maior número possível de sócios.
1.5.4	A pauta da Assembleia Geral e documentação pertinente – a mais detalhada possível – devem estar disponibilizadas, na data da primeira convocação. A existência de votos dissidentes deve constar em ata, quando	Juntamente com a convocação da Assembleia Geral, a CEMIG disponibiliza uma "Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral", a qual contém informações e documentos

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
	requerido.	explicativos adicionais relacionados aos temas que serão deliberados.
1.8	Deverá ser vedada aos sócios, conselheiros de administração, diretores, conselheiros fiscais, membros de órgãos técnicos e consultivos, bem como qualquer pessoa que, em razão de seu cargo, tenha acesso a informação privilegiada, a utilização de informação privilegiada. A empresa deve ter política de divulgação de informações relevantes e política de negociação de valores	O Código de Ética da CEMIG veda aos sócios, conselheiros de administração, diretores, conselheiros fiscais, membros de órgãos técnicos e consultivos, bem como qualquer pessoa que, em razão de seu cargo, tenha acesso a informação privilegiada, a utilização de informação privilegiada. A Cemig possui política de divulgação de informações relevantes e política de negociação de valores.
1.11	As empresas devem se esforçar para manter o maior número possível de ações em circulação.	O <i>free-float</i> da CEMIG é de 76.67%
2.1	A empresa deve ter um Conselho de Administração eleito pelos acionistas.	Pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a CEMIG é obrigada a ter Conselho de Administração.
2.3	O Conselho de Administração deve proteger e valorizar o patrimônio da empresa, além de prevenir e administrar conflitos de interesse ou divergência de opiniões.	O Conselho de Administração da CEMIG protege e valoriza o patrimônio da empresa, bem como previne e administra conflitos de interesse ou divergência de opiniões.
2.8	Deve haver comitês para assessorar o Conselho de Administração. Os comitês recomendados são: comitê de auditoria, de remuneração, de finanças, de governança, entre outros.	A Cemig possui Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, de Governança, de Recursos Humanos, de finanças e de auditoria e riscos. Não possui, no entanto, Comitê de Auditoria <i>stricto sensu</i> .

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
2.10	O número de membros do Conselho de Administração deve variar entre cinco e nove conselheiros. A nova versão do Código de Melhores Práticas do IBGC já reconhece o número de conselheiros é relativo à complexidade das atividades da organização, setor de atuação, estágio de ciclo de vida da organização, porte da empresa ou necessidade de criação de um número maior de comitês.	O Conselho de Administração da CEMIG possui 14 conselheiros.
2.14	Pessoas-chave da empresa, assessores técnicos ou consultores podem ser chamados ocasionalmente para as reuniões do Conselho de Administração.	Há possibilidade de o Conselho de Administração convidar pessoas-chave da empresa, assessores técnicos ou consultores para participarem da reunião.
2.25	O Conselho de Administração deve escolher o diretor-presidente.	O Conselho de Administração escolhe o diretor-presidente.
2.29	O Conselho de Administração deve indicar anualmente o secretário do Conselho de Administração.	A CEMIG possui secretário do Conselho de Administração.
2.32	As atas das reuniões devem ser redigidas com clareza, constando todas as decisões tomadas, abstenções de voto por conflito de interesses, responsabilidades e prazos, e ser assinadas por todos os presentes.	As atas das reuniões do Conselho de Administração da CEMIG são redigidas com clareza, constando todas as decisões tomadas, abstenções de voto por conflito de interesses, responsabilidades e prazos, e ser assinadas por todos os presentes.

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
2.33	Cabe ao Conselho de Administração escolher os auditores independentes, aprovar os respectivos honorários e planos de trabalho, bem como avaliar seu desempenho.	O Conselho de Administração escolhe os auditores independentes, aprova os respectivos honorários e planos de trabalho, bem como avalia seu desempenho.
2.40	A empresa deve divulgar anualmente, com prévia autorização do Conselho de Administração, suas políticas e práticas sociais, ambientais, de segurança do trabalho e de saúde.	A CEMIG divulga, por meio do Relatório Anual suas políticas e práticas sociais, ambientais, de segurança do trabalho e de saúde.
3.1	O diretor-presidente deve prestar contas ao Conselho de Administração e deve ser responsável pela execução das diretrizes por este fixadas.	O diretor-presidente da CEMIG presta contas ao Conselho de Administração e é responsável pela execução das diretrizes por este fixadas.
3.5	O Relatório Anual deve envolver todos os aspectos da atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressalvados os assuntos de justificada confidencialidade.	O Relatório Anual da CEMIG envolve todos os aspectos da atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressalvados os assuntos de justificada confidencialidade.
3.5.1	O Relatório Anual deve mencionar as práticas de governança corporativa que estão sendo adotadas pela sociedade ou que serão implementadas a curto prazo.	O Relatório Anual menciona as práticas de governança corporativa que estão sendo adotadas pela sociedade ou que serão implementadas a curto prazo.
3.5.2	O Relatório Anual deve especificar a participação no capital da empresa e a remuneração individual ou agregada dos administradores, destacando as mudanças havidas nessa participação ao longo do ano, explicitando mecanismos	O Relatório Anual especifica a participação no capital e a remuneração agregada dos conselheiros e diretores.

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
	de remuneração variável.	
3.5.3	As empresas devem preparar suas demonstrações financeiras também de acordo com padrões de contabilidade internacionalmente aceitos.	A CEMIG divulga suas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS.
3.6	O diretor-presidente deve ser responsável pela criação de sistemas de controles internos que organizem e monitorem um fluxo de informações corretas, reais e completas sobre a empresa.	O Diretor Comercial da CEMIG é responsável pela criação de sistemas de controles internos que organizem e monitorem um fluxo de informações corretas, reais e completas sobre a empresa.
4.1	Toda empresa deve ter auditoria independente.	A CEMIG possui auditoria independente.
4.2	Os auditores independentes devem expressar, de forma clara, opinião se as demonstrações financeiras elaboradas pela diretoria apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e os resultados do período.	A KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), auditores independentes da CEMIG, expressam, de forma clara, opinião se as demonstrações financeiras elaboradas pela diretoria apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e os resultados do período.
4.5	Os auditores devem ser contratados por período pré-definido, podendo ser recontratados após avaliação formal documentada, efetuada pelo CA, de sua independência e desempenho.	A KPMG, auditora externa, foi contratada por cinco anos, conforme Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.
4.6	O Conselho de Administração deve estabelecer critérios formais para se assegurar de que as condições de independência dos auditores externos sejam mantidas	Os critérios que a CEMIG atende são a contratação dos auditores por período pré-definido e a divulgação, às partes interessadas, da proporcionalidade entre os

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
		honorários pagos aos auditores pelos serviços de auditoria e os eventuais pagamentos por outros serviços.
4.7	O auditor independente deve assegurar anualmente, por escrito ao CA, a sua independência em relação à sociedade	A asseguaração anual por escrito, pelo auditor independente ao Conselho de Administração, a sua independência em relação à sociedade é obrigatória, conforme Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003.
5.1	O Conselho Fiscal deve fiscalizar os atos da administração, opinar sobre determinadas questões e dar informações aos acionistas.	O Conselho Fiscal da CEMIG fiscaliza os atos da administração, opina sobre determinadas questões e dá informações aos acionistas.
5.2	Controladores e minoritários devem ter uma participação paritária.	No Conselho Fiscal da CEMIG, dentro os cinco conselheiros, dois são eleitos por acionistas preferenciais.
5.3	O Conselho Fiscal deve introduzir um regimento interno, que não iniba a liberdade de ação individual dos conselheiros.	O Conselho Fiscal da CEMIG possui um regimento interno, que não inibe a liberdade de ação individual dos conselheiros.
5.4	A responsabilidade dos conselheiros fiscais deve ser perante a empresa, independentemente daquele que o tiver indicado.	A responsabilidade dos conselheiros fiscais da CEMIG é perante a empresa, independentemente daquele que o tiver indicado.
5.6	O Conselho Fiscal deve acompanhar o trabalho dos auditores independentes.	O Conselho Fiscal acompanha o trabalho dos auditores independentes.

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
5.7	O Conselho Fiscal deve acompanhar o trabalho da auditoria interna.	O Conselho Fiscal acompanha o trabalho da auditoria interna.
6.1	A empresa deve ter código de conduta/código de ética que comprometa administradores e funcionários. Esse código deve ser elaborado pela diretoria de acordo com os princípios e políticas definidos pelo Conselho de Administração e por este aprovado.	A CEMIG possui código de ética, o qual compromete administradores e funcionários.
6.1.1	O código de conduta/código de ética deve abranger o relacionamento entre conselheiros, sócios, funcionários, fornecedores e demais partes relacionadas.	O código de ética da CEMIG abrange o relacionamento entre conselheiros, sócios, funcionários, fornecedores e demais partes relacionadas.
6.2	Qualquer pessoa que tiver conflito de interesse em relação a uma determinada matéria deve manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesse ou interesse particular.	Pelo código de ética da CEMIG, qualquer pessoa que tiver conflito de interesse em relação a uma determinada matéria deverá manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesse ou interesse particular.
6.2.2	Tão logo tenha sido identificado o conflito de interesses em relação a um tema, a pessoa envolvida deve afastar-se.	Na CEMIG, caso seja identificado um conflito de interesses em relação a um tema, a pessoa envolvida deve afastar-se.

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) composição da remuneração**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	10,00	11,00	34,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	262.202,71	181.524,66	2.093.356,70	2.537.084,07
Benefícios direto e indireto	46.724,52	35.941,94	581.621,42	664.287,88
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	52.440,54	36.304,93	1.077.898,28	1.166.643,75
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	NSS empresa	INSS contribuição empresa e FGTS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	1.313.522,00	1.313.522,00
Participação em reuniões	262.202,71	0,00	0,00	262.202,71
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	52.440,54	0,00	0,00	52.440,54
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa			
Pós-emprego	3.555,85	0,00	487.603,90	491.159,75
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente - 2)Os benefícios direto e indireto correspondem ao seguro de vida	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente - 2)Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente - 2)Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença	
Total da remuneração	679.566,87	253.771,53	5.554.002,30	6.487.340,70

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	11,00	10,00	34,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	252.214,51	2.093.356,70	181.524,66	2.527.095,87
Benefícios direto e indireto	46.724,52	581.621,42	35.941,94	664.287,88
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	50.442,87	1.077.898,28	36.304,87	1.164.646,02
Descrição de outras remunerações fixas	Gratificações e INSS contribuição empresa	Gratificações, pagamentos referentes à licenças remuneras + 1/3 de licença remunerada, INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.269.982,61	0,00	1.269.982,61
Participação em reuniões	252.214,51	0,00	0,00	252.214,51
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	50.442,87	0,00	0,00	50.442,87
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa		1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente - 2) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida	
Pós-emprego	2.805,11	487.603,90	0,00	490.409,01
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente - 2) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente - 2) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida e vale refeição	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente - 2) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -	
Total da remuneração	654.844,39	5.510.462,91	253.771,47	6.419.078,77

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,83	11,00	8,33	32,16
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	239.817,22	1.976.515,44	146.830,90	2.363.163,56
Benefícios direto e indireto	43.139,69	139.985,91	27.653,65	210.779,25
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	64.097,12	1.296.550,71	31.965,12	1.392.612,95
Descrição de outras remunerações fixas	Gratificações e INSS contribuição empresa.	Gratificações, pagamentos referentes à licenças remuneradas + 1/3 de licença remunerada, INSS empresa e FGTS.	Gratificações e INSS contribuição empresa.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	31.934,45	1.058.315,64	0,00	1.090.250,09
Participação em reuniões	239.817,22	0,00	0,00	239.817,22
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	52.185,09	0,00	0,00	52.185,09
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa.			
Pós-emprego	2.453,37	378.921,08	0,00	381.374,45
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente - 2) Remuneração foi alterada pela AGO/AGE a partir do mês de maio/2011, anteriormente o valor era de R\$ 4.716,00- 3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida - 4) As Gratificações foram pagas somente até abril/2011.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente - 2) Remuneração foi alterada pela AGO/AGE a partir do mês de maio/2011, anteriormente era de R\$27.901,00 para presidente e 23.148,00 para diretores - 3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida e vale refeição.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente - 2) Remuneração foi alterada pela AGO/AGE a partir do mês de maio/2011, anteriormente o valor era de R\$ 2.358,00- 3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida - 4) As Gratificações foram pagas somente até abril/2011.	
Total da remuneração	673.444,16	4.850.288,78	206.449,67	5.730.182,61

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	9,00	5,00	27,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	124.896,84	822.298,94	47.316,68	994.512,46
Benefícios direto e indireto	45.501,23	214.290,83	13.687,25	273.479,31
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	22.692,63	271.830,60	10.250,68	304.773,91
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa.	INSS contribuição empresa e FGTS.	INSS contribuição empresa.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	92.882,74	338.142,69	0,00	431.025,43
Participação em reuniões	124.896,84	0,00	0,00	124.896,84
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	22.692,63	0,00	0,00	22.692,63
Descrição de outras remunerações variáveis	Valores correspondentes a contribuições ao INSS.			
Pós-emprego	0,00	127.882,77	0,00	127.882,77
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	433.562,91	1.774.445,83	71.254,61	2.279.263,35

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

a) termos e condições gerais

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) principais objetivos do plano

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

f) número máximo de ações abrangidas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

h) condições de aquisição de ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

k) forma de liquidação

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

l) restrições à transferência das ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

a) modelo de precificação

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

Nº de membros
Nº de membros remunerados
Valor da maior remuneração
Valor da menor remuneração
Valor médio da remuneração

Observação

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

Nos últimos três exercícios sociais, bem como no exercício social corrente, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia foi processada e paga pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, controladora da Companhia, esclarecendo-se que ao final de cada período de reporte a Administração processa um rateio de parte destas despesas para as controladas Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

Não há informações adicionais referentes a este item que a Companhia julgue relevantes.

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) índice de rotatividade

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) Política de benefícios

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 27/04/2012						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Companhia Energética de Minas Gerais						
17.155.730/0001-64	Brasileiro-MG	Não	Sim	29/08/2012		
2.261.997.787	100,000	0	0,000	2.261.997.787	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.261.997.787	100,000	0	0,000	2.261.997.787	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64		
Ações em tesouraria						
		Não	Não	27/04/2012		
0	0,000	410.396	0,076	410.396	0,043	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
AGC Energia S.A.						
11.221.326/0001-65	Brasileira-MG	Sim	Não	30/04/2013		
138.700.848	32,964	0	0,000	138.700.848	14,408	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
BlackRock Inc.						
	Norte Americana	Não	Não	30/04/2013		
0	0,000	50.931.874	9,399	50.931.874	5,291	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64		
Estado de Minas Gerais						
18.715.615/0001-60	Brasileiro-MG	Sim	Sim	30/04/2013		
214.414.739	50,958	0	0,000	214.414.739	22,273	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
FIA Dinâmica Energia						
		Não	Não			
22.110.954	5,255	0	0,000	22.110.954	2,297	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
45.538.167	10,823	490.565.407	90,526	536.103.574	55,689	
TOTAL						
420.764.708	100,000	541.907.677	100,000	962.672.385	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	0	0,000%

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

Todas as informações consideradas relevantes com relação a este tópico foram devidamente informadas nos itens anteriores.

A companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Baguari Energia	28/08/2006	118.482.941,00	717.000,00	Não é possível aferir tal montante	31/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Cemig Geração e Transmissão S/A (controlada da Companhia Energética de Minas Gerais).						
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor registrado atualmente é : R\$159mil(receita 31/12/2012) e R\$ 5.299mil(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$ 389mil(passivo 31/12/2011), R\$146mil(receita 31/12/2011) e R\$ 4.588mil(despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	-						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Empresa Paraense de Transmissão de Energia	03/12/2003	2.911.000,00	224.000,00	Não é possível aferir tal montante	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG.						
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor atualmente registrado é: R\$ 2.064(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$ 201mil(passivo 31/12/2011) e R\$ 1.760mil(despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia	02/01/2012	14.422.000,00	1.167.000,00	Não é possível aferir tal montante	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG.						
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor atualmente registrado é: R\$10.245mil(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$997mil(passivo 31/12/2011) e R\$ 8.722mil(despesa 31/12/2011)						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Geração e Transmissão	04/08/2004	16.629.000,00	16.629.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais – CEMIG.						
Objeto contrato	Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática. Os valores atualmente registrados são: R\$17.922mil (despesa 31/12/2012) e R\$18.081mil (ativo não circulante 31/12/2012). E os anteriores são: R\$260mil (passivo 31/12/2011), R\$247mil (passivo de 31/12/2010), R\$7.978mil (despesa 31/12/2011) e R\$18.066mil (ativo não circulante 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CEMIG	04/08/2004	369.000,00	12.452.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.						
Objeto contrato	Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática. Os valores atualmente registrados são: R\$7.705(despesa 31/12/2012) e R\$5.115mil(ativo não circulante 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$10.834mil(passivo 31/12/2011), R\$4.081mil(despesa 31/12/2011) e R\$4.146mil(ativo não circulante 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Forluz	31/12/2004	1.843.119.229,44	1.405.255.443,06	1.126.400.074,06	Até junho de 2024.	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Gestor dos Planos de Previdência Privada							
Objeto contrato							
Obrigações Pós-emprego. Nestes valores contemplam os valores de R\$43.695mil e 1.361.560mil (passivo 30/09/2012), R\$65.498mil (despesa 30/09/2011), R\$70.416mil (despesa 30/09/2012), R\$53.687mil (passivo 31/12/2011), R\$1.339.105mil (passivo 31/12/2011).							
Garantia e seguros							
Não há.							
Rescisão ou extinção							
Não há.							
Natureza e razão para a operação							
Constitui dívida de repasse da Cia. Energética de Minas Gerais - CEMIG e subsidiárias com os fundos de previdência dos empregados. O montante R\$1.126.400.074,06 representa o valor histórico desta dívida correspondente à Companhia. Os contratos da Forluz são reajustados pelo IPCA (IBGE) e serão amortizadas até o exercício de 2024 (Vide Notas Explicativas nº 15 e 21 do ITR de 30/09/2012). Obs.: Montante envolvido e Montante correspondente ao interesse da parte relacionada tratam o valor principal à época do contrato. O saldo existente considera atualizações e amortização da dívida.							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Forluz	04/08/2004	12.277.000,00	16.369.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Gestor dos Planos de Previdência Privada							
Objeto contrato							
Custeio Administrativo - Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamentos da Companhia. No período anterior o valor registrado de despesa era: R \$10.634mil (31/12/2011).							
Garantia e seguros							
Não há.							
Rescisão ou extinção							
Não há.							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Despesa com Pessoal. Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo. O valor anteriormente registrado era: R\$46.446mil(despesa 31/12/2011).							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Light S.A.	04/08/2004	4.695.788.141,00	863.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada em Conjunto da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG							
Objeto contrato							
Operações com Energia Elétrica – A Cemig Distribuição possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A., Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A., decorrentes, principalmente, do leilão público ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas nos termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: Passivo (31/12/2011) de R\$749mil, e na despesa (30/09/2012 e 30/09/2011) de R\$5.655mil e R\$4.543mil, respectivamente.							
Garantia e seguros							
Recebíveis.							
Rescisão ou extinção							
Não há.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Saúde	12/03/2012	8.256.000,00	52.682.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Patrocinada – Plano de Saúde							
Objeto contrato							
Plano de Saúde e Odontológico – Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.Os valores registrados anteriormente eram: R\$50.225mil(despesa 31/12/2011), R\$445.446mil e R\$435.805mil(passivo 31/12/2012 e 2011 respectivamente).							
Garantia e seguros							
Não há.							
Rescisão ou extinção							
Não há.							
Natureza e razão para a operação							
Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Andrade Gutierrez S.A.	06/07/2009	295.300.314,68	2.129.000,00	Não é possível aferir tal montante.	26 meses contados da emissão da primeira Ordem de Serviço.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritário da CEMIG						
Objeto contrato	Programa Luz para Todos – Contrato referente ao empreendimento de implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte.O valor registrado no período anterior era: R\$263mil(passivo não circulante 31/12/2011) e R\$8.906mil(despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CEMIG	04/08/2004	352.781.000,00	119.947.000,00	352.781.000,00	Não há.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.						
Objeto contrato	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. O valore anteriormente registrado era: R\$109.215mil(passivo 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Telecomunicações	22/03/2000	0,00	2.444.000,00	Não é possível aferir tal montante.	15 anos	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais – CEMIG.						
Objeto contrato	Compartilhamento de infraestrutura excedente da Distribuição, Transmissão e Subtransmissão compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecom. Não há índice de reajuste. O valor atualmente registrado é: R\$4.630mil(receita 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$1.195mil(ativo 31/12/2011) e R\$5.579mil(receita 31/12/2011). R\$						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Telecomunicações	20/07/2010	46.722.385,76	2.996.000,00	Não é possível aferir tal montante.	60 meses, a partir da sua assinatura.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais – CEMIG.						
Objeto contrato	Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos corrigido pelo IGP-M. O valor registrado atualmente é: R \$15.345mil(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$3.448mil(passivo 31/12/2011) e R\$20.313mil(despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	04/08/2004	369.000,00	369.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído por Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela CEMIG às empresas do grupo, bem como transações registradas no passivo (31/12/2011, 2010 e 2009) no valor de R\$10.834mil, R\$4.992mil e 21.639mil, respectivamente; no Ativo (31/12/2011) no valor de R\$4.146mil, R\$3.782mil e R\$9.884mil (ativo 31/12/2010 e 2009, respectivamente).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Geração e Transmissão S/A	04/08/2004	19.000,00	19.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais - CEMIG						
Objeto contrato	Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig GT conforme Despacho ANEEL 3.924/08. Inclui, principalmente, reembolso de despesas com pessoal cedido pela Cemig GT às empresas do grupo e transações registradas no passivo (31/12/2011, 2010 e 2009) de R\$260mil, R\$247mil, R\$11.872mil, respectivamente; e no Ativo (31/12/2011, 2010 e 2009) de R\$18.066mil, R\$10.761mil, R\$35.555mil, respectivamente.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	27/04/2012	352.781.000,00	352.781.000,00	352.781.000,00	até oito (8) meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.						
Objeto contrato	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: Passivo (31/12/2011, 2010 e 2009) de R\$109.215mil, R\$50.842mil e R\$202.306mil, respectivamente.						
Garantia e seguros	Não há.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Serviços	31/12/2011	12.485.000,00	2.963.000,00	Não é possível aferir tal montante	2 anos prorrogável por até 2 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais						
Objeto contrato	Prestação de Serviço. O valor atualmente registrado é: R\$12.485mil (despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$ 758mil(passivo 31/12/2011) e R\$ 1.339mil(despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Refere-se a contrato de prestação de serviço de leitura, impressão e entrega simultânea de contas de energia elétrica de consumo em kWh, através de tecnologia desenvolvida para tal, inspeção visual de unidades consumidoras, coleta e confirmação de dados cadastrais, atualização cadastral postal, alocação de rotas, planejamento e mudança de rotas urbanas e rurais celebrado entre a Cemig serviços e a Cemig Distribuição em 2011 com duração de 2 anos prorrogável por até 2 anos corrigido pelo IGP-M.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Telecomunicações	22/02/2013	24.000.000,00	267.000,00	Não é possível aferir tal montante.	48 meses, a partir da sua assinatura.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.						
Objeto contrato	Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das linhas de transmissão e subtransmissão que estejam sendo usadas conjuntamente, incluindo os cabos OPGW, cabos de transição e seus acessórios. O valor anteriormente registrado era: R\$619mil(ativo 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	03/11/2009	5.663.000,00	2.577.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.						
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor atualmente registrado é: R\$ 23.906mil(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$3.025mil(passivo 31/12/2011) e R\$ 22.066mil(despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Light	04/08/2004	4.695.788.141,00	809.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.						
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. Cemig Capim Branco S.A., decorrentes, principalmente, do leilão público ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas nos termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. O valor atualmente registrado é: R \$7.753mil(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$749mil(passivo 31/12/2011) e R\$ 6.234(despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Governo do Estado de Minas Gerais	04/08/2004	8.368.000,00	8.368.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador.						
Objeto contrato	Consumidores e Revendedores. Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: R\$6.657mil, R\$8.619mil e R\$1.700mil (ativo 31/12/2011, 2010 e 2009, respectivamente), R\$70.285mil (receita 30/09/2012) e 66.060mil (receita 30/09/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Telecomunicações	13/01/1999	2.989.000,00	2.989.000,00	Não é possível aferir tal montante.[*]	Mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais						
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor anteriormente registrado era: R\$ 3.457mil(receita 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Governo do Estado de Minas Gerais	04/08/2004	60.619.000,00	0,00	Não é possível aferir tal montante.	Até setembro de 2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador.						
Objeto contrato	Refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, integralmente liquidado em setembro de 2012. O valor anteriormente registrado abrange: R\$25.016mil e R\$39.893mil (ativo 31/12/2011 e 2010, respectivamente).						
Garantia e seguros	Não há.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	-						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Forluz	04/08/2004	12.277.000,00	16.369.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Objeto contrato	Custeio Administrativo - Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamentos da Companhia. No período anterior o valor registrado de despesa era: R \$10.634mil (31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Capim Branco	04/08/2004	4.695.788.141,00	7.406.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG						
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor atualmente registrado é: R\$ 4.975 mil(receita 31/12/2012) e R\$90.627mil(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$ 7.320mil(passivo 31/12/2011), R\$ 4.349mil(receita 31/12/2011) e R\$ 72.582(despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Cemig Geração e Transmissão S.A.	04/08/2004	4.695.788.141,00	3.130.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG						
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. Cemig Capim Branco S.A., decorrentes, principalmente, do leilão público ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas nos termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Os valores atualmente registrados são: R\$28.386mil(passivo 31/12/2012), R\$46.001mil(receita 31/12/2012) e R\$281.018mil(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$3.554mil (ativo 31/12/2011), R\$28.915mil (passivo 31/12/2011), R\$28.915mil(receita 31/12/2011) e R\$ 253.001mil(despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

a) identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas, adotado nas operações acima indicadas e em futuras operações que decorram das mesmas circunstâncias, segue estritamente os termos do artigo 12 do estatuto social da Companhia, que atribui aos membros do Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a legislação: “deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum”.

Ademais, o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia (“Regimento Interno”) estabelece, em seu artigo 23, que os membros do Conselho de Administração da Companhia devem “exercer as suas funções no exclusivo interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da sua função social”, devendo o conselheiro declarar, previamente à deliberação, que tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto a determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de participar da sua discussão e votação. Nesse mesmo sentido, o artigo 26 do Regimento Interno proíbe os membros do Conselho de Administração da Companhia de intervir em operações que tenham interesse conflitante com a Companhia, devendo, nessa hipótese, consignar as causas do seu impedimento em ata, em conformidade com o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações.

b) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores da Companhia. As transações também são refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Evita-se, ainda, tempestivamente o mau uso dos ativos da Companhia e, especialmente, hipotéticos abusos em transações entre partes relacionadas.

Além disso, a Companhia acredita que os membros de sua administração atuam com lealdade e compromisso ético em relação à Companhia, não permitindo que interesses distintos possibilitem o favorecimento próprio ou de terceiros, o mau uso dos ativos ou hipotéticos abusos em transações envolvendo a Companhia.

Dessa forma, a Companhia entende que operações com partes relacionadas por ela realizadas, conforme elencadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, possuem caráter estritamente comutativo, sendo lhes obtida a devida aprovação por parte dos órgãos competentes, conforme mencionado acima.

Por fim, cabe ressaltar que o grupo do qual a Companhia faz parte está comprometido com a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa, estando a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), controladora da Companhia, submetida ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), que prevê, em sua cláusula 4.6, que a CEMIG deve enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a CEMIG e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador, e,

ainda, de todo e qualquer contrato celebrado entre a CEMIG e quaisquer sociedades que façam parte de grupo econômico, de fato ou de direito, em comum com seus administradores ou seu acionista controlador, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, valor igual ou superior a R\$ 200 mil ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior.

Cabe destacar que a administração possui estrutura de controles internos que garantem que as operações realizadas estão em condições similares àquelas que seriam estabelecidas com partes não relacionadas.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/07/2005	2.261.997.787,64		2.261.997.787	0	2.261.997.787
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/07/2005	2.261.997.787,64		2.261.997.787	0	2.261.997.787
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/05/2005	2.261.997.787,64		2.261.997.787	0	2.261.997.787

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
---------------------	-------------------------------	--------------	---------------------	-----------------	------------	---------------	-------------	-------------------------------	---------------	---------------

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação			Quantidade de ações depois da aprovação		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação
---------------------	--------------	---------------------	-----------------------------	--------------------------------	------------------------	----------------------------	---------------------------

Todas as informações que a Companhia julga relevantes com relação a este tópico estão descritas nos itens anteriores.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª emissão
Data de emissão	01/06/2006
Data de vencimento	01/06/2014
Quantidade	23.042
Valor total	250.503.517,80
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Outras características relevantes	Vide informações na tabela presente no Item 18.10

Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2ª emissão
Data de emissão	15/12/2007
Data de vencimento	15/12/2017
Quantidade	40.000
Valor total	400.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Outras características relevantes	Vide informações na tabela presente no Item 18.10

Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 3ª emissão
Data de emissão	15/02/2013
Data de vencimento	15/02/2025
Quantidade	2.160.000
Valor total	2.160.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Outras características relevantes	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
<hr/>	
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 6ª Emissão em série única
Data de emissão	21/12/2012
Data de vencimento	19/06/2013
Quantidade	60
Valor total	600.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A oferta foi destinada, única e exclusivamente, a investidores qualificados, assim entendidos, nos termos do artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 409, de 16 de janeiro de 2009 ("Investidores Qualificados"). As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), sendo as negociações liquidadas financeiramente via CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), e a Nota Promissória custodiada eletronicamente na CETIP, observado que sua negociação somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476/2009 ("Período de Restrição"). Após o Período de Restrição e observado o disposto na Instrução CVM 476/2009, as Notas Promissórias poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, não podendo, porém, serem negociadas em bolsa de valores sem que a Companhia tenha o registro de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/1976, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, a partir de 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as Notas Promissórias em circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos titulares das Notas Promissórias. No caso de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada Nota Promissória, nos termos do parágrafo 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, observado o prazo mínimo previsto no inciso II, do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Outras características relevantes	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
<hr/>	
Identificação do valor mobiliário	7a. emissão de notas promissórias comerciais, em série única, p/ distribuição pública.
Data de emissão	08/04/2014
Data de vencimento	03/04/2015

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	121
Valor total	1.210.000.000,00
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	Somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias da data de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A qualquer momento a partir de 30 dias contados da data de emissão, a critério exclusivo da Emissora, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração até a data do resgate antecipado, sem o pagamento de qualquer prêmio.
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Atualização monetária: não há;</p> <p>Juros remuneratórios: 105% da Taxa DI ao ano;</p> <p>Pagamento dos juros remuneratórios: na data de vencimento;</p> <p>Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento;</p> <p>Garantia: aval da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG;</p> <p>Hipóteses de Vencimento Antecipado: as notas promissórias poderão ter o seu vencimento antecipado declarado nas seguintes hipóteses: (i) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Avalista, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência formulado pela Emissora e/ou pela Avalista; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Avalista, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (ii) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou contra a Avalista, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Avalista, conforme aplicável, ou se for suspenso, cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de vencimento da obrigação; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Avalista decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; (iv) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou da Avalista, sem a prévia anuência dos titulares das Notas Promissórias que representem 75%, no mínimo, das Notas Promissórias em Circulação, salvo se por determinação legal; (v) incorporação da Emissora e/ou da Avalista por outra empresa, cisão ou fusão da Emissora e/ou da Avalista, salvo se por determinação legal ou regulatória, ou, ainda, se não provocar a alteração da classificação de risco (rating) da Emissora e/ou da Avalista existente na Data de Emissão; (vi) privatização da Emissora e/ou da Avalista; (vii) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora e/ou pela Avalista que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Emissora e/ou da Avalista; ou (viii) inadimplemento injustificado pela Emissora e/ou pela Avalista, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Assembleia de titulares das notas promissórias: a aprovação de qualquer deliberação pela assembleia precisa da aprovação de titulares das notas promissórias que representem mais de 50% das notas promissórias em circulação, observados os seguintes quoruns qualificados: (i) toda e qualquer alteração às regras relacionadas às assembleias dependerá da aprovação de titulares das notas promissórias que representem, no mínimo, 75% das notas promissórias em circulação e deverá ser aprovada pela Emissora; (ii) as alterações solicitadas pela Emissora relativas: (a) à Remuneração das notas promissórias; (b) ao prazo de vencimento das notas promissórias; (c) à Garantia; e/ou (d) aos eventos de vencimento antecipado deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da assembleia dos titulares das notas promissórias ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das notas promissórias que representem, no mínimo, 90% das notas promissórias em circulação.
Outras características relevantes	Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A. - Destinação dos Recursos: os recursos líquidos oriundos da captação por meio das notas promissórias serão destinados para o pagamento de dívidas e realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Emissora.
<hr/>	
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 5ª Emissão em série única
Data de emissão	02/07/2012
Data de vencimento	27/06/2013
Quantidade	64
Valor total	640.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A oferta foi destinada, única e exclusivamente, a Investidores Qualificados. As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente via CETIP, e a Nota Promissória custodiada eletronicamente na CETIP, observado que sua negociação somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476/2009 ("Período de Restrição"). Após o Período de Restrição e observado o disposto na Instrução CVM 476/2009, as Notas Promissórias poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, não podendo, porém, serem negociadas em bolsa de valores sem que a Companhia tenha o registro de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/1976, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, a partir de 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as Notas Promissórias em circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos titulares das Notas Promissórias. No caso de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada Nota Promissória, nos termos do parágrafo 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, observado o prazo mínimo previsto no inciso II, do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Outras características relevantes	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
<hr/>	

As notas promissórias comerciais da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissões da Companhia encontram-se quitadas, não sendo negociadas atualmente. As notas promissórias comerciais da 5ª e 6ª emissões da Companhia estavam registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários (antigo SND - Sistema Nacional de Debêntures), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados (“CETIP”), sendo liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na CETIP.

As debêntures da 1ª, 2ª e 3ª emissões da Companhia são registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários (antigo SND - Sistema Nacional de Debêntures), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

Além das emissões de valores mobiliários que não sejam ações mencionadas no item 18.5 (detalhadamente descritos abaixo) deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes emissões, cujas obrigações já haviam sido integralmente quitadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2012: (i) 1ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 300.000.000,00; (ii) 2ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 200.000.000,00; (iii) 3ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 400.000.000,00; e (iv) 4ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 100.000.000,00.

Descrição detalhada dos valores mobiliários que não sejam ações (item 18.5):

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 6ª Emissão em série única
Data de Emissão	21 de dezembro de 2012
Data de vencimento	19 de junho de 2013
Quantidade (Unidades)	60
Valor total (Reais)	600.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A oferta foi destinada, única e exclusivamente, a investidores qualificados, assim entendidos, nos termos do artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 409, de 16 de janeiro de 2009 (“Investidores Qualificados”). As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), sendo as negociações liquidadas financeiramente via CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), e a Nota Promissória custodiada eletronicamente na CETIP, observado que sua negociação somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor,

	<p>conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476/2009 (“<u>Período de Restrição</u>”). Após o Período de Restrição e observado o disposto na Instrução CVM 476/2009, as Notas Promissórias poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, não podendo, porém, serem negociadas em bolsa de valores sem que a Companhia tenha o registro de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/1976, conforme alterada.</p>
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, a partir de 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as Notas Promissórias em circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos titulares das Notas Promissórias. No caso de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada Nota Promissória, nos termos do parágrafo 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, observado o prazo mínimo previsto no inciso II, do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990.</p>
Características dos valores mobiliários	<p>Juros Remuneratórios: 102,5% da Taxa DI, entre a Data de Emissão e o 120º dia, ou 103%, entre o 120º dia contado a partir da Data de Emissão e a Data de Vencimento das Notas Promissórias.</p> <p>Garantia: as Notas Promissórias contam com o aval da Companhia Energética de Minas Gerais (“<u>CEMIG</u>”).</p> <p>Crédito: Quirografário.</p>

	<p>Restrições a Companhia: Não há.</p> <p>Agente fiduciário: Não há.</p> <p>Hipóteses de Vencimento Antecipado: qualquer dos titulares das Notas Promissórias poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias de que seja detentor e exigir o imediato pagamento pela Companhia e/ou pela Avalista do valor nominal unitário das Notas Promissórias acrescido da remuneração e dos encargos devidos, na ocorrência de qualquer uma das</p> <p>seguintes hipóteses: (a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Companhia e/ou da Avalista, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência formulado pela Companhia e/ou pela Avalista; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia e/ou da Avalista, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia e/ou contra a Avalista, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou pela Avalista, conforme aplicável, ou se for suspenso, cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de vencimento da obrigação; (c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da Avalista decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; (d) mudança,</p>
--	---

	<p>transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia e/ou da Avalista, sem a prévia anuência dos titulares das Notas Promissórias que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Notas Promissórias em Circulação, salvo se por determinação legal; (e) incorporação da Companhia e/ou da Avalista por outra empresa, cisão ou fusão da Companhia e/ou da Avalista, salvo se por determinação legal ou regulatória, ou, ainda, se não provocar a alteração da classificação de risco (rating) da Companhia e/ou da Avalista existente na Data de Emissão; (f) privatização da Companhia e/ou da Avalista; (g) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Companhia e/ou pela Avalista que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Companhia e/ou da Avalista; ou (h) inadimplemento injustificado pela Companhia e/ou pela Avalista, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas.</p>
<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</p>	<p>Assembleia de Titulares das Notas Promissórias: A Companhia, os titulares de Notas Promissórias que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Notas Promissórias em circulação e/ou a CVM poderão convocar assembleia geral dos titulares das Notas Promissórias (“<u>Assembleia</u>”) a qualquer momento, quando julgarem necessário. Nas deliberações da Assembleia, a cada Nota Promissória caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, detentor de Nota Promissória da oferta restrita ou não. A aprovação de qualquer deliberação pela Assembleia precisa da aprovação de titulares das Notas</p>

	<p>Promissórias que representem mais de 50% (cinquenta por cento) das Notas Promissórias em circulação, observados os quoruns específicos. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias dependerá da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Promissórias em circulação e deverá ser aprovada pela Companhia. As alterações solicitadas pela Companhia relativas: (i) à remuneração das Notas Promissórias; (ii) ao prazo de vencimento das Notas Promissórias; (iii) à garantia; e/ou (iv) às hipóteses de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia dos titulares das Notas Promissórias ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Notas Promissórias em circulação.</p>
<p>Outras características relevantes</p>	<p>Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A.</p> <p>Destinação dos Recursos: Os recursos oriundos da captação por meio da emissão serão destinados à recomposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívida realizados ao longo do ano de 2012.</p> <p>Liquidação das Notas Promissórias: em 20 de março de 2013, a Companhia efetuou o resgate antecipado total das Notas Promissórias da sua 6ª emissão.</p>

<p>Valor mobiliário</p>	<p>Nota Comercial</p>
--------------------------------	-----------------------

Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 5ª Emissão em série única
Data de emissão	02 de julho de 2012
Data de vencimento	27 de junho de 2013
Quantidade (Unidades)	64
Valor total (Reais)	640.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	<p>A oferta foi destinada, única e exclusivamente, a Investidores Qualificados. As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente via CETIP, e a Nota Promissória custodiada eletronicamente na CETIP, observado que sua negociação somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476/2009 (“<u>Período de Restrição</u>”). Após o <u>Período de Restrição</u> e observado o disposto na Instrução CVM 476/2009, as Notas Promissórias poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, não podendo, porém, serem negociadas em bolsa de valores sem que a Companhia tenha o registro de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/1976, conforme alterada.</p>
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, a partir de 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as Notas Promissórias em</p>

	<p>circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos titulares das Notas Promissórias. No caso de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada Nota Promissória, nos termos do parágrafo 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, observado o prazo mínimo previsto no inciso II, do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990.</p>
<p>Características dos valores mobiliários</p>	<p>Juros Remuneratórios: 104,08% da Taxa DI.</p> <p>Garantia: as Notas Promissórias contam com o aval da CEMIG.</p> <p>Crédito: quirografário.</p> <p>Restrições a Companhia: não há.</p> <p>Agente fiduciário: não há.</p> <p>Hipóteses de Vencimento Antecipado: quaisquer dos titulares das Notas Promissórias poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias de que sejam detentores e exigir o imediato pagamento pela Companhia e/ou pela Avalista do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido da Remuneração e dos encargos devidos, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: (a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Companhia e/ou da Avalista, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência formulado pela Companhia e/ou pela Avalista; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia e ou da Avalista, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia e/ou contra a</p>

	<p>Avalista, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou pela Avalista, conforme aplicável, ou se for suspenso, cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de vencimento da obrigação;</p> <p>(c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da Avalista decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; (d) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia e/ou da Avalista, sem a prévia anuência dos titulares das Notas Promissórias que representem 75%, no mínimo, das Notas Promissórias em Circulação, salvo se por determinação legal; (e) incorporação da Companhia e/ou da Avalista por outra empresa, cisão ou fusão da Companhia e/ou da Avalista, salvo se por determinação legal; (f) privatização da Companhia e/ou da Avalista; (g) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Companhia e/ou pela Avalista que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Companhia e/ou da Avalista; e (h) inadimplemento injustificado pela Companhia e/ou pela Avalista, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuaria ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas.</p>
--	---

<p style="text-align: center;">Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</p>	<p>Assembleia de titulares das Notas Promissórias: A Companhia, os titulares de Notas Promissórias que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Notas Promissórias em circulação e/ou a CVM poderão convocar assembleia geral dos titulares das Notas Promissórias (“<u>Assembleia</u>”) a qualquer momento, quando julgarem necessário. Nas deliberações da Assembleia, a cada Nota Promissória caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, detentor de Nota Promissória da oferta restrita ou não. A aprovação de qualquer deliberação pela Assembleia precisa da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem mais de 50% (cinquenta por cento) das Notas Promissórias em circulação, observados os quóruns específicos. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias dependerá da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Promissórias em circulação e deverá ser aprovada pela Companhia. As alterações solicitadas pela Companhia relativas: (i) à remuneração das Notas Promissórias; (ii) ao prazo de vencimento das Notas Promissórias; (iii) à garantia; e/ou (iv) às hipóteses de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia dos titulares das Notas Promissórias ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Notas Promissórias em circulação.</p>
<p style="text-align: center;">Outras características relevantes</p>	<p>Banco Mandatário: Banco do Brasil S.A.</p> <p>Destinação dos Recursos: Os recursos oriundos da captação por meio da emissão serão destinados ao financiamento de investimentos já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraídas pela Companhia e/ou</p>

	<p>reforço do capital de giro da Companhia.</p> <p>Liquidação das Notas Promissórias: em 20 de março de 2013, a Companhia efetuou o resgate antecipado total das Notas Promissórias da sua 5ª emissão.</p>
--	--

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª emissão
Data de emissão	01 de junho de 2006
Data de vencimento	01 de junho de 2014
Quantidade (Unidades)	23.042
Valor total (Reais)	250.503.517,80
Restrição a circulação	Não
Descrição da restrição	---
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Hipótese e cálculo do valor de resgate	---
Características dos valores mobiliários	<p>Juros Remuneratórios: 10,5% ao ano acrescido de atualização monetária pelo IPCA.</p> <p>Garantia: as debêntures da 1ª emissão</p>

	<p>contaram com o aval da CEMIG.</p> <p>Restrições a Companhia: Não há.</p> <p>Agente Fiduciário: Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</p> <p>Hipóteses de Vencimento Antecipado: o agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada <i>pro rata temporis</i>, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (a) requerimento de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de falência formulada pela Companhia, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas; (b) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Companhia, da CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas; (c) falta de cumprimento, pela Companhia ou pela CEMIG, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, da CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00, em razão de inadimplência contratual ou não; (e) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Companhia seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Companhia constante de suas últimas demonstrações financeiras à época; (f) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos</p>
--	---

	<p>quais qualquer das controladas da CEMIG sejam parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida consolidada da CEMIG constante de suas últimas demonstrações financeiras à época; (g) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, a CEMIG ou qualquer de suas controladas e coligadas, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; (h) falta de cumprimento pela Companhia ou pela CEMIG, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário; (i) se a Companhia, a CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Companhia, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuária ou CEMIG, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00; e/ou (j) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, que impliquem redução do capital social da Companhia e/ou da CEMIG.</p>
<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</p>	<p>Nas deliberações das assembleias dos debenturistas, cada debênture tem direito a um voto, admitindo-se a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem a maioria dos títulos em</p>

	<p>circulação, observado que alterações nas condições de remuneração e/ou pagamento das debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas representando 90% das debêntures em circulação. A assembleia dos debenturistas pode ser convocada pela Companhia, pelo agente fiduciário ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10%, das debêntures em circulação, ou pela CVM.</p>
<p>Outras características relevantes</p>	<p>Banco Mandatário: Banco Itaú S.A.</p> <p>Destinação dos Recursos: A 1ª emissão de debêntures da Companhia foi realizada para fins da permuta obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, com o consequente cancelamento das mesmas. Em razão da permuta obrigatória, a Companhia não recebeu os recursos líquidos desta oferta, uma vez que as debêntures foram integralizadas com as debêntures da 3ª emissão da CEMIG. Por sua vez, os recursos provenientes da 3ª emissão da CEMIG foram destinados à amortização das dívidas da CEMIG contraídas para realização de investimentos em distribuição de energia elétrica e que venceram no ano de 2004.</p>

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2ª emissão
Data de emissão	15 de dezembro de 2007
Data de vencimento	15 de dezembro de 2017
Quantidade (Unidades)	40.000

Valor total (Reais)	400.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Descrição da restrição	---
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Hipótese e cálculo do valor de resgate	---
Características dos valores mobiliários	<p>Juros Remuneratórios: 7,96% ao ano acrescido de atualização monetária pelo IPCA.</p> <p>Garantia: as debêntures da 2ª emissão não possuem qualquer garantia.</p> <p>Restrições a Companhia: não há.</p> <p>Agente Fiduciário: SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.</p> <p>Hipóteses de Vencimento Antecipado: o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada <i>pro rata temporis</i>, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Companhia ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou pedido de falência formulado</p>

	<p>pela Companhia ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia, nos termos da legislação aplicável; (b) falta de cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures; (c) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (d) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Companhia seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Companhia constante de suas últimas demonstrações financeiras à época; (e) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário; (f) falta de cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura, não sanada em até 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário à Companhia nesse sentido; (g) se a Companhia deixar de pagar, até a data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Companhia segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; e/ou (h) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, que impliquem redução do capital</p>
--	--

	<p>social da Companhia; para fins desta alínea, entendendo-se por “privatização” a hipótese na qual: (i) a atual controladora direta da Companhia, a CEMIG, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Companhia; e/ou (ii) o atual controlador da CEMIG, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da CEMIG.</p>
<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</p>	<p>Nas deliberações das assembleias dos debenturistas, cada debênture tem direito a um voto, admitindo-se a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação, observado que alterações nas condições de remuneração e/ou pagamento das debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas representando 90% das debêntures em circulação. A assembleia dos debenturistas pode ser convocada pela Companhia, pelo agente fiduciário ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10%, das debêntures em circulação, ou pela CVM.</p>
<p>Outras características relevantes</p>	<p>Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A.</p> <p>Destinação dos Recursos: os recursos oriundos da captação por meio da emissão foram destinados para pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão pública de notas promissórias da Companhia.</p>

Valor mobiliário	Debêntures
-------------------------	------------

Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 3ª emissão
Data de emissão	15 de fevereiro de 2013
Data de vencimento	1ª série em 15/02/2018, 2ª série em 15/02/2021 e 3ª série em 15/02/2025
Quantidade (Unidades)	2.160.000
Valor total (Reais)	2.160.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Descrição da restrição	---
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Hipótese e cálculo do valor de resgate	---
Características dos valores mobiliários	<p>Atualização monetária das 2ª e 3ª séries: pelo IPCA – IBGE (1ª série: não há).</p> <p>Juros remuneratórios: (i) 1ª série: 100% da Taxa DI capitalizada de spread 0,69% aa; (ii) 2ª série: 4,70% aa; (iii) 3ª série: 5,10% aa.</p> <p>Espécie: quirografária</p> <p>Garantia: garantia fidejussória solidária prestada pela CEMIG.</p> <p>Agente Fiduciário: GDC Partners DTVM.</p> <p>Vencimento Antecipado: (a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Companhia e/ou Garantidora, ou pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou falência formulado pela Companhia e/ou Garantidora ou evento caracterizando estado de insolvência da Companhia e/ou Garantidora; (b) falta de cumprimento pela Companhia e/ou Garantidora de obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (c) vencimento</p>

	<p>antecipado de obrigação pecuniária da Companhia e/ou Garantidora de inadimplemento em obrigação de pagar valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 ou equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (d) término de quaisquer dos contratos de concessão onde a Companhia e/ou Garantidora sejam parte, e representem valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Companhia e/ou Garantidora, constante nas últimas demonstrações financeiras à época; (e) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou contra Garantidora, cujo valor global ultrapasse R\$ 50.000.000,00 ou equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia</p> <p>e/ou Garantidora, bem como se for suspenso, cancelado ou prestadas garantias em juízo, em hipótese, no prazo máximo de trinta dias da data do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Companhia; (f) falta de cumprimento pela Companhia e/ou Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em trinta dias da data do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Companhia; (g) se a Companhia e/ou Garantidora, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais para o não pagamento, de dívida ou obrigação pagável pela Companhia e/ou Garantidora, conforme acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; (h) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária que implique na redução do capital social da Companhia e/ou Garantidora, salvo se por determinação legal ou regulatória, ou ainda se não provocar a alteração do <i>rating</i> da emissão para uma nota inferior a “Aa3.br” fornecida pela Moody’s</p>
--	---

	<p>América Latina ou classificação equivalente emitida por outra agência contratada; e/ou (i) transformação da Companhia em sociedade limitada.</p> <p>Resgate obrigatório: as debêntures em circulação da segunda e/ou terceira série poderão ser resgatadas antecipadamente caso:</p> <p>(i) não sejam subscritas e integralizadas por, no mínimo, dez investidores por série, com participação individual máxima de 20% da respectiva série; (ii) o <i>rating</i> da emissão não seja atualizado pela Agência de Classificação de Risco em periodicidade mínima anual; (iii) passem a ser remuneradas por outras taxas que não juros prefixados, índices de preços e/ou outras taxas de juros de referência; (iv) caso o formador de mercado não exerça sua função nos primeiros doze meses após a data de emissão; (v) não adote o mecanismo que garanta a divulgação periódica de relatório de análise da CVM dos primeiros doze meses após a data de emissão; (vi) não sejam negociadas em mercado de bolsa de valores/balcão organizado, com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência por terceiros; e (vii) a ocorrência do disposto no subitem (h) das hipóteses de vencimento antecipado, caso não resulte no vencimento antecipado das debêntures.</p>
<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</p>	<p>A assembleia dos debenturistas pode ser convocada pela Companhia, pelo agente fiduciário, pela CVM ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% das debêntures em circulação.</p> <p>Nas deliberações das assembleias dos debenturistas, a cada debênture caberá um voto, admitindo-se a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, observado que as alterações nas condições de remuneração, nas datas de pagamento e/ou da espécie das debêntures deverão ser aprovadas por</p>

	<p>debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação. Além disso, quaisquer alterações na cláusula de vencimento antecipado, também deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação.</p>
<p>Outras características relevantes</p>	<p>Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A.</p> <p>Destinação dos Recursos: os recursos oriundos da captação por meio da emissão foram destinados da seguinte forma e na seguinte proporção: (i) aproximadamente 31% (trinta e um por cento) para o resgate das 64 Notas Promissórias da 5ª Emissão da Companhia; (ii) aproximadamente 28% (vinte e oito por cento) para o resgate das 60 Notas Promissórias da 6ª Emissão da Companhia; e (iii) o saldo remanescente, equivalente a aproximadamente 41% (quarenta e um por cento) para investimento em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia.</p>

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

A Companhia não possui outras informações para esse item que julgue relevantes.

Estão subordinados à política de divulgação de ato ou fato relevante e uso de informações, assim como à política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, os: Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivos da Companhia; empregados e executivos com acesso as informações relevantes; e, ainda quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na sociedade, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia (“Pessoas Relacionadas”). As Pessoas Relacionadas deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”).

Quaisquer reuniões com entidades de classe, público investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, que versem sobre matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para esse fim. Caso contrário, a Informação Relevante deverá ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, para que o mesmo divulgue a eventual Informação Relevante ao mercado simultaneamente à realização da reunião.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações de cunho financeiro da Companhia aos órgãos de imprensa, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre ato ou fato relevante perante a CVM.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM ou pelas bolsas de valores, e, ainda, caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

A Instrução CVM 358, criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Não obstante a obrigação legal imposta aos administradores da companhia aberta de divulgar imediatamente à bolsa de valores e à imprensa informações sobre atos ou fatos relevantes, nos termos do parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Instrução CVM 358 atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, assim como a função de zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam negociados. De modo a assegurar o cumprimento dos deveres atribuídos ao Diretor de Relações com Investidores, no âmbito da Instrução CVM 358, as Pessoas Relacionadas têm o dever de comunicar ao Diretor de Relações com Investidores informação acerca de ato ou fato relevante para que este possa cumprir seu dever de comunicar e divulgar.

Quando Informar e Divulgar Prazos

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A Quem Informar

As informações sobre ato ou fato relevante deverão ser comunicadas CVM.

Formas de Divulgação Jornais e Internet

A divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia deverá ser realizada por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia. A Companhia poderá, a cada divulgação de ato ou fato relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais referidos no item acima, mas nesta hipótese, deverá estar indicado nas publicações o endereço na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM. A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação veiculada através da Internet acima referida, devem ser realizadas de modo claro e preciso, assim como devem atender a uma linguagem acessível ao público investidor.

A Informação Privilegiada e o Dever de Sigilo

As Pessoas Relacionadas com acesso a informação terão o dever de: (i) guardar sigilo das informações relativas à ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo

solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo. Assim, para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

Exceção à Imediata Divulgação

Como explicitado anteriormente, a regra geral em relação a ato ou fato relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação ao mercado. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar ato ou fato relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Essa exceção (não divulgação de ato ou fato relevante) somente se aplicará nos casos em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua ato ou fato relevante puser em risco interesse legítimo da Companhia. Nesse caso, deve-se estar atento para a obrigação de divulgação imediata se a informação escapar ao controle. Na hipótese acima e à luz das circunstâncias, o Diretor de Relações com Investidores deverá submeter à CVM a decisão de guardar sigilo acerca de ato ou fato relevante através de proposta de manutenção de sigilo a ser dirigida ao presidente da CVM, em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”. Caso a CVM decida pela revelação do ato ou fato relevante, determinará que, imediatamente, o comunique às bolsas de valores e o divulgue publicamente.

Procedimentos para a Não Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia

Tendo em vista seu caráter excepcional, a não divulgação de ato ou fato relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia, conforme o caso. Caso o ato ou fato relevante esteja ligado a negociações promovidas pelos Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores encaminhar comunicação a respeito dirigida ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, por escrito. Entretanto, na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrendo oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, torna-se obrigatória a divulgação imediata de ato ou fato relevante por meio dos Administradores e Acionistas Controladores de forma direta ou através do Diretor de Relações com Investidores independentemente da decisão dos Administradores e Acionistas Controladores.

Responsabilidade em Caso de Omissão

Caso, diante da comunicação realizada, as pessoas mencionadas neste item constatem a omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM. Caso haja omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de comunicação e divulgação de ato ou fato relevante anteriormente não divulgado por decisão dos Administradores ou Acionistas Controladores e, posteriormente, essa mesma informação

escape ao controle ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, os Administradores ou Acionistas Controladores somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

Procedimentos de Comunicação de Informações sobre Negociações de Administradores e Pessoas Ligadas

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar informações sobre todas as negociações que realizarem com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou ainda com valores mobiliários de emissão de sociedades controladas ou controladoras, de que sejam titulares eles próprios ou as Pessoas Relacionadas, bem como as alterações em suas posições e seus planos de negociação periódica, inclusive as subseqüentes alterações e o descumprimento de tais planos.

A comunicação deverá ser efetuada pelas pessoas mencionadas acima: (i) imediatamente após a investidura no cargo; e (ii) no prazo máximo de cinco dias corridos após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período. O Diretor de Relações com Investidores encaminhará todas as informações recebidas à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores nas quais os valores mobiliários estejam admitindo à negociação, no prazo máximo de dez dias corridos após o término do mês de referência.

Procedimentos de Comunicação e Divulgação sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Os procedimentos de comunicação e divulgação de informações sobre negociação de valores mobiliários de Assessoria de Relações com Investidores emissão da Companhia, que envolvam participação acionária relevante, previstos nessa Seção, são baseados no artigo 12 da Instrução CVM 358.

Entende-se por participação acionária relevante aquela que corresponda, direta ou indiretamente, a 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia. O dever de divulgação e comunicação aplica-se: aos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do conselho de administração da Companhia, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, quando os mesmos adquirirem ou alienarem (ou extinguirem) participação acionária relevante, ou direitos sobre participação acionária relevante. A divulgação deverá ser realizada pro meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia ou, ainda, pela publicação de forma resumida nesses jornais com indicação do endereço na Internet.

Estará igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária relevante igual ou superior

ao percentual referido acima, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% da espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia.

A comunicação à CVM deverá ser encaminhada imediatamente após ser alcançada a participação relevante mencionada nesta Seção.

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é responsável pela divulgação e comunicação acerca de Ato ou Fato Relevante, bem como por zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.